



Transcrição da Sessão Ordinária da  
Assembleia Municipal de Marco de  
Canaveses

----- *26 de abril de 2018* -----



**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Eu pedia a vossa atenção, por favor. Uma vez que já temos quórum, vamos iniciar os trabalhos. Quero começar por agradecer a todos os presentes, e agradecer a todos aqueles que lá em casa, através da Rádio Marcoense, ou através do *site* da Assembleia Municipal, nos possam estar a escutar.

A sugestão de vários elementos deste plenário, entre as vinte e três horas e trinta minutos (23h30) e a meia noite (00h00), vamos fazer um intervalo de quinze minutos. Houve várias pessoas a dizer que tinham necessidades fisiológicas que tinham que ser satisfeitas, e eu não quero, como Presidente, ser acusado de obstar a esse tipo de coisas.

De seguida, vamos passar à ordem de trabalhos. E começamos pelo **Ponto n.º 1.1**, Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia 24.02.2018. Está à apreciação.

Ora, a ata não vai poder ser votada pela Sra. Deputada Ana Cristina Mendes Cordeiro Ribeiro, nem pelo Sr. César Baltazar Pereira Fernandes, Sr. José Fernando de Barros Barbosa e o Sr. José Leitão do Couto, porque não estiveram presentes, naturalmente.

Há uma apreciação a fazer sobre a ata? Mas, Sr. Deputado, não pode. Traga-me aqui, que eu quero ver isso, por favor.

Ora, vamos passar, então, à votação. Srs. Deputados, eu pedia a vossa atenção: o alerta do Sr. Deputado Celso é uma questão de pormenor, que não tem qualquer tipo de importância, do nosso ponto de vista, e que será objeto da devida correção: é só substituir "PPD/PSD" por "Partido Socialista", e está a questão ultrapassada.

Por isso, eu coloco, então, à votação a ata da reunião que referi. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Ora, passamos de seguida ao **Ponto n.º 1.2**, Tomada de Posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do art.º 9.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto.

Eu passo a palavra ao meu Primeiro Secretário, para ele fazer o favor de chamar as pessoas para virem tomar posse.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Aos vinte e seis dias do mês de abril de 2018, nesta cidade de Marco de Canaveses e no edifício dos Paços do Concelho, perante o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jorge Francisco Vieira, delegando as funções no 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Bruno Daniel Sousa Caetano, compareceram os seguintes cidadãos, de acordo com o estipulado no art.º 5.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, e republicada em anexo na Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto, para tomarem posse perante a Assembleia Municipal como membros do Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, nos termos do art.º 9.º da Lei supracitada, para o mandato 2017-21.



Chamo, então, a Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, Dra. Cristina Lasalete Cardoso Vieira.

**--- Cristina Vieira (Presidente da Câmara Municipal) ---**

Eu, Cristina Vieira, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Marco de Canaveses, Dr. Jorge Francisco Vieira.

**--- Jorge Vieira (Presidente da Assembleia Municipal) ---**

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Marco, Eduardo Celso Machado de Queirós Santana.

**--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco) ---**

Eu, Eduardo Celso Machado de Queirós Santana, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, Domingos Manuel Soares Dias.

**--- Domingos Dias (Presidente J.F. Alpendorada, Várzea e Torrão) ---**

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

A Sra. Procuradora Adjunta da Comarca do Porto – Este, Núcleo do Marco de Canaveses, Dra. Ana Miriam de Campos Oliveira.

**--- Ana Oliveira (Procuradora Adjunta da Comarca do Porto – Este, Núcleo do Marco de Canaveses) ---**

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Informo que o Comandante do Posto Territorial da GNR do Marco de Canaveses, o 1.º Sargento Luís Miguel Monteiro Gomes, não pode estar presente para tomar posse, mas tomará posse na próxima sessão.



Chamo agora o Comandante do Posto Territorial da GNR de Alpendorada, 1.º Sargento Josias Manué da Silva Alves.

**--- Josias Alves (Comandante do Posto Territorial da GNR de Alpendorada) ---**

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

O Coordenador da Polícia Municipal do Marco de Canaveses, Dr. José Júlio Garcia Coelho.

**--- José Coelho (Coordenador da Polícia Municipal do Marco de Canaveses) ---**

Eu, Júlio Coelho, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Sr. Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Marco de Canaveses, Sérgio Alexandre Queirós Silva.

**--- Sérgio Silva (Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Marco de Canaveses) ---**

Eu, Sérgio Silva, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Sr. Comandante Operacional do Serviço de Proteção Civil do Marco de Canaveses, Dr. Nélon Marino Vieira Guimarães.

**--- Nélon Guimarães (Comandante Operacional do Serviço de Proteção Civil do Marco de Canaveses) ---**

Eu, Nélon Marino Vieira Guimarães, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Representante Local do Centro Distrital de Segurança Social, Dr. Luís Silva Gonçalves Neves.

**--- Luís Neves (Representante Local do Centro Distrital de Segurança Social) ---**

Eu, Luís da Silva Gonçalves Neves, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**



Informo que o representante das IPSS's, o Presidente da Fundação Santo António, Dr. Manuel António Moreira Teixeira, tomará posse durante esta sessão, porque irá chegar mais tarde, tomará posse mais tarde.

Chamo agora o Diretor do Departamento Financeiro, Económico e Social, Dr. Ricardo Leopoldo Carneiro Ferreira Araújo.

**--- Ricardo Araújo (Diretor do Departamento Financeiro, Económico e Social) ---**

Eu, Ricardo Araújo, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Sra. Provedora da Santa Casa da Misericórdia do Marco de Canaveses, Prof. Dra. Maria Amélia Duarte Ferreira.

**--- Maria Amélia Ferreira (Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Marco de Canaveses)**

---

Eu, Maria Amélia Duarte Ferreira, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Coordenador da Unidade de Saúde Pública do ACES, Dr. Manuel Plácido de Almeida Pereira.

**--- Manuel Pereira (Coordenador da Unidade de Saúde Pública do ACES) ---**

Eu, Manuel Plácido de Almeida Pereira, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei, enquanto estiver neste cargo.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

A Presidente da Direção da Cruz Vermelha – Delegação do Marco de Canaveses, Dra. Palmira Maria Pinto Monteiro Rafael. Está ausente, aguardaremos.

Chamo, então, o Sr. Presidente da Direção da Delegação de Alpendorada da Cruz Vermelha Portuguesa, Mário Manuel Brás Barbosa. Está ausente.

Chamo o Sr. Presidente da Associação Empresarial do Marco, José Pedro Pinto dos Reis.

**--- José Pinto dos Reis (Presidente da Associação Empresarial do Marco) ---**

Eu, José Pedro Pinto dos Reis, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

O cidadão António Moreira Ferreira.



**--- António Ferreira (Munícipe) ---**

Eu, António Moreira Ferreira, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Sr. Carlos Eugénio Moura Fernandes Monteiro.

**--- Carlos Monteiro (Munícipe) ---**

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Sr. Olímpio José de Almeida.

**--- Olímpio Almeida (Munícipe) ---**

Eu, Olímpio José de Almeida, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Sr. Manuel António Carvalho Novais.

**--- Manuel Novais (Munícipe) ---**

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Sr. Gil Fernando Mendes Rodrigues.

**--- Gil Rodrigues (Membro da Assembleia Municipal) ---**

Eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Ora, concluída a tomada de posse dos Srs. Membros do Conselho Municipal de Segurança, eu agradeço a vossa presença. Se, entretanto, quiserem continuar, ficamos satisfeitos; se não quiserem, naturalmente que se podem ausentar.

Passamos de seguida para o **Ponto n.º 1.3** da ordem de trabalhos, Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o n.º 1 do art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.



Estão abertas as inscrições. Não há mais ninguém para se inscrever? Chamamos, então, o Sr. Deputado Ricardo Soares.

**--- Ricardo Soares (Presidente J.F. Bem Viver, PS) ---**

Obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal, estimado público, comunicação social.

Ação social e desporto, são estes os temas que justificam a minha breve intervenção, não só pela importância que têm, mas também pelos últimos desenvolvimentos na Freguesia de Bem Viver, que orgulhosamente presido.

No que toca à ação social, um agradecimento à Sra. Presidente da Câmara Municipal pela postura que teve na defesa de um projeto com vários anos na Freguesia de Bem Viver, mas que por diferentes motivos, nunca teve a dignidade que merecia e merece. Falo do Centro de Dia de Favões, que atua neste momento em condições indignas para qualquer condição humana. As portas da instituição estão abertas, e qualquer pessoa pode testemunhar aquilo que estou a dizer. É, por isso, de louvar que este Executivo tenha defendido da forma como defendeu um investimento superior a duzentos e cinquenta mil euros (250.000€), já aprovado em reunião do CLAS. Desta forma, resolvemos um problema de raiz, e abrimos caminho para que os utentes deste órgão, muito em breve, possam ter uma casa nova e repleta de mais valias.

No desporto, pela pessoa do Sr. Vereador Paulo Couto, que detém o pelouro em causa, gostaria também de agradecer o apoio ao *Trail* de Bem Viver, uma prova que este ano ganha outros contornos com a atribuição do estatuto de prova certificada pela Associação de Trail Running de Portugal, e por fazer parte do circuito de qualificação da Taça de Portugal. É uma prova local que este ano se projeta a nível nacional e internacional. A 13 de maio de 2018, a Freguesia de Bem Viver receberá mais de novecentos atletas, não só nacionais, mas também oriundos de Espanha, Alemanha, Ucrânia e Brasil. Creio ser este o caminho para continuar a promover Bem Viver e o Marco de Canaveses.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de apresentar um voto de louvor e de o colocar à consideração da Assembleia Municipal. Passo a ler:

*“Eu, Ricardo Soares, deputado da Assembleia Municipal por inerência ao cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Bem Viver, consciente da importância e relevância para o Concelho do Marco de Canaveses dos bons resultados desportivos dos nossos atletas e associações, proponho que esta Assembleia aprove a atribuição de um voto de louvor aos atletas e dirigentes do Grupo Desportivo da Feira Nova pelos excelentes resultados alcançados no Campeonato do Mundo WAC que se realizou em Caldas da Rainha, em março de 2018.*

*A nossa terra orgulha-se de ter três novos campeões do mundo na modalidade de Kempo, graças ao trabalho, paixão e empenho daqueles que com pouco fazem muito. A grandeza destes permitiu que o nome de Bem Viver e do Marco de Canaveses ultrapassassem as nossas fronteiras, mas não só; este feito capta a atenção dos seus semelhantes para a importância da prática desportiva e para modalidades tantas vezes desvalorizadas.*



*É nosso dever reconhecer e homenagear os cidadãos que se destacam nas mais diferentes áreas, valorizar aqueles que, apesar da sua juventude, enchem de glória a terra que os observa.*

*Certo da sua aprovação, sugiro que este voto de louvor seja posteriormente enviado aos órgãos diretivos do Grupo Desportivo de Feira Nova.*

*Marco de Canaveses, 26 de abril de 2018  
O deputado Ricardo Soares”*

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Chamamos agora o Sr. Deputado Fernando Barbosa.

**--- José Fernando Barbosa (Presidente J.F. Tabuado, PS) ---**

Ora, então, começava por cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Jorge Vieira, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Dra. Cristina Vieira, os restantes membros desta Mesa, caros companheiros de Bancada, comunicação social, público presente.

Eu gostaria de fazer aqui uma pergunta rápida e direta, e tem a ver com a paragem do campeonato amador, mais conhecido por LIMFA, o Campeonato Amador Marcoense. E gostaria de questionar a Sra. Presidente ou o Sr. Vereador, porque há um comunicado a circular, e dá a ideia – ou pelo menos querem dar essa ideia – de que o culpado da paragem do campeonato é, neste caso, o Executivo da Câmara Municipal, ou o seu vereador. E gostava que me esclarecesse, se souber, esta questão.

Era só.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Chamamos de seguida o Sr. Deputado Luís Vales.

**--- Luís Vales (PPD/PSD) ---**

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas deputados municipais, estimado público, Marcoenses.

Eu trago aqui um voto de pesar, que gostaria de o ler, em nome das três Bancadas desta Assembleia Municipal. E com a anuência do Sr. Presidente, então procedia à leitura:

Voto de Pesar:

*“É com profundo pesar que a Assembleia Municipal de Marco de Canaveses assinala o falecimento de José Albino Teixeira da Cruz.*

*Ilustre e reputada figura da sociedade Marcoense, José Cruz deixou-nos subitamente, no passado dia 13 de abril, aos cinquenta e cinco anos de idade.*

*Nascido em Vila Boa do Bispo em 1963, foi figura influente na sociedade Marcoense, na qual era muito estimado e incansável lutador pela democracia e da comunidade educativa.*





*Enquanto professor, marcou várias gerações que o admiravam e nutriam por ele especial afeto. A energia que colocava ao serviço do ensino era um exemplo para alunos, pais e colegas.*

*Foi membro da direção instaladora da Escola Profissional de Agricultura, tendo sido um dos percussores da enorme qualidade de ensino hoje reconhecida àquela instituição.*

*Também na Escola Secundária do Marco de Canaveses lecionou e durante doze anos foi Presidente do Conselho Diretivo. A sua capacidade de gestão, profissionalismo e dedicação é hoje reconhecida por toda a comunidade escolar Marcoense.*

*O trabalho nunca foi desculpa para José Cruz. Desde cedo se dedicou à política, onde exerceu funções enquanto Presidente da Mesa da Assembleia de secção do PSD, entre 2000 e 2002, enquanto Presidente da Comissão Política do PSD de Marco de Canaveses entre 2002 e 2004 e de 2006 a 2010, e mais recentemente enquanto Vice-presidente dessa estrutura.*

*José Albino Teixeira da Cruz sempre lutou por aquilo que considerava ser o melhor para a sua terra. Em Francisco Sá Carneiro assentava a sua ideologia, bateu-se sempre pela qualidade da democracia em Marco de Canaveses, tendo tido uma presença sempre muito ativa junto dos cidadãos.*

*Pai, professor e político, José Cruz era um homem livre que nunca se absteve de dizer ou fazer aquilo que achava necessário, desde que fosse no superior interesse do Marco e dos Marcoenses.*

*Humilde mas inteligente, pacífico mas combativo, livre mas consciente. Assim era José Albino Teixeira da Cruz.*

*Mas porque as pessoas só morrem quando nos esquecermos delas, a Assembleia Municipal de Marco de Canaveses deseja perpetuar a sua memória, mostrar-lhe enaltecimento público e reconhecida gratidão, associando a este Voto de Pesar uma singela, mas justa homenagem, a este grande homem do nosso concelho, o qual reconhecidamente nos marcou pela frontalidade, coerência e singularidade da sua atuação.*

*Assim, propõe-se à Assembleia Municipal de Marco de Canaveses que delibere:*

- a) Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento de José Albino Teixeira da Cruz;*
- b) Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar.”*

*Gostaria também aqui de propor um voto de louvor à Escola Profissional de Agricultura de Marco de Canaveses, e passava a lê-lo:*

*“O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Marco de Canaveses que delibere atribuir um voto de louvor à Escola Profissional de Agricultura do Marco de Canaveses (EPAMAC) pela distinção atribuída de “Melhor Escola Profissional de Agricultura do País”.*



*A EPAMAC, inserida numa política geral de aposta na formação profissional, tem vindo, ao longo dos anos, a propiciar a jovens da região formação profissional qualificante, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social e para a qualificação da mão-de-obra da região, através da sua entrada no tecido produtivo, bem como desenvolvido mecanismos de interligação com o tecido social.*

*Esta escola, que conta com cerca de trezentos alunos, situa-se na Freguesia de Avelãs e Rosém, Concelho de Marco de Canaveses, e foi criada em 19 de dezembro de 1989.*

*Tendo por base uma oferta formativa de excelência, a EPAMAC tem vindo, ao longo dos anos, a propiciar a jovens da região formação profissional qualificante de nível III, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social e para a qualificação da mão-de-obra da região, através da sua entrada no tecido produtivo, bem como desenvolvendo mecanismos de interligação com o tecido social e empresarial.*

*Uma palavra a todo o corpo docente e não docente, que sempre trabalharam arduamente e de forma dedicada para fazer da EPAMAC uma referência no plano nacional e internacional.*

*Também à Direção da EPAMAC, e ao seu Diretor, João Gonçalves, dirigimos uma palavra de agradecimento pela persistência, pela dedicação e excelência com que dirigem este estabelecimento de ensino que até hoje não teve qualquer investimento por parte do Estado, mas que com engenho e arte conseguiu atingir um patamar que deve orgulhar todos os Marcoenses.*

*Assim, propõe-se à Assembleia Municipal de Marco de Canaveses que delibere:*

*- Atribuir um Voto de louvor e reconhecimento à Escola Profissional de Agricultura de Marco de Canaveses.”*

E agora, Sr. Presidente, Sra. Presidente de Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caros colegas, membros da Assembleia Municipal, estimado público, membros da comunicação social, Marcoenses:

O PSD de Marco de Canaveses iniciou as suas visitas às freguesias, e já estivemos na Freguesia de Sande e S. Lourenço do Douro, onde verificamos a existência de vários problemas que condicionam a vida dos munícipes, e trazemo-los aqui para que o Executivo possa deles tomar conhecimento, e de forma cabal proceder à sua resolução. Tenho a certeza de que o Executivo do Partido Socialista agradecerá ao PSD, pois assim poderá cumprir melhor a sua função de servir os Marcoenses. Reunimos com os moradores do edifício panorâmico em S. Lourenço do Douro, onde moram várias famílias com crianças que estão privadas de água e saneamento. Os furos que lá existem secam no verão, e aquelas famílias não têm sequer acesso à água, pelo que têm de recorrer à ajuda dos bombeiros para que lha levem. Estamos a falar de muitas famílias que, nos períodos de maior calor, não conseguem fazer comida ou tomar banho, e muitas vezes têm que racionar a água.

Sra. Presidente, o Grupo Municipal do PSD apela-lhe aqui para que, ao tomar conhecimento desta questão, que aja sobre ela para a resolver de forma definitiva. O anterior Executivo tinha a intenção de construir uma estação elevatória para levar água àquela região; como no Orçamento que a



Câmara apresentou não constava nenhuma obra em água e saneamento além das que estavam já adjudicadas, pergunto-lhe, Sra. Presidente, se é intenção do Executivo resolver este problema, e quando.

Por outro lado, dar também conhecimento à Sra. Presidente de Câmara da falta de água e saneamento básico na Travessa de Casal Bom, em Sande. Neste local, não será necessário um grande investimento por parte da autarquia, e facilmente será resolvido, caso haja alguma atenção para esta localidade.

Finalmente, Sra. Presidente, no que diz respeito a Sande e S. Lourenço, sei que conhece a Associação Humanitária “Coração Alegre”, é uma associação que procede à distribuição de géneros alimentares aos mais necessitados, e abarca quase toda a região do Baixo Concelho. É uma das poucas que o faz, e sem receber nada em troca, a não ser os sorrisos das pessoas. E por isso, eu apelava aqui à Câmara Municipal para que se torne parceira desta associação de grande valor e que a apoie. Às vezes não é necessário um apoio monetário, mas às vezes uma questão logística poderá fazer toda a diferença para uma associação como esta.

E Sra. Presidente, Srs. Vereadores:

Na última sessão, esta Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a recomendação do Partido Social Democrata para que o Executivo do Partido Socialista isentasse, com carácter imediato, os Marcoenses do pagamento de taxas de ligação à rede de água e saneamento. Ou seja, foi recomendado por todos os representantes eleitos dos Marcoenses para que a Sra. Presidente desse cumprimento a uma das suas promessas eleitorais. Volvidos três meses, está tudo na mesma, as pessoas continuam a receber cartas para pagar as ligações, outras a ameaçar que caso não se liguem, incorrem em multas. Ora, todos sabemos que muitas destas famílias não conseguem pagar, por vezes, mais de mil euros (1.000€) para se ligarem à rede. Por isso, voltamos a insistir, Sra. Presidente, para que, de facto, e de uma vez por todas, ouça os Marcoenses e honre, acima de tudo, as suas promessas, e que isente com carácter imediato todos os Marcoenses, de todas as freguesias do concelho, do pagamento destas taxas.

Sra. Presidente, Srs. Vereadores, trago-lhe um outro assunto que tem causado alguma surpresa ao Grupo Municipal do PSD. Estamos no final de abril, até agora não temos conhecimento se se irá, ou não, realizar o Festival do Anho Assado e a Feira das Coletividades, que costuma ser em maio. E questionámos a Associação das Coletividades do Marco, que diz não ter qualquer conhecimento das intenções da Câmara Municipal em realizar este ano estes dois eventos que são vitais para o desenvolvimento económico e do turismo gastronómico da nossa terra. Como sabemos, esta Associação das Coletividades não é uma associação qualquer, tem um trabalho feito, e muito já fez para colocar o Marco de Canaveses no mapa. E por isso, pergunto-lhe se irá continuar a fazer o Festival do Anho Assado e a Feira das Coletividades este ano, ou se tal como fez com a distribuição de cabazes de natal e com o Almoço Solidário, se também vai acabar com este importante momento para Marco de Canaveses.

Aproveito também para questionar se irá realizar a Feira do Livro, uma vez que era tradição a mesma iniciar-se a 25 de abril, e este ano nada aconteceu também. A cultura merece mais. Eu sei que a Sra. Presidente é uma pessoa que dá valor à cultura, e esse valor estava bem expresso no



seu manifesto eleitoral. E portanto, estranhamos, de facto, o facto de não ter acontecido até hoje essa Feira do Livro, como era habitual em abril.

Outra questão que já aqui foi falada prende-se com o futebol amador, e com o facto de a Direção da LIMFA ter suspenso toda a sua atividade, nomeadamente a Taça do Município, que integra dez equipas Marcoenses, e a Taça da LIMFA, que integra onze equipas. Nós sabemos que terá sido atribuído um subsídio que não correspondeu ao que teria sido previamente acordado com a Direção – pelo menos a confiar nas palavras que são veiculadas pela comunicação social – assistimos à troca de acusações entre o Sr. Vereador com o pelouro do desporto e a Direção da LIMFA. No entanto, aquilo que nos deve interessar, e aquilo que nos interessa acima de tudo é o desporto amador e a continuidade do desenvolvimento das atividades, nomeadamente no que diz respeito ao campeonato das camadas jovens. O futebol amador é intensamente vivido na nossa terra, como a Sra. Presidente sabe, e é importante a todos os níveis. E por isso, gostava de lhe perguntar, Sra. Presidente, sobre esta questão, se irá continuar a apoiar esta associação que traz valor à nossa terra, e se vai ser parceira da LIMFA na organização do campeonato das camadas jovens.

E finalmente, Sra. Presidente, gostaria de dar-lhe os meus mais sinceros parabéns. E dar-lhe os parabéns, uma vez que falou verdade numa notícia recente num jornal regional, a propósito de o Marco ser o trigésimo quinto município mais transparente do país. É um facto, subiu quarenta e sete posições, é quinto no distrito, terceiro na CIM. E a Sra. Presidente dizia, e vou citar, que *“a transparência e a integridade são princípios básicos da democracia que defendemos de forma convicta.”* E na razão disso mesmo, o estudo agora conhecido, porque divulgado, é o reconhecimento público, efetuado por uma entidade independente, e que revela a excelente evolução que o Marco de Canaveses tem vindo a fazer no sentido de prestar uma boa comunicação para o exterior, assente num trabalho sério, rigoroso e transparente, com vista a um maior e melhor diálogo, participação e cidadania usufruído por todos. Naturalmente que a Sra. Presidente Cristina Vieira estava a referir-se ao anterior Executivo do PSD, e por isso a congratulo pela honestidade democrática que colocou nas suas palavras. E agora, esperamos que a Sra. Presidente continue o bom trabalho realizado pelo PSD, e que para o ano ainda melhoremos o índice de transparência, o que será, de facto, um ótimo sinal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Chamamos a deputada Ana Ferreira, por favor.

**--- Ana Ferreira (PS) ---**

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Sr. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, comunicação social, caros Marcoenses:

Gostaria de congratular o atual Executivo pelas medidas tomadas face à inexistência de procedimentos concursais desde 2014, na aquisição de combustível. É de louvar a realização da auditoria às compras de bens e serviços, pois esta é uma medida que contribui para a legalidade e transparência do nosso município, transparência essa que tanto nos orgulha, como se realça também no índice de transparência municipal, este índice que mostra o grau de informação que o



Poder Local disponibiliza a todos os cidadãos, onde o município obteve – como já aqui foi dito – uma subida de quarenta e sete posições.

É fundamental que a Câmara Municipal continue neste caminho de transparência e legalidade, para que todos nós, Marcoenses, saibamos como está o nosso concelho e para que não haja qualquer tipo de desconfiança quanto à retidão do município. Pedia, pois, que continuassem com a idoneidade que já caracteriza este Executivo.

Muito obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sra. Deputada. Chamamos de seguida a Sra. Deputada Maria José. Sra. Deputada, eu chamo a atenção para o facto de que a vossa Bancada só tem mais quatro minutos. Faltam mais dois deputados.

**--- Maria José Cerqueira (Presidente J.F. Várzea, Aliviada e Folhada, PPD/PSD) ---**

Então, muito boa noite a todos. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas, comunicação social e público.

Vou colocar uma questão à Sra. Presidente da Câmara – muito rápido, então, para não tirar tempo aos meus colegas – que é sobre a questão da colónia de férias, saber se, realmente, durante o próximo verão a colónia de férias vai avançar nas freguesias, e se vai, se afeta os alunos dos JI's e das EB1, ou das escolas primárias. É uma questão que nos preocupa; a mim, enquanto Presidente da Junta de Várzea, Aliviada e Folhada preocupa-me porque já temos alguns pais a questionar-nos se vamos levar a cabo a colónia de férias, como temos tido nos anos anteriores, e face à resposta que a Sra. Presidente nos der, e se alguns alunos, principalmente os dos jardins de infância, se ficarem excluídos da vossa colónia de férias, nós levaremos a cabo a colónia de férias para esses alunos. Se englobar os alunos destes dois setores, nós, então, não levaremos a cabo a colónia de férias.

Depois, outra questão, também muito rápida, prende-se com um problema gravíssimo que temos em Gouveia, mais concretamente no Lugar de Marmoiral, que tem a ver com a fossa coletiva que ali se encontra num estado degradado, degradável, e que está a prejudicar a saúde pública dos habitantes que ali vivem e dos utilizadores. É uma questão que já vem do mandato anterior, tivemos várias reuniões com os proprietários dos terrenos e também com os utilizadores da referida fossa, e tinha havido um entendimento para que a obra avançasse, uma vez que os proprietários dos terrenos tinham dado autorização para que a nova fossa coletiva fosse construída num terreno muito próximo do existente, ou de onde agora se localiza a fossa de Marmoiral. Gostava de saber se a Sra. Presidente tem interesse, ou se tem intenção em avançar com esta obra e com este projeto.

Vou deixar aqui – peço desculpa pela demora, mas tenho que deixar aqui um pedido encarecido ao Executivo da Câmara, mais concretamente à Sra. Presidente e ao Sr. Vice-presidente, Dra. Cristina e Eng.º Mário Bruno. E vou destacar aqui, e vou, se calhar, realçar o vereador Paulo Couto, apesar de não ter sido Presidente de Junta, o esforço que ele tem tido para responder o mais rapidamente possível, e tão prontamente quanto possível, às solicitações e aos telefonemas dos Presidentes de Junta. Eu, enquanto Presidente de Junta de Várzea, Aliviada e Folhada, tenho



sentido uma enorme dificuldade em contactar telefonicamente com o Executivo da Câmara. Sei que temos que perceber que estão no início do vosso trabalho, que muitas vezes não é fácil atender-nos as chamadas, mas há que retribuir a chamada; se não for no mesmo dia, no dia seguinte. Acho que é uma questão de respeito autárquico. Nós somos Presidentes de Junta e temos o direito de ser atendidos pelo Executivo da Câmara o mais urgente possível, porque quando ligamos, certamente temos um assunto urgente para tratar – ou pelo menos no nosso entender, e no entender dos nossos fregueses, é urgente. Se não o puderem fazer no mesmo dia, façam-no posteriormente, mas atendam-nos as chamadas, por favor.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sra. Deputada. Sra. Deputada Estela Freitas, prescinde? Certo, muito obrigado. Sr. Deputado Bruno Caetano, por favor.

**--- Bruno Caetano (PS) ---**

Ora, boa noite a todos. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exma. Sra. Presidente da Câmara e restantes vereadores, Exmos. Deputados Municipais, Exmos. Srs. Presidentes de Junta, representantes da comunicação social, meus senhores e minhas senhoras, caros Marcoenses:

Desde já, queria agradecer o convite efetuado pela nossa Presidente da Câmara para o aniversário cento e setenta e seis da fundação deste concelho, e pelo ato solene, conforme as coisas decorreram no referido dia.

Agradecer de igual forma o convite endereçado pelo Presidente desta Assembleia para estar presente na Assembleia Municipal Jovem, ocorrida na passada terça-feira, aqui neste espaço. E é de ressaltar a qualidade dos jovens autarcas que nós aqui tivemos. Dos sete projetos aqui apresentados, todos eles bastante realistas, e quase todos eles vocacionaram à volta dos valores materiais e imateriais do Concelho do Marco, houve um deles que se destacou face aos outros, intitulado “Marco Tour”, que segundo o que penso, após a votação, recairá agora sobre o Executivo a obrigação, ou pelo menos a intenção, de o colocar em prática. Nessa mesma Assembleia Municipal Jovem, foi possível verificar que o futuro do concelho também está assegurado, já que vários jovens autarcas nesse dia assumiram que vão ser candidatos num futuro próximo a esta Câmara Municipal, num ato que foi feito com a Sra. Presidente, intitulado, julgo eu, “Hoje fui Autarca”.

De relembrar, e julgo que esta Assembleia também está a ser transmitida em direto através do nosso *site* da Assembleia Municipal, e pelo que sei, julgo que mais de trezentas pessoas, na última Assembleia, sendo a primeira, estiveram em direto a ver a passada Assembleia, o que acho que para nós nos deve engrandecer, e também ter responsabilidade relativamente aos atos aqui praticados nesta casa.

Falando agora dos outros assuntos de interesse relevante para o concelho, eu gostaria de perguntar ao Executivo qual será o método a adotar nas alimentações nas escolas para o próximo ano letivo.





Relativamente à LIMFA, já aqui foram levantadas algumas dessas questões, também gostaria de ser aqui esclarecido sobre qual é que tem sido o papel da Câmara junto a esta interrupção do campeonato.

E também perguntar, que recentemente vieram a público notícias sobre manchas escuras no Rio Tâmega. Eu queria saber também se já foram identificadas as causas, se já foram apuradas as responsabilidades, e como é que esta situação está.

Relativamente aos votos aqui apresentados pelo Grupo Municipal do PSD, nós estaremos ao vosso lado, pelo voto de pesar e pelo voto de louvor, sendo que na ata que vocês aprovaram hoje, eu já na última Assembleia teria ressaltado essa questão de a EPAMAC ter sido considerada a melhor escola agrícola do país no ensino profissional.

E também queria dar um esclarecimento relativamente a algumas questões aqui proferidas, do voto ocorrido na última Assembleia, relativamente à isenção de taxas. E na ata que vocês também acabaram de aprovar, o Grupo Municipal do Partido Socialista fez a declaração de voto, e fez presenciar na ata a seguinte descrição: *“Não podemos, contudo, admitir que a isenção das taxas seja imediata. Estaríamos a ser demagogos, pouco sérios e irresponsáveis por não acautelarmos a posição municipal na relação judicial entre a empresa Águas do Marco.”* E eu acho que isto quer dizer a nossa posição assumida perante todos vocês relativamente a esta questão. Nós assumimos em campanha eleitoral, conforme aqui também está dito neste voto e nesta declaração apresentada à Mesa, que o iríamos fazer. Agora, temos que o fazer com cautelas e sem prejudicar o futuro do nosso concelho.

Obrigado e boa noite.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dou a palavra ao Sr. Deputado Mário Luís.

**--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---**

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Sr. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, comunicação social e público em geral:

Naturalmente, começar por manifestar-me aqui solidário com o voto de pesar aqui apresentado ao amigo José Cruz.

Ontem mesmo tivemos aqui uma celebração dos quarenta e quatro anos do 25 de abril, que naturalmente nós já vimos fazendo há alguns anos, e apenas aqui um lamento da minha parte, porque tive a sensação de que tinha cá pouca gente de Marcoenses – não dos convidados, das pessoas que participavam. Eu não sei se isto é fruto de esquecer o 25 de abril, não o valorizar o suficiente, não faço ideia, ou se precisamos de fazer mais divulgação e lembrar mais o que foi, de facto, a ditadura. Mas pareceu-me, eu olhei ao redor, e acho que merecia, uma celebração destas merecia mais gente do povo aqui.

Fui abordado por dois pais da EB 2/3 de Alpendorada, que me disseram que iria ser aberto à circulação automóvel um acesso pedonal que tem junto à EB 2/3. Não tenho opinião formada



sobre este assunto, manifestaram-me a preocupação por a circulação automóvel que poderia acontecer ali, que iriam haver construções ali por trás das paragens. Apenas o meu apelo, e trazer aqui este alerta, se, de facto, for necessário haver acesso, que possa até ser só um acesso às edificações que lá sejam feitas, sem que a circulação exista. Não tenho informações mais concretas sobre o assunto.

Há dias, fui alertado também para uma situação – embora lá nas paragens haja os caixotes do lixo abaixo, ao fundo da avenida, aqueles grandes – que junto às paragens – e para ali muita gente, muitos jovens sentam-se ali – se não poderia, para incentivar que não fiquem lá as latas, as garrafas de cerveja e isso tudo, se não poderiam colocar uns caixotes mais pequeninos junto às paragens dos autocarros, porque é um local de encontro por lá.

Permitam-me retomar e reforçar o apelo que fiz na última Assembleia para que houvesse uma conjugação de esforços no sentido – e apelo à Junta, apelo à Câmara, eu sei que isso é uma vontade de todos, para que aquele terreno que agora está verdinho, limpinho, junto à EB 2/3, fosse um terreno público, um espaço de lazer, porque a freguesia merecia isso.

Eu falei aqui na última sessão sobre a questão do risco de afogamento no Tâmega, junto ao Parque de Lazer. Uma correção: há lá placas, é um facto, mas a minha opinião é que o alerta que lá está é demasiado *soft*. É desaconselhável o banho, e acho que devia ser risco de afogamento. E também – e agora temos ido para lá com jovens – há ali o local que se identifica, onde termina o campo, e depois há o tal muro, qual a possibilidade de pôr umas boias que pudessem dar alguma indicação.

O voto de louvor aqui também apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Bem Viver, naturalmente, também solidário. Nós temos modalidades alternativas que se vão destacando, e é importante que o concelho também se comece a valorizar por aí. E portanto, campeões, pelos vistos, e nós não falamos muito deles. Aproveito para dar nota do Campeonato Regional de Fundo de Canoagem, que decorreu no Tâmega, em condições atmosféricas um bocado adversas, e que conseguiu ser concretizado e realizado com uma organização exemplar. Aproveito para dizer que tivemos quatro jovens de Alpendorada no Desporto Escolar, no 1.º Encontro Nacional de Canoagem; que amanhã teremos nove jovens do concelho – sete de Alpendorada, dois do Marco – no Regional Norte.

E já agora, também solidário com o voto de louvor à EPAMAC, naturalmente merecido e justo.

Obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dou a palavra à Sra. Presidente, para fazer o favor de responder. Sr. Deputado, eu não tinha nota de que o senhor estava inscrito. De qualquer das formas, eu vou-lhe dar um minuto, por favor.

**--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---**

Eu peço desculpa, mas só dizer-lhe que, normalmente, quando as pessoas se inscrevem, são repetidos os nomes das pessoas que estão inscritas, para que toda a gente veja que está inscrito.





Mas, por acaso, Sr. Presidente, eu levantei a mão e o Sr. Presidente disse “Gil” para o seu Secretário. Peço desculpa, mas apercebi-me disso, e foi só um reparo. Peço desculpa.

O que me traz aqui, e para ser rápido, um assunto que não tem a ver com o Executivo, mas penso que o Executivo poderá ter alguma influência nesse assunto, que é uma questão com as Conservatórias do Registo Civil e Registo Predial de Marco de Canaveses. Consta-se nos corredores que irá haver uma uniformização dos serviços. Eu julgo que isto deverá pelo menos merecer alguma atenção do Executivo. Eu sei que não é da vossa jurisdição, mas que poderão, se calhar, ter alguma influência, porque eu acho que a junção das duas conservatórias não irá beneficiar os serviços públicos do Marco de Canaveses.

Outro assunto que me traz aqui tem a ver com o IMI. E para ser rápido, porque só tenho um minuto, dizer-vos: obrigado, Dr. Manuel Moreira, obrigado ao Executivo do PSD, pelo trabalho que fez na última legislatura, e que fez com que o IMI baixasse para o mínimo este ano. Os Marcoenses que estão a receber o IMI este ano estão a receber com uma taxa de zero vírgula três por cento (0,3%), e é um agradecimento ao Dr. Manuel Moreira e ao anterior Executivo pelo que fez.

Já agora, só uma nota final: o *slogan* do PS em relação às águas devia ser “Prometemos que, com cautela, um dia qualquer, os Marcoenses ficarão isentos das ligações de água e saneamento”.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dava, então, a palavra à Sra. Presidente.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Vereadores, Srs. Deputados, comunicação social, estimado público.

Eu vou começar por responder às várias questões que me colocaram. Antes de mais, ao Sr. Presidente da Junta, Ricardo Soares, dar-lhe nota de que é com muito agrado que, de facto, no CLAS e na CIM foi aprovado o projeto para a reformulação do Centro de Dia de Favões, que assim bem o merece, para dar dignidade aos idosos que aí estão e que recebem apoio dessa instituição.

Dar conta de que, de facto, o Sr. Vereador do pelouro atribuiu um subsídio, ou atribuímos um subsídio no valor de mil e quinhentos euros (1.500€) ao Grupo Desportivo de Magrelos, que, de facto, esse apoio é bem atribuído, porque o Grupo merece. E por isso, também dar conta de que estamos, de facto, também agradados com os resultados que têm tido.

Felicitar o Grupo da Feira Nova e associarmo-nos ao voto de louvor que o Sr. Presidente da Junta aqui apresentou. E acho que não era mais nada.

Em relação à LIMFA – até porque acho que há outra questão também sobre a LIMFA que foi colocada, além do Sr. Presidente da Junta de Tabuado – em relação à LIMFA, dar nota do seguinte: em relação à suspensão das atividades da LIMFA, e antes de mais, importa informar que a Câmara Municipal não se revê nem aceita o tom desrespeitoso e de ameaça da Direção da LIMFA. Consideramos que tal ofende o bom nome e a dignidade do município.



Perante o comunicado que a LIMFA fez, informamos os Marcoenses do seguinte: o apoio financeiro para a época desportiva 2017/18, deliberado na Reunião de Câmara e aprovado por unanimidade no dia 12 de abril, contempla o valor de sete mil e quinhentos euros (7.500€) para a organização da Liga Marcoense de Futebol Amador, e ainda o valor de mil, duzentos e cinquenta euros (1.250€) para a organização da Taça do Município, a ser realizada a uma mão, perfazendo este subsídio o valor de oito mil, setecentos e cinquenta euros (8.750€). A comparticipação da Câmara Municipal para a LIMFA e para os clubes que participam nas competições da LIMFA na época desportiva 2017/18 totaliza um valor de apoio de dezasseis mil, quatrocentos e cinquenta euros (16.450€) – ou seja, setecentos e setenta euros (770€) por cada clube, que são dez, perfaz sete mil e setecentos euros (7.700€), mais os oito mil, setecentos e cinquenta (8.750€) que acabei de referir.

No comunicado enviado aos clubes, é dito que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses está em incumprimento para com a LIMFA, pelo que informamos que esta Câmara não tem qualquer dívida para com a LIMFA. No ofício da LIMFA, datado de 23 de abril de 2018, e que foi enviado a este município e aos clubes associados, é referido que o Vereador Paulo Couto teria assumido o valor de quinze mil euros (15.000€) no dia da tomada de posse do Executivo Camarário. Tal afirmação não corresponde à verdade, e nem sequer é aceitável, e eu diria até hilariante a versão apresentada de que o Vereador Paulo Couto teria assumido um compromisso financeiro com a LIMFA no dia da tomada de posse do Executivo. Nesse momento, para que saibam, o Sr. Vereador ainda nem tinha recebido delegação de competências, e nem saberia quais seriam os pelouros que lhe seriam atribuídos. Não é, nem nunca poderá ser a LIMFA – e eu volto a dizer, não é, e nem nunca poderá ser a LIMFA – ou outra associação ou clube a definir nas suas reuniões, sem deliberação ou consulta à Câmara, qual é o valor que a Câmara Municipal lhe vai atribuir. Não aceitamos ultimatums nem ameaças.

Relativamente ao campeonato de jovens, Sr. Deputado, cumpre informar que no dia 2 de janeiro foi solicitada informação se iria existir campeonato das camadas jovens, de forma a procedermos ao apoio financeiro aos clubes relativamente ao campeonato das camadas jovens. Como não obtivemos resposta, no dia 16 de fevereiro, em comunicado à Direção da LIMFA, informámos que o campeonato das camadas jovens não seria objeto de apoio financeiro, porque a LIMFA não informou a sua realização em tempo devido, fazendo assim com que as diversas candidaturas dos clubes, já aprovadas para esta época, não contemplassem esse apoio. Cumpre também informar que mais uma vez a acusação do Sr. Presidente da LIMFA, ao dizer que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses não analisou a candidatura e não apoiou as camadas jovens é falsa, pois até à data de aprovação do protocolo, como todos sabem, não tinha sido iniciado o campeonato das camadas jovens, o qual também já não se iria realizar por falta de tempo, pois já estávamos em abril.

Por último, e para finalizar, partilhar mais uma acusação feita pelo Sr. Presidente da LIMFA, que esta sim, também é hilariante: no dia 18 de fevereiro, mandou um *e-mail* ao Sr. Vereador Paulo Couto, após o jogo entre Paredes de Viadores e Manhuncelos, o Sr. Presidente da LIMFA mandou um *e-mail* ao Sr. Vereador Paulo Couto, acusando-o de ter responsabilidades pelos incidentes ocorridos entre um jogador e o árbitro. Só para dar nota de que o Sr. Vereador Paulo Couto nem sequer foi assistir ao futebol, não estava lá nesse jogo, por isso nem aceitamos tal acusação.



Posto isto, a Câmara Municipal pretende continuar a ser parceira efetiva no apoio às atividades das associações desportivas, e teremos muito gosto em fazê-lo, em todas as modalidades, desde que haja lisura da parte de quem as representa.

Em relação ao Sr. Deputado Luís Vales, quero logicamente associar-me ao voto de pesar que aqui fez chegar, do Sr. Prof. José Cruz. Eu também fui aluna do Prof. José Cruz, e também nutria por ele um especial afeto. Tive essa honra de ter sido aluna dele, e subscrevo tudo o que aqui afirmou no voto de pesar.

Em relação à EPAMAC, também dar nota de que nós tivemos a visita, como sabe, do Sr. Secretário de Estado à EPAMAC, e dizer-lhe que no âmbito das comemorações da Dolmen, do seu vigésimo quinto aniversário, e para também dar nota daquilo que diz, que também subscrevemos, dizer que quando o Sr. Secretário de Estado cá esteve, ficou muito surpreendido com o mérito desta escola (da EPAMAC). E para perceberem também o quanto a EPAMAC é, não só no plano nacional, mas também internacional, dizer-lhes que quando fomos agora a Tours, a França, a comitiva que nos recebeu conhecia a Escola EPAMAC e falaram-nos nela. Exatamente uma comitiva de Moçambique, com quem estamos agora também a ter algumas conversações por estes dias, e que se encontra cá no Marco de Canaveses, também eles – porque têm alunos de Moçambique cá na escola – nos deram referências muito positivas desta escola. E por isso, Sr. Deputado, também nos queríamos associar ao vosso voto de louvor à EPAMAC.

Em relação às restantes questões, visitas a Sande e S. Lourenço, queria dar-lhe nota do seguinte, das visitas às freguesias: apraz-me que a iniciativa do Executivo da Câmara Municipal tenha sido reproduzida pela Comissão Política do PSD. Estranho, contudo, como é lógico, que ao longo dos doze anos isso nunca tenha acontecido, e ainda mais estranho é quando o Sr. Presidente da Comissão Política do PSD, deputado Luís Vales, no passado recente até foi vereador desta casa, fico até surpresa como é que nunca teve essa preocupação, pois como vereador, poderia ter dado um contributo ao Executivo do PSD na resolução dos assuntos que aqui trouxe hoje, e que provavelmente tinha trazido a esse Executivo.

Queria dar-lhe nota do seguinte: também lhe agradeço a sua honestidade em assumir que o PSD não resolveu em doze anos aqueles assuntos que o senhor cá hoje trouxe para que o Executivo PS os possa resolver.

Em relação à ação social, a IPSS que nos falou, eu posso estar equivocada, mas creio que até na semana anterior recebemos cá um pedido de apoio financeiro para essa instituição. Por isso, a instituição tem atividade, que eu saiba, na oferta dos cabazes do Banco Alimentar Contra a Fome, desconheço que tenha outra atividade no âmbito social, mas esse pedido está cá e será analisado pela Câmara Municipal, à luz do regulamento, se entendermos assim ajudar essa instituição nas suas atividades. E creio que do Sr. Deputado Luís Vales, foi tudo.

Em relação à sua recomendação, que aqui foi aprovada na última reunião, Sr. Deputado Luís Vales, dizer-lhe que era bom que as recomendações dos deputados pudessem resolver os problemas do município; era bom. Mas, também dizer-lhe, Sr. Deputado, até pelo lugar que ocupa como deputado da nação na Assembleia da República, que uma recomendação não resolve o problema, porque senão o PSD, ou o Executivo PSD tinha-o resolvido nos doze anos anteriores que cá estavam, porque recomendações certamente não lhe faltaram para poder resolver o



assunto da água. E dizer-lhe que o Executivo PS está empenhado na resolução do assunto, como já dissemos, estamos empenhados no cumprimento dos nossos compromissos. Aos Marcoenses pedimos apenas a compreensão equivalente à complexidade do problema que temos pela frente, e assumimos já que na próxima Assembleia Municipal, este Executivo trará algumas novidades em relação ao problema da água e do saneamento. Por isso, não estamos esquecidos; aliás, não há dia nenhum em que este Executivo não tenha este *dossier* em cima da Mesa, porque sabemos o compromisso que assumimos com os Marcoenses. Mas, como lhe disse, o Executivo PSD esteve cá doze anos, e nós estamos há seis meses.

Festival do Anho Assado, dar-lhe nota do seguinte: em relação ao Festival do Anho Assado, disse-me que fez um contato com a Associação das Coletividades. Dizer-lhe que nós reunimos com a Confraria do Anho Assado, que era a promotora do Festival do Anho Assado com Arroz de Forno, onde lhe demos nota (o Executivo) que não era do nosso agrado voltar a fazer um Festival do Anho Assado no mesmo modelo que ocorreu no ano transato, que acho que não foi o modelo que trouxe prestígio ao prato gastronómico que o Marco de Canaveses tanto recomenda e quer promover, e por isso, demos-lhe nota que seria bom que pudéssemos reunir com aqueles que mais ou melhor promovem este prato gastronómico, que são os restaurantes desta terra, e que costumavam promover o anho neste festival. E assim o fizemos: depois de ter reunido com a Confraria do Anho Assado, reunimos exatamente com os restaurantes, aqui nesta sala, que estavam presentes, ou que estiveram num passado recente nos eventos gastronómicos, mais concretamente no Festival do Anho Assado. Dar-lhe nota de que nessa reunião, todos os restaurantes foram unânimes, dizendo que, de facto, a promoção deste prato gastronómico não era tão bem feita se fosse feita numa tenda, do que se fosse feita a promoção do prato gastronómico no restaurante, ou nos seus restaurantes. Ou seja, o que os restaurantes entendem é que se queremos promover o anho com qualidade, devemos promovê-lo de modo a que as pessoas o possam ir degustar nos seus restaurantes, e aí sim, acompanhado de umas boas entradas, de um bom vinho, no conforto do seu restaurante, onde porventura podem regressar sempre que quiserem – porque aquele prato será servido sempre da mesma forma – poderíamos promover o anho assado. E foi assim, foi comunicado posteriormente, numa outra reunião com a Confraria do Anho Assado, que o Executivo da Câmara Municipal este ano vai promover o anho assado exatamente durante o período das festividades do concelho. Ou seja, a aposta na promoção deste prato gastronómico será realizada nas festas do concelho – que já agora, aproveito também para dar essa nota, serão mais curtas, porque este ano as festas do concelho vão ser de 11 a 15 de julho, e além de promovermos o anho assado nos restaurantes, vamos também fazer, em colaboração com a Associação Empresarial do Marco, a chamada Festa dos Bons Petiscos, que o Marco de Canaveses tem, que vai decorrer ao longo da feira, no Jardim Municipal, e que será dinamizada – como disse – em articulação com a AEMarco, e onde decorrerá também o concurso dos vinhos do Marco. Ou seja, nessa Feira dos Petiscos, os vinhos do Marco têm que estar necessariamente associados. E já agora dizer-lhes que o Jardim Municipal contará com um programa de animação diária, e também vamos trazer as festas para o centro da cidade. Ou seja, o palco principal das festas deixará de ser no Estádio Municipal e passará a ser aqui no centro da cidade.

Em relação à Feira do Livro, Sr. Deputado, em relação à Feira do Livro, dizer-lhe o seguinte: de facto, o anterior Executivo costumava fazer a Feira do Livro no dia do 25 de abril, a seguir ao almoço, costumávamos fazer essa inauguração da Feira do Livro. Este Executivo entendeu que esta não seria a melhor data – até porque, por acaso, este ano, esteve bom tempo, mas já não é



a primeira vez que nesta altura, o tempo não permite que se faça uma Feira do Livro ao ar livre – e por isso temos programada, e sairá muito em breve o programa, a Feira do Livro este ano decorrerá no dia 31 de maio, e 1, 2 e 3 de junho, sendo certo que no dia 31 de maio prevê-se a sua inauguração à noite, e nos restantes dias, 1 de junho, que é o Dia Mundial da Criança, abrirá às dez horas (10h00) e encerrará às vinte e três (23h00). Dar nota de que esta Feira do Livro vai decorrer na Alameda Miranda da Rocha, com uma tenda amovível de cerca de trezentos metros quadrados (300 m<sup>2</sup>), onde decorrerá a venda e apresentação de livros. Vamos ter cá Margarida Rebelo Pinto, no dia 1 de junho, e vamos ter também as papelarias da cidade, como é normal – não vou ler aqui, para não passar a publicidade, mas vamos ter cá as livrarias e as papelarias também da cidade do Marco. Vamos ter também na Feira do Livro exposição com trabalhos efetuados por alunos das escolas do concelho, no âmbito do Concurso de Poesia, que será promovido pelas Águas do Marco.

Associamos ainda – e aproveito para deixar aqui o convite às escolas – no dia 1, porque é o Dia Mundial da Criança, faremos atividades com um espaço educativo para as crianças, sobre a arqueologia, que será promovida pela Escola Profissional de Arqueologia, e vamos também ter um espetáculo com atividades circenses, e vamos ter atividades de animação e insufláveis. A Feira do Livro, então, decorrerá nesse fim de semana.

Depois, tinha aqui algumas notas para dar sobre as festividades do concelho, mas acho que não vou ter tempo, por isso vou deixar para outra altura, ou para outra oportunidade.

Índice de transparência, Sra. Deputada Ana Ferreira, dizer-lhe o seguinte: subimos quarenta e sete posições no Índice de Transparência. Antes de explicar por que é que subimos quarenta e sete posições, queria dizer-vos que o Índice de Transparência tem como objetivo promover uma maior envolvência dos cidadãos na vida autárquica, relatando anualmente o grau de informação que o Poder Local disponibiliza. Esta avaliação é feita, à transparência e integridade, por uma associação cívica de utilidade pública independente e sem fins lucrativos – não é nenhum organismo estatal; é uma organização não governamental para o desenvolvimento, e tem a colaboração da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro. E então, dizer-lhes o seguinte: de facto, o Município do Marco de Canaveses subiu quarenta e sete posições no *ranking*. Dizer-lhes que o trabalho realizado pelo Gabinete de Informática – porque deve-se sobretudo ao Gabinete de Informática esta subida no *ranking*, porque organizou de forma muito explícita um *link* – aliás, eu posso dar nota em que é que consistiu, mais em concreto – o Gabinete de Informática, que também aproveito para dizer que agora está sob a alçada da Sra. Presidente de Câmara, na última alteração do organograma o Gabinete de Informática passou a estar sob a minha alçada – dizer-vos que o que o Gabinete de Informática fez foi criar *links* diretos para que quem avalia pudesse ir buscar a informação diretamente aos *links*. Ou seja, nos quarenta e sete indicadores que vimos validados – porque são setenta e seis, e em vinte e nove deles tivemos zero pontos, é preciso que se diga (em quarenta e sete fomos avaliados, em vinte e nove não fomos, tivemos zero pontos) – nestes pressupostos, ou seja, o que o Gabinete de Informática fez foi criar *links* para que quem estivesse a avaliar a informação pudesse diretamente, naquele *link*, ir buscar a informação de que necessitava. E por isso, dizer-lhes, Srs. Deputados, que, de facto – e aqui queria também deixar esta mensagem de reconhecimento – este trabalho deve-se sobretudo ao Gabinete de Informática, que muito trabalhou com as chefias – como é normal, que se disponibilizaram – e os Diretores de Serviço, para colocar esta informação disponível para avaliação. E já agora, dizer-lhes que este mesmo





Gabinete de Informática já me recomendou – e eu acatei com toda a satisfação – a criação de um grupo de trabalho para que no próximo ano possamos ainda subir mais no *ranking* da transparência. Esta nota, gostava de a dar, para perceberem todos do que é que estamos a falar.

Em relação à Sra. Presidente de Junta, Maria José, sobre a colónia de férias, dizer-lhe que a sua preocupação sobre a colónia de férias abrir, ou não, no período de interrupção letiva, dizer-lhe que este Executivo teve, desde o primeiro momento, uma preocupação com aqueles que não podem, ou não têm condições de tomar conta dos seus educandos durante o período das interrupções letivas. E por isso, numa das visitas e reuniões que tive com a Sra. Secretária de Estado da Educação, colocámos-lhe esta possibilidade de durante o período de férias letivas podermos ter um jardim de infância e uma Escola EB1 (de acordo com a dimensão das freguesias) abertos durante o período de férias letivas, para poder dar resposta aos pais, às famílias que não tivessem onde deixar os seus filhos, os seus educandos, durante o período de férias letivas. A Sra. Secretária de Estado disse que isto foi uma sugestão, ou foi uma proposta que lhe colocámos que nunca nenhum outro município lhe tinha colocado. E por isso, atendendo à inovação do Município do Marco de Canaveses, o que ela nos pediu foi para recolhermos informação – que creio que foi solicitada a todos os Srs. Presidentes de Junta, que nos indicassem qual é que seria o estabelecimento de ensino que queriam ver aberto, quantos alunos por estimativa é que teriam, porque a estarem abertos nas interrupções letivas, este financiamento terá que ser assegurado de acordo com aquilo que é normal também nas interrupções letivas do carnaval, do natal e da páscoa, será financiado pelo Ministério da Educação. Além destas questões, colocámos muitas outras à Sra. Secretária de Estado, enviámos a informação logo que os Srs. Presidentes de Junta nos enviaram (que ainda demorou alguns dias a recolher), mas até hoje – e fizemos até algumas insistências na semana anterior, com o Gabinete da Sra. Secretária de Estado – o seu técnico especialista deu-nos conta de que ainda não teriam resposta para nos dar. Temos consciência disso – aliás, foi um dos assuntos colocados no Conselho Municipal de Educação, porque sabemos que até ao final deste mês, o mais tardar na primeira quinzena de maio, teremos que ter essa resposta, porque também sabemos que existem freguesias que, se assim não for, terão que se organizar, ou não, com outras entidades, que deve ser o caso da sua freguesia, que deve ter uma colónia de férias particular, ou uma entidade particular que quer realizar a colónia de férias, e também sabemos que há outras freguesias que a têm. Dar-lhes nota de que estamos com esse assunto em cima da mesa; se não for possível fazê-lo este ano letivo, certamente que o faremos no próximo ano, com mais tempo, porque a situação também foi colocada à Sra. Secretária de Estado no mês de fevereiro, e por isso, é normal que depois de a resposta ter ido em março, estamos em abril, que ainda não haja uma resposta.

Em relação à fossa, é um assunto que depois o Sr. Vice-presidente lhe pode dar nota do que se passa, e tentamos responder à sua questão.

Em relação à dificuldade em contactar o Executivo da Câmara Municipal, permita-me que lhe diga, Sra. Presidente de Junta, que, de facto, quando a Sra. Presidente de Junta me tem ligado, eu tenho-lhe retribuído a chamada, embora possa não ser quando a Sra. Presidente de Junta gostaria que eu a atendesse. Na verdade, se não lhe respondemos quando a Sra. Presidente de Junta precisa – porque admito que quando liga, e como diz, é necessário – também os outros Presidentes de Junta, que são mais quinze, assim o fazem, quando nos ligam é porque precisam. E dizer-lhe que a Sra. Presidente de Junta deve ter também os contactos dos elementos do GAP, do Gabinete de Apoio à Presidência, e nós, Executivo, além de mim e do Sr. Vice-presidente,



temos dois adjuntos, três secretárias, e por isso, eu não quero acreditar que ninguém lhe atenda o telefone.

Mas, dar-lhe conta, Sra. Presidente de Junta, que este Executivo respeita muito os Presidentes de Junta, e por respeitar é que os recebe, mas recebe-os de acordo com a sua agenda, porque além dos Srs. Presidentes de Junta, nós temos muitos outros problemas para resolver no concelho. Eu não quero acreditar que a Sra. Presidente de Junta tivesse um estatuto especial no anterior Executivo, e tivesse, de facto, algum tipo de resposta mais breve do que os outros, porque é a primeira Sra. Presidente de Junta que se está a queixar de que tem dificuldade em contactar o Executivo.

E dar-lhe nota do seguinte, Sra. Presidente de Junta: ainda desta última vez que tivemos oportunidade de visitar a sua freguesia, onde só apareceu um munícipe, estivemos à sua disposição para todos os assuntos que nos quisesse colocar, durante três horas. Por isso, até acho estranho que a Sra. Presidente de Junta diga, como disse, que tenha dificuldade em contactar o Executivo da Câmara Municipal, porque não corresponde à verdade.

#### **--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sra. Presidente, apelo à sua capacidade de síntese, estamos a exceder o tempo.

#### **--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Assembleia Municipal de Jovens: Sr. Deputado Bruno Caetano, a Assembleia Municipal de Jovens correu muito bem, acho que as propostas que aqui nos fizeram chegar, os jovens Marcoenses que representaram aqui, neste caso em concreto, apresentaram-nos propostas na área do património – porque este ano é o Ano Europeu do Património – foram propostas que o Executivo da Câmara recebeu com muito agrado – aliás, propostas de grande qualidade – e a qualidade das propostas, acho que teve o seu auge de nobreza quando, aquando da votação, a escola que ganhou, que foi a Escola da Pedra, conseguiu, com menos dois alunos, obter sete votos. Isso quer dizer que as outras escolas que estavam aqui representadas conseguiram – porque podiam ter votado nelas próprias – conseguiram perceber, de facto, a pertinência e a importância do projeto que foi o projeto vencedor. E isso diz muito sobre a qualidade dos nossos jovens Marcoenses, e a qualidade das propostas aqui apresentadas.

Sobre a poluição do Rio Tâmega, depois passarei a palavra, se assim for entendido pelo Sr. Presidente da Assembleia, para o Sr. Vice-presidente responder.

Em relação ao Sr. Deputado Mário Luís, dar-lhe nota de que eu também gostaria de ter tido cá mais gente na cerimónia do 25 de abril. No entanto, este ano, como sabem, fizemos uma cerimónia em que inovámos um bocadinho, porque colocámos os nossos alunos das escolas do pré-escolar e 1.º ciclo a celebrar connosco este 25 de abril, a trazer-nos uma mensagem sobre o que é que era a liberdade para as crianças. Tivemos também o gosto de os ter connosco no hastear da bandeira, e tivemos também a Banda de Vila Boa de Quires nestas cerimónias, o que também acabou por dar uma grande nobreza ao ato.

Em relação às construções de Alpendorada, o Sr. Presidente da Junta já me tinha dado nota disso; depois poderemos falar, mais tarde, quando tivermos dados mais concretos, mas ainda não há nada de concreto sobre a situação.



Em relação aos contentores de resíduos sólidos urbanos, a Sra. Vereadora, Dra. Alexandra Rabaçal, na semana anterior, deu-nos nota de que também é uma coisa que lhe desagrada muito, de facto, e tínhamos até pensado nisso, porque como sabe, é médica, e acha até que o facto de nós termos ao longo do concelho os contentores de resíduos sólidos ao lado das paragens de autocarro não é, de facto, agradável, e até se pode tornar mais num problema até de saúde pública, porque nós, infelizmente, às vezes apercebemo-nos de que os contentores estão demasiado cheios, e com o lixo a verter, e por isso vamos ter isso em atenção – nomeadamente aqui, neste caso em particular, seria colocar contentores mais pequenos, de pequena dimensão. Faremos chegar essa nota aos serviços, para poderem dar conta da sua pretensão.

Em relação às placas apelando ao desaconselhamento do banho, vamos tentar, então, colocar umas placas em que pelo menos a informação seja mais concreta, e que passe melhor a mensagem de que não é só desaconselhar, é mesmo proibir.

Em relação às questões que o Sr. Deputado Gil cá nos fez chegar, sobre a Conservatória do Registo Civil, de facto, essa não é uma atribuição nossa, mas irei tentar perceber, de facto, o que se passa em relação a isto, para que se a Câmara Municipal puder tomar alguma diligência, para o fazermos.

Em relação ao IMI, dar conta de que alguns de nós que aqui estamos, e eu, que sou hoje Presidente de Câmara, também votámos a descida do IMI no anterior mandato, e acho que todos os que votámos a descida do IMI, votámo-lo com a maior das responsabilidades, sabendo que, de facto, os Marcoenses mereciam que tivessem um IMI mais baixo. Agradeceu ao Executivo anterior, e eu, como fiz em campanha eleitoral, também agradeço ao Governo do Partido Socialista, porque como sabe, foi a alteração da Lei do Orçamento de Estado de 2017 que também permitiu aquilo que o Sr. Dr. Manuel Moreira dizia, e muito bem, esta janela de oportunidade, que foi uma janela de oportunidade que trouxe sobretudo frutos, e que conseguiu trazer também algum proveito financeiro aos Marcoenses. E por isso, dar-lhe conta de que o Partido Socialista, como é normal, e porque foi votada, na altura, essa descida por unanimidade, tem também essa nota para lhe dar. Mas, dizer-lhe também, Sr. Deputado, que a nós agora cabe-nos resolver o problema da descida do IMI em termos de receita, porque como sabe, a descida do IMI invalida que entrem menos um milhão e meio de euros (1.500.000€) nos cofres da Câmara Municipal. E por isso, também nós agora temos que resolver este problema, que é um problema que vamos ter que resolver, para resolver esta questão da descida do IMI.

Em relação ao *slogan* de campanha, Sr. Deputado, eu acho que esta Assembleia Municipal merece que os Srs. Deputados estejam cá para dar contributos para resolver os problemas dos Marcoenses. Acho que o senhor, quando tomou posse, leu o seu auto de posse, e deve ter assumido esse compromisso com os Marcoenses e com as pessoas que cá estão. Acho que não é de bom tom vir para cá fazer *slogans* de campanha, até porque, Sr. Deputado, se calhar para si ainda não acabou a campanha, mas eu acho que o senhor já devia ter percebido que o Partido Socialista ganhou as eleições, com maioria, o Executivo da Câmara e a Assembleia Municipal. Por isso, acho que a sua prestação podia ser melhor se tivesse cá trazido contributos, e não *slogans* políticos, porque a campanha já acabou.





Sr. Presidente da Assembleia, eu pedia-lhe que o Sr. Vice-presidente pudesse dar alguma informação sobre os assuntos que lhe foram colocados.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sra. Presidente, o tempo está esgotado, por isso vamos dar apenas três minutos ao Sr. Vereador.

**--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em resposta à Sra. Presidente de Junta de Várzea, Aliviada e Folhada, gostaria de lhe dizer o seguinte: a senhora, em 5 de março de 2015, enviava um *e-mail* ao Sr. Dr. Manuel Moreira, Presidente de Câmara de então, a pedir-lhe para que providenciasse um estudo acerca da situação atual das fossas que servem a população de Marmoiral, em Gouveia. E eu vou-lhe dizer, Sra. Presidente, não luto por fossas; luto por água e saneamento, e com rede de saneamento, até porque eu tenho aqui uma informação dos serviços, e a senhora também deve ter conhecimento dela, que diz o seguinte, e eu vou passar a ler: *“Após deslocação ao local com o Sr. Vereador...”* – não é comigo, é com o de então – *“... em face das habitações a servir, teríamos que equacionar uma solução de uma ETAR compacta, e não uma fossa, sob pena de a empresa Águas do Marco não assumir a sua gestão, situação que atendendo ao local, teria que ser mais estruturante em face da ausência das imediações, e de uma linha de água para a descarga do efluente tratado.”* Por isso, quero dizer-lhe que este Executivo está a tentar resolver o seu problema através de uma rede de saneamento, e não de uma fossa.

Gostaria ainda, porque pôs o meu bom nome em causa, e peço aqui um bocadinho da vossa atenção junto do Sr. Presidente da Assembleia, para lhe responder, porque, de facto, fiquei triste com as afirmações que aqui fez. E eu gostaria de lhe dizer, e provar por “A+B”, que aquilo que disse não é verdade, e não corresponde à verdade. Já agora, lembra-se quando a senhora me ligou, salvo erro num sábado, a pedir para ligar a água a uma senhora, junto a uma escola, que estava aflita e não tinha água? Eu atendi-a, não atendi? Atendi, e resolvemos o problema. Eu julgo que a senhora ainda está ligada. Pronto. Gostaria ainda de lhe dizer que quando visitámos ambos, e a senhora ligou comigo, as paragens do autocarro, visitámos o local, não visitámos? Apresentámos um projeto-tipo que as Infraestruturas não aceitaram. Estamos a fazer outro. É verdade, não é? Claro. Acho que não houve aqui dificuldade nenhuma em falarmos. E quando entregámos os compostores nas escolas, também não falámos, não telefonámos? E o pedido para a realização dos jogos, quando a senhora me ligou num dia, à noite, que o pavilhão estava cheio de humidade, e que ao outro dia ia lá jogar uma equipa, e a senhora pediu-me para que a equipa jogasse num outro clube, num sábado à noite, também não falou comigo? Também não a atendi? Também é verdade, não é? E as visitas às freguesias, que já aqui foram apresentadas, que estivemos três horas com a senhora, na terça-feira passada, porque eram três horas e meia, atendemos uma munícipe, e as restantes três horas ficaram todas para a senhora. Se não as utilizou, foi porque não quis. E a pavimentação do caminho de Agrochão, não visitámos a pavimentação do caminho de Agrochão, com o Sr. Eng.º Couto e com a senhora? Visitámos. E as visitas aos eventos, onde eu estive com a senhora, que não faltei a nenhum, a todos os eventos que têm sido feitos na sua freguesia? Não falámos? E quando me ligou para limpeza do Calvário, por causa da Festa da Quaresma, que eu imediatamente disponibilizei os homens para limpar o Calvário, eu não a atendi? Pois está claro que atendi.



Deixe-me só dizer o seguinte: a falta de honestidade política e a falta de lealdade institucional em nada abona para a relação entre instituições.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Deixem-me fazer uma observação, enquanto Presidente: eu não posso concordar que isto volte a acontecer. Quando alguém está a usar da palavra, eu peço que o faça, de preferência na terceira pessoa, que não direcione para a pessoa que terá feito as observações, e a pessoa a quem está a ser dada resposta, é importante que não se manifeste, porque senão entramos aqui numa espécie de feira que não tem assunto nenhum. Muito obrigado.

Sr. Deputado Luís Vales. Sr. Deputado, não entendo que exista situação que justifique defesa da honra da Bancada. Sr. Deputado, acabou, vamos passar à votação. Não, há defesa da honra, mas o senhor tem que manifestar em que termos é que quer defender a honra, porque dessa forma, dizer-me “defesa da honra”, para mim não consubstancia nada. Agora, se me disser assim “neste aspeto e naquele foi ofendida a honra”, já é diferente. Sr. Deputado, dê-me só um bocadinho. O Sr. Deputado Luís Vales continua a insistir na defesa da honra? Então, eu vou convidá-lo a vir aqui explicar-me. São dois minutos, por favor.

**--- Luís Vales (PPD/PSD) ---**

Sr. Presidente, a Bancada do PSD considera que a sua honra foi ofendida a partir do momento em que os membros do Executivo, que se dirigiram a ela, nomeadamente à Sra. Presidente da Junta de Freguesia, Maria José Cerqueira, em que a Sra. Presidente acusou-a de estar a mentir – eu passo a citar: “*A senhora tem dificuldade em contactar o Executivo, não pode ter, porque tal não corresponde à verdade.*” Ou seja, acusou a Sra. Presidente da Junta de estar a mentir. A Bancada foi atingida porque a verdade deve estar acima de tudo. E para o PSD, consideramos que não podemos pactuar com situações em que se personalizem desta forma as coisas. A Sra. Presidente – e ontem foi o 25 de abril – a Sra. Presidente disse aquilo que, de facto, sentia, com certeza que o pode provar em qualquer situação. Estarmos a fazer política deste género aqui, não me parece que vá de encontro aos interesses dos munícipes. Nós estamos aqui para tentar corresponder da melhor forma ao voto que eles depositaram em nós, e não para andarmos aqui a fazer política baixa, de acusações mesquinhas...

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Dão-me licença? Eu peço ao plenário. Sr. Deputado, primeira questão: eu percebo a sua posição, percebo a sua posição do ponto de vista político, mas isto aqui é uma coisa diferente; é que vir aqui defender a honra de uma Bancada não é correto da sua parte. E mais, o senhor vem aqui defender a honra da Bancada do PSD e está a insurgir-se contra a Sra. Presidente. É verdade. Sr. Deputado, tenha paciência. Pedia-lhe, por favor, que terminasse, porque faltam, salvo erro, quatro ou cinco segundos.

**--- Luís Vales (PPD/PSD) ---**

Sr. Presidente, só para terminar, aquilo que eu tentava dizer é que nós devemos elevar a nossa voz na defesa daquilo para que os munícipes nos elegeram, não iremos ser condicionados, muito menos quando nos tentam condicionar desta forma e com tamanha agressividade.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado.

**--- Gil Rodrigues (PPD/PSD) ---**

Sr. Presidente, a única coisa que eu quero dizer é que lamento terem dito que ao assumirmos a lealdade perante os Marcoenses, eu, com aquilo que disse aqui, não fui leal. Sinceramente, eu não recebo lições de lealdade, de sinceridade, de honestidade, de ninguém. Peço imensa desculpa, posso receber lições de outra coisa qualquer; de honestidade, de lealdade, desculpem, mas eu não aceito.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sr. Deputado, faça favor.

**--- Bruno Caetano (PS) ---**

Ora, Sr. Presidente, boa noite.

É com imensa tristeza que me dirijo aqui neste momento a esta Mesa, porque nós fazemos reuniões de líderes, mas depois parece que esquecemos tudo pelo caminho. E foi acordado – e é preciso que esta sala o saiba – que segundo o art.º 30.º, a invocação do Regimento teria que ser feita diretamente à Mesa, e nós não estamos disponíveis para compactuar com feiras. Isto é uma Assembleia. Se querem pedir a defesa da honra pelo art.º 33.º, devem fazê-lo com dignidade, não é para ter o uso da palavra quando não lhe é devida. Por isso, acho que devemos respeitar aquilo que toda a gente aqui aprovou nesta Mesa.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Pediu a palavra para?

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Pedi a palavra porque, como o Sr. Presidente da Assembleia percebeu, aquilo que foi aqui dito pelos dois Srs. Deputados foi em relação ao comportamento da Sra. Presidente de Câmara. E por isso, como é normal, eu terei que responder.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Tem dois minutos, por favor.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Muito bem. Obrigada, Sr. Presidente.

Em relação ao pedido de defesa da honra do Sr. Deputado Luís Vales, da Bancada do PSD, dizer-lhe o seguinte: aquilo que foi dito à Sra. Presidente de Junta, e que o senhor aqui quis vir defender em nome da Bancada, é que, de facto, quando a Sra. Presidente de Junta tenta contactar o Executivo, provavelmente não é atendida quando pretende. E por isso, se nós estivermos em reunião, como é normal, não paramos para atender o telefone, ou não interrompemos uma reunião para atender o telefone. De facto, aquilo que foi dito aqui pelo Sr. Vice-presidente – e foram apenas algumas das situações em que, de facto, a Sra. Presidente de Junta solicitou a colaboração do



Executivo da Câmara Municipal, e essa lhe foi dada. Aliás, aquilo que a Sra. Presidente de Junta faz não é mais nem menos do que outros Srs. Presidentes de Junta que aqui estão nesta sala fazem quando, de facto, em alguma situação que entendem que é mais urgente, pegar no telefone e ligar com o Executivo desta Câmara Municipal para tentarmos resolver mais celeremente.

Mas, dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado: de facto, vir defender a honra de uma Sra. Presidente de Junta que diz que tem dificuldade em falar com o Executivo é, no mínimo, caricato, Sr. Deputado, porque se há Executivo que está disponível para falar com toda a gente é este Executivo. E tanto estamos disponíveis que vamos todos os meses às dezasseis freguesias do concelho falar com os munícipes, onde os Srs. Presidentes de Junta normalmente também estão. As reuniões que tivemos até agora, nos contratos interadministrativos de que vamos falar a seguir, nos acordos de execução, foram todas tidas e feitas de forma leal e muito direta com os Srs. Presidentes de Junta. Queria lembrar-lhe, Sr. Deputado, que tanto eu, como o Sr. Vice-presidente, também fomos Presidentes de Junta, e por isso o nosso respeito pelos autarcas deste concelho é o máximo. E gostaríamos que essa mensagem fosse transmitida também para os Marcoenses que nos ouvem lá fora, porque não pode haver nenhum autarca de freguesia a dizer que, de facto, não consegue chegar à palavra com este Executivo, porque isso, e volto a dizer, não corresponde à verdade.

Sr. Deputado Gil, dizer-lhe que, de facto, a sua prestação naquele comentário, que eu entendo que foi infeliz, de facto, porque o senhor até começou muito bem, veio aqui pôr um problema que acho que o Executivo Municipal e esta Assembleia podem ter um papel pertinente na defesa dos interesses do município, até começou muito bem. O senhor até veio cá falar no IMI, que baixou, e agradeceu a quem teve que agradecer, e eu também agradeci. Agora, terminou de uma forma que, desculpe, mas eu não concordo. Não foi uma forma feliz de terminar a sua intervenção. E não lhe admito que agora esteja a responder, porque quem está a falar é a Sra. Presidente, e eu também estive calada quando o senhor ali foi falar. Eu estive calada e ouvi. E por isso, Sr. Deputado, dizer-lhe que, de facto, o seu juramento de honra e lealdade foi para com o Concelho do Marco de Canaveses e para com os munícipes, e o que o senhor fez aqui, dizer aqui aos Marcoenses, ou tentar passar aqui uma mensagem de propaganda política, com *slogans* políticos, não dignifica um deputado da Assembleia, seja o senhor, ou seja outro qualquer. E por isso, aqui fica a minha opinião. Venha cá, use da palavra – esta é a minha opinião – quando quiser dar contributos para melhorar a vida dos Marcoenses. É para isso que cá estão, e era isso que eu esperava, como Presidente de Câmara, da Oposição.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vamos passar de seguida à votação do voto de louvor apresentado pelo Sr. Deputado Ricardo Manuel da Silva Soares, que me vão dispensar de ler, uma vez que ele foi lido pelo Sr. Deputado. Quem vota contra? Quem se abstém? O voto de louvor foi aprovado por unanimidade.

De seguida, coloco à votação o voto de pesar do Dr. José Albino Teixeira da Cruz. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

E por último, o voto de louvor apresentado, relativamente à Escola Profissional de Agricultura de Marco de Canaveses, pelo Grupo Municipal do PSD de Marco de Canaveses. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.



Ora, uma vez que já se encontra cá o Dr. Manuel António, eu ia-lhe pedir que viesse tomar posse enquanto membro do Conselho Municipal de Segurança. Eu passo a palavra ao 1.º Secretário, para ele efetuar a chamada.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Aos vinte e seis dias do mês de abril de 2018, nesta cidade de Marco de Canaveses e no edifício dos Paços do Concelho, perante o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jorge Francisco Vieira, delegando as funções no 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Bruno Daniel Sousa Caetano, compareceu o seguinte cidadão, de acordo com o estipulado no art.º 5.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, e republicada em anexo na Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto, para tomar posse perante a Assembleia Municipal como membro do Conselho Municipal de Segurança do Marco de Canaveses, nos termos do art.º 9.º da Lei supracitada, para o mandato 2017-21.

Chamo, então, o representante das IPSS, o Presidente da Fundação Santo António, Dr. Manuel António Moreira Teixeira.

**--- Manuel Teixeira (Representante das IPSS, Presidente da Fundação Santo António) ---**

Eu, Manuel António Moreira Teixeira, abaixo assinado, afirmo solenemente que cumprirei as funções que me são confiadas no Conselho Municipal de Segurança de Marco de Canaveses, com respeito pelos deveres que decorrem da Constituição e da Lei.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Ora, vamos iniciar de seguida o **Ponto n.º 2**, Período de intervenção do público, nos termos do n.º 1 e 6 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 3 do art.º 18.º e dos art.º 21.º e 27.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Quem se inscreve, por favor? Diga-me o nome completo, por favor. Samuel Pedro Monteiro Vieira. Há mais pessoas que se queiram inscrever? Diga-me o nome, por favor. Muito obrigado. Há mais alguém que se queira inscrever? Penso que não.

Como não há mais ninguém, tem a palavra o cidadão Samuel Vieira. Tem três minutos para usar da palavra, por favor.

**--- Samuel Vieira (Munícipe) ---**

Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, membros da Assembleia, deputados, público e comunicação social.

Queria fazer aqui três ou quatro perguntas ao Executivo, uma delas relativamente à LIMFA. Nós já sabemos o que a casa gasta há uns anos, e aqui também dizer que os clubes também têm muita responsabilidade nisto, as Direções dos clubes. Agora, também é um facto, falou-se aqui da LIMFA, mas não se avançou. A Câmara vai falar com a LIMFA? Porque senão, os clubes estão parados, têm, muitos deles, bares à exploração, e as pessoas estão lá nos bares a pagar rendas, e sem futebol, as coisas não andam. Era claro, haver aqui uma posição por parte do Executivo, se vai chamar os clubes, se vai chamar a LIMFA, porque eu acho que a Sra. Presidente tem toda a autonomia para chamar o Presidente da LIMFA e dizer, efetivamente, o que se passa. Nós já sabemos que o Sr. Presidente tomou a iniciativa de organizar a Taça da LIMFA sem ninguém lhe



dar nada, já sabemos como é que isto costuma funcionar, isso nós já sabemos todos. Pronto, era importante perceber qual é a posição que o Executivo vai tomar relativamente a este problema. Eu falo de Tabuado, a pessoa que está lá no bar, efetivamente, se não houver futebol, não fatura. Mesmo os clubes têm aqui muita dificuldade para ir com as associações para a frente, por isso era importante que a Câmara não deixasse arrastar este problema.

Outra das questões tem a ver com o Festival do Anho Assado. Eu sou muito frontal, e acho que devemos, ou fazer, ou não fazer. Fazer para satisfazer aqui alguns, não compactuo. E pergunto claramente à Sra. Presidente: o modelo que está aqui a ser defendido – e percebi hoje que é fazer nos restaurantes – onde é que este modelo teve sucesso? Qual foi o concelho aqui à volta em que este modelo, a ser realizado dentro dos restaurantes, teve sucesso? Olhamos para Baião, é numa tenda, olhamos para Amarante, é numa tenda – ou faz, ou não se faz. Se os restaurantes não quiserem assumir este risco, não assumam, não se faz. Agora, era importante perceber, porque isto, recuando um bocadinho atrás, relativamente aos Fins de Semana Gastronómicos, nós sabemos, e o pessoal da restauração sabe muito bem que aquilo não funciona nada, é uma treta.

Outra questão que queria falar aqui tem a ver com a questão das festas. Também já percebi que vão ser diferentes, ainda bem, esperamos bem. Mas, também eu ando aí todos os dias, e tenho ouvido dizer para aí umas coisas, que aquilo vai para a beira do tribunal. Eu vejo as árvores a florir, e queria perceber se o palco vai ser montado no tribunal, porque vai haver ali dificuldades. Ou corta-se as árvores, ou então ali vai acolher pouca gente. Não sei se é verdade, ou não, também era importante clarificar esta questão e perceber também o modelo em que as festas decorrerão, porque acho que faz todo o sentido que seja uma terra conhecida. Nós, ao redor temos boas festas, acho que o Marco deve ter também umas boas festas.

Também queria questionar, também ouço dizer, e tenho visto as valetas das Juntas muito mais limpas, também ouvi dizer que a Sra. Presidente aumentou os contratos interadministrativos. Estava eu a dizer, queria perguntar à Sra. Presidente da Câmara quanto, a nível percentual, é que aumentou esse contrato interadministrativo para as Juntas de Freguesia.

Para terminar, e falando aqui do Quadro 2020, eu também soube lá para o Porto, e ouço aqui um silêncio ensurdecedor do Sr. Presidente da Junta de Alpendorada e do deputado Luís Vales, parece que agora o IC35 sempre vai desta. Ouvi dizer, não sei se a Sra. Presidente sabe mais alguma coisa, ou não, porque este silêncio faz-me prever qualquer coisa. Era isto que queria também perguntar à Sra. Presidente, se sabe mais alguma coisa sobre esta matéria.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado. Ora, tem a palavra o cidadão Manuel Tavares da Silva. Eu pedia-lhe que respeitasse o tempo, são três minutos, por favor.

**--- Manuel Tavares da Silva (Município) ---**

Ora, muito boa noite.

Eu precisava de pôr aqui uma questão, eu penso que o Sr. Vice-presidente e a Sra. Presidente da Câmara já sabem por que é que eu estou aqui. Eu ando aqui há doze anos para classificar uma rua que está aprovada em loteamento, que estabeleçam a toponímia nessa rua, que classifiquem a rua como rua que está descrita na Conservatória do Registo Predial, porque foi desenhada no





loteamento da Torre de Nevões, Alvará n.º 368/91, e acontece que neste momento estou à espera de uma resposta do Sr. Vice-presidente, ou uma resposta da Presidente de Câmara sobre este assunto, que é um assunto melindroso, ou seja, é uma falta de dignidade e de respeito pelas pessoas que vivem no loteamento, porque há um determinado senhor que se intitula proprietário do caminho, que é um caminho que está registado. E portanto, estamos no séc. XXI, como é que é possível existir este tipo de atrocidades quando, há dias, o parecer da Divisão Técnica desta Câmara deu o parecer a dizer que estava isento de licenciamento esse senhor que se quer apropriar do caminho, que é um caminho público, e que por lacuna do passado...

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sr. Tavares, faça-me um favor: como deve compreender, isto é uma casa da democracia. Eu tenho muito prazer em ouvi-lo, mas pedia-lhe, por favor, que não elevasse tanto a voz. Muito obrigado.

**--- Manuel Tavares da Silva (Munícipe) ---**

Olhe, são doze anos de demora, de espera, e o senhor deve compreender o meu tom de exaltação. Sr. Presidente, peço imensa desculpa, mas são doze anos.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sr. Tavares, há meios à disponibilidade das pessoas para fazerem valer os seus direitos; não é seguramente a elevar a voz que o senhor vai ter mais razão. Agradecia que prosseguisse. Muito obrigado.

**--- Manuel Tavares da Silva (Munícipe) ---**

Portanto, a Divisão Técnica, acontece que eu fiz uma queixa aqui à Câmara do Marco de Canaveses, no dia 14 de março, fiz uma queixa por escrito, e no dia 15, esse senhor entrou com o requerimento. No dia 20, saiu um ofício assinado pelo Chefe de Divisão Técnica, Sr. Arq.º Rui Almeida – eu aqui tenho que mencionar os nomes – e depois subscrito pela assinatura do Sr. Vice-presidente da Câmara do Marco de Canaveses, na pessoa do Eng.º Mário Bruno Magalhães, em que carecia de licenciamento. Quer dizer, esse senhor estava isento de licenciamento para fazer as obras do murete, no início da rua – que não é no início da rua, está errado, é no fim da rua – na entrada da Quinta de S. Mamede, Lugar de Torre de Nevões. E esse senhor é um senhor que tem a mania que é dono de tudo – se calhar é um bocado parecido com o Ricardo Salgado, só que este deve ser “teso”, não tem dinheiro, e arma-se em dono de tudo, o Sr. Peixoto, qualquer coisa Peixoto. Eu já tive problemas no passado, muito chatos, porque tive que ir responder ao Ministério Público por lhe ter retirado o portão, isento de qualquer averiguação da Câmara, de vistoria, no tempo do Sr. Dr. Manuel Moreira, que o Sr. Dr. Manuel Moreira me prometeu que resolvia o problema, e não resolveu problema nenhum; deixou ficar o legado para vocês resolverem.

Está concluído, agora preciso de respostas.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Obrigado. Eu dou a palavra à Sra. Presidente para fazer o favor de responder ao Sr. Tavares e ao Sr. Samuel.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Eu vou, então, responder ao Sr. Samuel Vieira. Dar-lhe conta de que em relação à LIMFA, é pretensão deste Executivo – ainda só não o fizemos porque, de facto, na semana passada estivemos fora, na geminação de Saint Georges lès Baillargeaux, e por isso, na próxima semana, vamos marcar reunião, porque também queremos ouvir os clubes. E é verdade que são os clubes, aliás, que têm uma palavra a dizer sobre isto, e o Executivo Municipal vai reunir com os clubes.

Em relação ao modelo da Feira do Anho Assado, como disse, e muito bem, só faz sentido se os restaurantes participarem. O que é certo é que nós reunimos com os restaurantes, e foram os restaurantes que nos disseram que só participariam se, de facto, não fosse no modelo da tenda, por questões logísticas e também financeiras, o despende de recursos técnicos, dos seus colaboradores, e também financeiros para poderem montar o seu *stand* na habitual tenda do anho assado, entendem que preferem fazê-lo nos restaurantes, e nós aceitámos essa sugestão. Por isso, o modelo da Feira do Anho, aceito que diga que noutros municípios, como é o caso do município aqui ao lado, em Baião, tenha resultados muito positivos numa tenda, mas como sabe, no ano passado, ele já não funcionou numa tenda, funcionou no espaço do Mercado Municipal. E por isso, nós queríamos, este ano – até porque as festividades são mais pequenas – dar oportunidade de testarmos este modelo. E se não funcionar, e se percebermos que, de facto, promover o anho assado nos restaurantes não é o melhor modelo, cá estaremos para depois propormos outro, ou assumirmos outro modelo deste evento, ou deste certame.

Em relação às vias de limpeza, nós vamos falar nisso num ponto da ordem de trabalhos logo a seguir, mas posso dar nota de que a Câmara Municipal aumentou em cinquenta por cento (50%) o valor atribuído por quilómetro às Juntas de Freguesia no que diz respeito à limpeza das vias.

Em relação ao IC35, dar-lhe conta que aquilo que eu sei é que o Governo do Partido Socialista só assumirá a construção do IC35 depois de fazer um estudo, ou concluir um estudo sério e rigoroso para dar conta da sua construção. Mais do que isso não lhe posso dizer.

Agora, Sr. Presidente, se me permitisse, eu passava a palavra ao Sr. Vice-presidente, para responder ao Sr. Tavares.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Tem a palavra, então, o Sr. Vice-presidente, Eng.º Mário Bruno.

**--- Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---**

Com a devida autorização da Sra. Presidente de Câmara, gostaria, então, de responder ao cidadão, Sr. Tavares. E dizer-lhe – que acho que é importante dar esta nota introdutória – que, de facto, já reunimos cá na Câmara Municipal com o Sr. Tavares, tive essa oportunidade. Após isso, tive já também a oportunidade de visitar o local duas vezes, uma delas com o Sr. Presidente de Junta, por esta razão e por outras, nomeadamente até por outras questões. Dizer-lhe também que, como sabe, os serviços de fiscalização já estiveram no local, e decorre agora todo o procedimento normal relativamente a este assunto. Considero também importante dizer-lhe, como já aqui o senhor referiu, nesta entrada já esteve lá um portão instalado, ou seja, aquele cidadão já colocou lá – o dono, ou a pessoa que se diz dono – já colocou lá um portão, esse portão foi retirado pelo senhor, como também o senhor já teve oportunidade de me dizer. Depois, em tribunal, também teve oportunidade de me dizer que foi condenado porque, de facto, removeu o portão por causa





dos incêndios, e o tribunal não aceitou essa justificação. Mas, o que importa aqui é dizer-lhe que, de facto, a situação anda há muitos anos, aquilo que lhe respondemos foi nomeadamente aquilo que está no projeto de loteamento, pelo técnico da Câmara Municipal, mas o assunto não está parado, e muito em breve dar-lhe-ei nota, com certeza, e a Câmara Municipal, do desenrolar deste assunto. Sei que até à data não tem recebido a resposta que quer, e aquela que deseja, mas da nossa parte irá ter sempre aquela que, de facto, podemos dar, e aquela que está nos projetos de licenciamento, e não outra.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Vice-presidente. Eu peço desculpa, mas não podemos entrar num sistema de pergunta e resposta, porque a Assembleia não continuava os trabalhos. Lamento, mas não pode ser. Concedo-lhe dois minutos, por favor.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Ainda em relação à questão colocada pelo munícipe Samuel Vieira, em relação às festividades do concelho, dar-lhe conta de que o palco não vai ser colocado em frente ao tribunal; vai ser, sim, colocado no parque da cidade, o chamado Parque Radical, na parte de cima do estacionamento, onde decorrerá o cartaz principal de animação musical diária, com a presença de nomes consagrados da música portuguesa – nós vamos depois apresentar o cartaz; hoje, aqui, se calhar, não é o dia. Teremos na mesma os divertimentos no Largo da Feira, vamos fazer a concentração dos dias das Festas do Marco aqui no centro, vamos, como lhe disse, aliar o Festival do Anho Assado com Arroz de Forno, vamos também apostar num cartaz mais apelativo (porque são menos dias). As Marchas Populares irão decorrer no dia 21 de julho, ou seja, no fim de semana seguinte, criando assim também uma programação diversificada durante o mês de julho, e também aguardamos a confirmação da participação das Juntas de Freguesia até 30 de abril, para saber se as marchas vão, então, ser levadas a cabo. Dar conta de que no dia 5 de julho vamos também ter cá o GEOROID Douro Verde, e vamos, nos dias 6 e 7 de julho, ter também o Mercado Romano, e nos dias 7 e 8 de julho, a prova de *jet-ski* no Parque Fluvial do Tâmega.

Dar conta também de que este ano eventualmente não será ainda possível, mas reuni também com os grupos de folclore, os ranchos folclóricos, e entre outras coisas que ficaram decididas, caberá anualmente a cada rancho folclórico a organização do seu festival de folclore a integrar nas festividades do concelho, dando-se assim também um cariz nacional, e se possível internacional, ao folclore. Esta iniciativa decorrerá, então, no próximo ano, porque este ano, a conversa que tive com eles na reunião já foi muito em cima da festividade. E dizer-lhes também que o encerramento das Festas do Marco, prevê-se o seu encerramento com a Banda de Música de Vila Boa de Quires, no Jardim Municipal, e com a final do Marco a Cantar, no palco principal, onde já vos dei a informação que será montado, e onde também decorrerão as sessões de fogo de artifício.

Muito obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sra. Presidente.



Passamos de seguida ao **Período da ordem do dia**.

E começamos, neste período, pelo **Ponto n.º 3.1**, Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município.

Sra. Presidente, tem a palavra, por favor.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.

Queria apenas dar conta de algumas das situações que também não estão na informação escrita, mas que eu gostava de incluir aqui, aproveitar esta nota, porque algumas, por falta de informação à data, outras por lapso, não integraram a informação escrita.

Queria dar conta de que a Câmara Municipal está a levar a cabo a realização dos projetos de arquitetura para onze escolas do concelho – a EB1 de Avedas, a Escola Básica de S. Lourenço, EB1 da Esperança, Escola Básica de Lordelo (Vila Boa de Quires), Escola Básica de Paredes de Viadores, Escola Básica de Sobretâmega, Escola Básica da Freita, Escola Básica da Barroca, Escola Básica de Outeiro, a Básica de Santo Isidoro e a Básica de Maureles. São onze escolas, estamos a levar a cabo o projeto de arquitetura destas onze escolas, e vamos, ou já fizemos a candidatura no âmbito da CIM, e também no âmbito da reprogramação do Pacto de Desenvolvimento para a Coesão Territorial, e é nossa intenção que estas escolas possam beneficiar em primeiro lugar – e também dar-vos conta de qual foi o critério, da retirada do amianto do telhado, porque muitas delas têm amianto, e tentar também alterar a caixilharia para que possamos também tornar as nossas escolas e jardins mais eficientes em relação à energia, e para torná-las também mais quentes, mais confortáveis, e com outro tipo de obras – porque não vai ser só isso, depois vão ter outras obras de melhoramento. Mas, queria dar nota desta questão à Assembleia Municipal, porque serão onze escolas.

Dar conta também a esta Assembleia Municipal, embora já o tenha dito numa Reunião Pública de Câmara Municipal, que em reuniões com o Sr. Arq.º Siza Vieira, conseguimos que ele nos deixasse alterar, neste caso, tornar viável a circulação automóvel no caminho que é hoje um caminho pedonal em frente à Igreja de Siza Vieira – aliás, por trás da Igreja de Siza Vieira – junto à Santa Casa da Misericórdia. E por isso, numa das visitas que fiz com o Sr. Padre Coutinho ao Gabinete do Arq.º Siza Vieira, transmitimos-lhe essa preocupação, sabemos que esta era uma pretensão do Município do Marco de Canaveses há muito tempo, e à qual o Sr. Arquiteto nunca anuiu, mas que agora, felizmente para os Marcoenses, mudou de ideias. E dizer-lhes que também já nos enviou a estimativa orçamental, e estamos neste momento a tratar da adjudicação desta proposta do Arq.º Siza Vieira, e assim tornar o caminho que é hoje pedonal junto à Igreja, um caminho com mobilidade de automóveis, que nos vai sobretudo resolver um problema de tráfego junto à Escola EB1 do Marco, que como sabem – e quem frequenta essa escola nos horários da manhã, à tarde e ao final da tarde, sabe que se concentra ali um movimento de carros muito grande, e às vezes até gera aqui bastantes transtornos para aqueles que aqui querem circular. E por isso, havendo esta passagem junto à Igreja, a circulação será muito mais fácil.

Também dar conta de que participei numa reunião de preparação de cooperação com Tours, em França, no âmbito da figura de S. Martinho de Tours, aproveitando a viagem a Saint Georges lès



Baillargeaux, da geminação que temos, e o contexto da promoção das geminações, e dizer-vos que reunimos com o Diretor do Centro Cultural Europeu de S. Martinho, Antoine Selosse, e foi-nos dada a expectativa inicial de uma aproximação à lógica da geminação entre localidades em torno de S. Martinho de Tours, visto que este S. Martinho é o mesmo santo representado em Soalhães, na Igreja Matriz de Soalhães, mas também em Avedasadas. E por isso, ficou o convite para que o Marco de Canaveses constitua o décimo quarto Centro Cultural de S. Martinho na Europa, sendo que o décimo terceiro está a ser criado agora, e será holandês. E Várzea também, afinal temos mais um S. Martinho em Várzea, muito obrigada, já são três. Sendo que este Centro Cultural de S. Martinho não agregará só os S. Martinho existentes no Concelho do Marco de Canaveses, mas todos os do país. Ou seja, o Marco de Canaveses será o município que agregará todos os santos S. Martinho para fazer este Centro Cultural de S. Martinho na Europa – é assim designado.

Dizer-lhes também que em relação à nossa estratégia do turismo, tivemos oportunidade de reunir com o Sr. Presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal, e mais tarde com a sua Diretora, no sentido de estruturar os produtos turísticos do Marco de Canaveses, e inserir o concelho nas rotas turísticas nacionais e internacionais. Foram reuniões muito proveitosas, que orientam o Marco de Canaveses para três áreas turísticas: vinho, gastronomia e arquitetura. Este é o nicho de mercado atual ao qual o Marco de Canaveses pode dar uma resposta muito significativa. Ficou também a possibilidade de estruturarmos programas de vinte e quatro, quarenta e oito e setenta e duas horas, para serem vendidos pelas agências de viagens. Informo também que já há operadores turísticos a fazer o reconhecimento do concelho, uma das visitas já decorreu há cerca de uma semana, uma outra ocorrerá brevemente. Informo ainda que também nos foi solicitada uma reunião pela empresa Douro Azul, que está agendada para a próxima semana, no sentido de perspetivar como poderão ser realizados os circuitos turísticos também no Marco de Canaveses.

Queria também dar uma informação em relação à Bienal da Pedra. Gostaria de dar conhecimento de que no âmbito dos trabalhos preparatórios da Bienal da Pedra, a decorrer em meados de outubro, e em duas reuniões que já fiz, quer com o Executivo da Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, mas também com a Confraria da Pedra (do Granito, neste caso) e os Srs. Industriais da extração e transformação do granito, decidimos que iríamos manter a Bienal, que à Câmara Municipal caberia aquele que é o nosso propósito, tornar a Bienal uma feira mais profissional para promover os granitos, e por parte da Junta de Freguesia, também tivemos a sua parceria para continuar a manter aquele modelo de festa, onde podemos ir também jantar e ter algum momento de animação e confraternização. Dar conta de que vamos ter a chancela na Bienal da Pedra – e para dizer qual foi o papel da Câmara Municipal quando disse que queríamos que esta fosse uma Bienal, ou uma Feira Profissional – dizer que vamos ter a chancela da Casa da Arquitetura, que vai convidar um arquiteto brasileiro e um japonês para apresentarem propostas de utilização do granito em Alpendorada, e farão também duas conferências neste fim de semana da Bienal da Pedra.

E eram estas as três questões que queria colocar, que não estavam na informação escrita, mas que aproveito e agradeço o facto de me terem permitido ter dado essa informação.

Em relação à informação escrita, ela foi distribuída, mas estarei disponível para dar alguma informação extra.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**



Estão abertas as inscrições. Vamos começar pela Sra. Deputada Maria José; Sra. Deputada, Dra. Ana Cristina Valente; Prof.<sup>a</sup> Estela Freitas; Fernando Barbosa; Sr. Prof. Mário Luís; Bruno Caetano. Vamos recapitular o nome das pessoas que estão inscritas.

**--- Bruno Sousa Caetano (1.º Secretário, PS) ---**

Aceitando a recomendação do meu antecessor nesta função, o deputado Gil Rodrigues, que agradeço, vamos recapitular o nome das pessoas inscritas: Sra. Maria José Cerqueira, Sra. Deputada Estela Freitas, Sra. Deputada, Dra. Ana Valente, Sr. Deputado Fernando Barbosa, Sr. Deputado Mário Luís e Sr. Deputado Bruno Caetano. Confere?

Obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Eu dou a palavra, então, à Sra. Deputada Maria José.

**--- Maria José Cerqueira (Presidente J.F. Várzea, Alviada e Folhada, PPD/PSD) ---**

Ora, boa noite, mais uma vez. Vou apressar-me para não roubar tempo aos meus colegas.

Quero aqui fazer um reparo à Sra. Presidente da Câmara, relativamente à informação escrita, na pág. 17, no que toca às obras, equipamentos e oficinas municipais, obras concluídas por administração direta, e aqui acredito que neste conjunto de obras, alguma delas tenha sido concluída no decurso deste mandato, mas a verdade é que as obras e as ruas que refere aqui relativamente à Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada, todas elas foram concluídas no verão passado, Sra. Presidente: Rua do Penedo Largo, na Légua, Rua de Agrochão – que esta rua até faz limite com a freguesia da Sra. Presidente da Câmara, com Soalhães, é a rua que liga Agrochão à Venda da Giesta, foi concluída no verão passado – Rua da Aparecida, concluída no verão passado, e Caminho do Calvário, também concluído no verão passado. No conjunto destas obras, volto a frisar, acredito que algumas delas, de outras freguesias, tenham sido concluídas neste mandato, mas as que tocam à minha freguesia foram concluídas no verão passado.

E Sr. Presidente, não me sinto bem se não disser: nem só os Presidentes de Junta e o Executivo da Câmara falam a verdade nesta Assembleia; os elementos do PSD também são sérios e também falam a verdade. Por isso, queria deixar aqui esta nota, porque eu não sou mentirosa, e não posso ser apelidada de mentirosa.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sra. Deputada. Dou a palavra à Sra. Deputada Estela Freitas.

**--- Maria Estela Freitas (PPD/PSD) ---**

Exmo. Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Secretários, Exma. Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Vereadores, Exmos. Deputados, caros cidadãos aqui presentes e que nos acompanham através da comunicação social e órgãos de comunicação social, muito boa noite.

A minha pergunta não tem a ver com algo que está expresso na informação escrita, mas algo que não está expresso na informação escrita, e se a Sra. Presidente não se importar, eu colocava a questão. Na última informação escrita apresentada, a ação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens foi abordada, e desta vez não há uma única menção. Correlacionando esta lacuna com



uma notícia publicada na imprensa local a propósito da CPCJ, revelamos a nossa preocupação relativamente ao funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Lembro que a técnica Daniela Pinto, mandatada até 2019 como Presidente, foi dispensada pela Câmara – e eu até, se não se importasse, sugeria que explicasse aos Marcoenses o porquê desta dispensa. Para suprir esta afetação de alguém do município, ou da Câmara, à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Sra. Presidente afetou um técnico de ação social a cinquenta por cento (50%) do seu horário de trabalho, sem experiência nesta área específica. Concomitantemente também acontece algo que foi mau para a Comissão, ou para o funcionamento da Comissão: a técnica cooptada na Segurança Social saiu deste serviço em função da mobilidade. E nós agora perguntamos: nestas condições, será que se consegue garantir que os processos de crianças e jovens possam ser devidamente acompanhados? E tendo em conta que a Dra. Daniela Pinto só permanecerá enquanto cooptada pela Comissão Alargada até passar o testemunho, como é que a Câmara, enquanto parceira, define a sua intervenção nesta área social. Está em causa o interesse da proteção de vidas humanas, em situações periclitantes e muito, muito sensíveis. Nós vimos revelar aqui a nossa preocupação face a esta situação da Comissão de Proteção de Menores, que neste caso achamos – mas pedimos explicação – achamos que terá o seu funcionamento em causa, ou posto em causa, ou que poderá não ser o melhor a breve termo.

Muito obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra a Dra. Ana Cristina.

**--- Cristina Valente (PPD/PSD) ---**

Muito boa noite a todos. Como me dirijo a primeira vez, não vou prescindir dos cumprimentos ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sra. e Sr. Secretários da Mesa da Assembleia, à Sra. Presidente da Câmara Municipal e às Sras. e Srs. Vereadores, aos Srs. Deputados, ao público presente, e a quem nos possa escutar pela Rádio Marcoense, ler no Jornal A Verdade, e restante comunicação social.

De acordo com a informação escrita disponibilizada, e começando pelo que, intitulo eu, o preâmbulo da mesma, gostaria, se for possível fazê-lo, e após o anúncio desta intenção, saber da decisão, e se a decisão de formalização com as Juntas de Freguesia de profundas alterações aos contratos interadministrativos e acordos de execução foi já merecedora de diálogo com todas as Juntas de Freguesia do Concelho do Marco de Canaveses, e se o mesmo foi frutuoso, e assim informarmos a população.

Passo a ler o que está descrito na pág. 3, parágrafo três, da informação escrita da Sra. Presidente, que a dado ponto diz: *“Prosseguimos ao encontro das necessidades dos Marcoenses, com as respostas de melhor proximidade, as quais queremos formalizar com as Juntas de Freguesia, através das profundas alterações aos contratos interadministrativos e aos acordos de execução, designadamente do seu reforço financeiro e adequação à atualidade.”* O meu objetivo, com esta pergunta, é meramente saber se este ponto se trata de uma reforma ou de uma verdadeira revolução na relação das Câmaras com as Juntas, e até que ponto alterará o procedimento destas, se torna o seu trabalho de proximidade mais eficaz ou mais dependente da centralização das decisões da Câmara Municipal.



Relativamente ao Ponto 4 (Polícia Municipal), é um tema que eu não domino, mas que como cidadã comum, gostava de interpelar relativamente ao que nos é aqui transmitido sobre esta importante estrutura de âmbito municipal, e associando uma preocupação que prescindi de colocar antes da ordem do dia, e que depois, já na altura da intervenção do público, foi abordada. Pedia à Sra. Presidente, ou ao Sr. Vereador do Executivo a quem entenda delegar, a resposta ao seguinte pedido de esclarecimento, que muitas vezes me fazem, e tendo em conta que estamos não só os presentes a escutar, mas também os que representamos: qual é o número atual de elementos da Polícia Municipal? O quadro de elementos encontra-se completo? E se assim é, o mesmo sucede por ser considerado em número de elementos deficiente ou por algum impedimento que nos possa, entretanto, dar a conhecer? Pergunto se existem relatórios da parte da Polícia Municipal sobre situações de manifesto aumento de insegurança na zona de estacionamento, nomeadamente abaixo da Rua Amália Rodrigues. Creio que assistimos nos últimos tempos – e admito que ciclicamente – a um aumento do número dos ditos arrumadores, com características que a todos nós transmitem insegurança, pouca vontade de estacionar o automóvel nos locais para tal destinados, e aí regressar mais tarde, seja após um dia de trabalho, seja depois de umas horas a fazer uso do comércio local. O que se passa quando lá chegamos, todos sabemos. Já a decisão de ficar, ou não, é individual, mas creio que sempre pouco confortável. E se a insegurança é a primeira preocupação, acredito que nos alerta também para consequências, depois, do aumento, obviamente legítimo, da pressão imobiliária na zona. Podemos contar com alternativas de estacionamento?

Sabem, fico apreensiva, alguns de nós farão o que devem, que é deixar o automóvel em casa, mas não pretendemos que o Marco atraia, para além dos que cá vivemos, os nossos concidadãos de todo o concelho e de fora dele, que se veem ao fim de semana a usufruir da gastronomia, que poderiam ser alvo, e aproveitar, se regressassem, para nos ajudar a fomentar a economia, quer do comércio local e serviços? Mas, para tal, precisamos de ter o estacionamento, e o mesmo assinalado para quem o desconhece.

Ainda no âmbito da segurança, pergunto também se a nossa Polícia Municipal relatou a necessidade, ou não, na sua observação, de melhorar a verificação da velocidade de circulação em perímetro urbano. Atendendo a que os meios são limitados, e que não se pretenderá o recurso à multa, e tendo em conta que no mesmo ponto da informação escrita se refere a manifesta preocupação, e bem, com a vigilância junto a escolas – o que louvamos e nos parece uma medida que desejamos dissuasora – mas dizia, é voz corrente e de fácil verificação o constante desrespeito por limites máximos de velocidade – diria limites máximos de bom senso de velocidade – de circulação de veículos nas ruas da cidade. No passado mandato, ouvimos dos moradores, em paralelo com os comerciantes da Rua Francisco Sá Carneiro e anexas, a queixa do ruído motivado por veículos motores que circulam num piso que sabemos problemático. Creio que a queixa se mantém e estará a aguardar possível resolução, mas preciso e devo questionar o Executivo, na pessoa da Sra. Presidente, sobre medidas a tomar para que situações tão graves, como não ser possível atravessar em segurança em passadeiras visíveis nas ruas do Marco, por continuado excesso de velocidade praticado nessas artérias, e da necessidade de tomada de medidas para melhorar o civismo de condução nas ruas, necessariamente partilhadas por automóveis, motas e por pessoas, claro. Algumas destas estão nas imediações das escolas e zonas de habitação, são de total visibilidade, e em qualquer dia e a qualquer hora se assiste a atitudes lamentáveis de desrespeito pela vida em comunidade. Estaremos de antemão de acordo, na impossibilidade de um polícia em cada rua, um polícia em cada porta. Já os tivemos noutros





tempos, e não temos boas recordações. Mas, creio que também partilharemos a preocupação de numa cidade da dimensão do Marco de Canaveses, e num território de gente de bem, a manutenção de segurança de quem estaciona o carro para ir trabalhar ou viver, na cidade, nas suas várias vertentes – seja o trabalho, os serviços ou o comércio, ou mesmo a atividade social – e em que é imperativo dinamizar a economia, bem como a vivência diária das famílias que escolheram para viver com as suas crianças e que lhes querem fomentar a autonomia, sejam pontos inquestionáveis e merecedores de intervenção. Isto antes que o problema que leio no rosto de alguns, talvez porque não os assuste diariamente, e possam ser considerados problemas menores, não se tornem grandes. A falta de meios da GNR, dependente do Poder Central de Lisboa, ou da Polícia Municipal, dependente da autarquia no Marco de Canaveses, não podem ser justificação para não dar uma resposta clara à população.

Por fim, estamos em abril, no fim de abril, tivemos a chuva que pedimos e que tanta falta fazia, e tivemos já dias com temperaturas a atingir valores que já ultrapassam os desejos de bom tempo. Sejam as mudanças climáticas ou as profundas alterações da vida dos portugueses ao longo dos últimos quarenta e quatro anos, sabemos hoje que os dias de alerta máximo para condições meteorológicas extremas, aliados a pontos de ignição cada vez mais comuns, por abandono dos meios rurais, serão em maior número, serão uma constante, e com risco de desvalorização por parte das populações. Pergunto neste momento se o Concelho do Marco de Canaveses está preparado, no total das suas valências relativas à Proteção Civil e de cidadãos, quer em meios humanos, quer em meios materiais, quer em meios logísticos e organizacionais, para fazer frente a temperaturas muito elevadas e condições ambientais extremas, passíveis de resultarem em incêndios florestais e simultaneamente na prevenção e combate aos mesmos incêndios, quer também no apoio às populações que em situações críticas possam estar envolvidas.

Agradeço desde já os esclarecimentos que possam ser facultados, deixo votos de engenho e arte para bom trabalho nesta nova fase de trabalho do Executivo após os seis meses de início de mandato, e espero que possa ter uma resposta serena, e não ter causado nenhum constrangimento.

Muito obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sra. Deputada. Dou a palavra ao Sr. Deputado Fernando Barbosa.

**--- José Fernando Barbosa (Presidente J.F. Tabuado, PS) ---**

Sr. Presidente, eu pedia dispensa dos cumprimentos, uma vez que já os fiz, e para atalharmos caminho.

A minha intervenção prende-se com a informação escrita, e até porque já vi aqui alguns membros desta Assembleia a pedir responsabilidades à nossa Presidente por algo que outros durante doze anos não conseguiram, e nomeadamente no que concerne ao saneamento, e dar-lhe os parabéns porque já neste mandato as obras já terminaram, a extensão da rede de saneamento na Rua da Vinha e na Rua da Estalagem, e dar-lhe os parabéns por esta atitude, indo de encontro àquilo que são os seus objetivos e os nossos objetivos. Estamos a falar de algo que pertencia ao passado, que já devia estar, e que hoje não deveríamos estar cá a falar disso, mas deixar a ressalva disso, e também pela conclusão dos trabalhos de dois pequenos troços de passeios na Rua da Folgosa



e na Rua Coronel Fernando Monterroso. Portanto, gostava de dar os parabéns. E também dizer-lhe que gostava de ver aqui nestas listas de pavimentações – porque já mais do que uma vez eu fiz aqui, neste mesmo sítio, durante quatro anos eu reclamei a repavimentação, ou a retificação da Rua da Panchorra. Infelizmente, não sei porquê, a verdade é que esse pedido, esse apelo feito mais do que uma vez neste mesmo lugar, não foi atendido pelo anterior Executivo, e penso que o resultado em Tabuado também espelha essa falta de respeito pelos pedidos que eu aqui fiz nesta Assembleia.

E gostava também, e para terminar, porque se ouve aí nos corredores, e não sei o que é que isto tem de verdade, mas fala-se de uma auditoria que está a decorrer aqui na Câmara Municipal. E gostaria de saber se já há resultados, se é verdade aquilo que se ouve aí nos corredores, ou não, porque as pessoas têm que ser esclarecidas, e acho que aqui é o sítio ideal para o fazer.

E para terminar, também agradecer o apoio que a Câmara Municipal deu ao evento que se irá realizar nos dias 5 e 6 de maio, e depois no dia 27, uma prova que conta para o Regional do Porto, nas especialidades ICM. E convidar todos aqui presentes a marcar presença, dias 5 e 6, temos uma feira no Largo das Capelas, com gastronomia, com produtos locais, com artesanato, uma caminhada pela Serra da Aboboreira – que não é uma caminhada, é uma marcha de montanha, tem aqui um grau de dificuldade acrescido, mas estão todos convidados para fazerem parte deste evento. Serão bem recebidos em Tabuado, espero ver lá alguns de vocês. Certamente alguns ainda irão receber os respetivos convites institucionais, mas teria todo o prazer em receber lá alguns de vocês.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Mário Luís.

**--- Mário Luís Monteiro (CDS-PP) ---**

Permitindo-me também que os cumprimentos sejam os que eu fiz na primeira intervenção, eu gostaria de começar por aproveitar a embalagem das preocupações aqui apresentadas pela Sra. Deputada Cristina Valente, acerca da circulação e da proximidade até a escolas, eu fiz aqui uma referência na última Assembleia, e voltava a fazer o apelo, porque há dias, eu sei que até foi alguém que não ouviu a Assembleia, que me abordou e que disse: “Qualquer dia vai haver aqui um desastre na Avenida Francisco Sá Carneiro, em Alpendorada”, porque, de facto, não há obstáculos, a não ser quando há muito trânsito, caso contrário não há grandes obstáculos a uma circulação em excesso de velocidade. E sendo uma zona de travessia constante de alunos em determinadas horas, o meu apelo que fiz da última vez, e volto a reforçá-lo, é que se faça um estudo de modo a conseguir limitar a velocidade. Não vou pedir aqui lombas, porque passam lá camiões, e isso seria um problema para eles, mas há outros meios para o fazer, e o meu apelo é que se faça um estudo.

Estive há dias na zona arqueológica do Freixo a participar, com a escola, nuns jogos da antiguidade, e na altura, pronto, recordei velhos tempos de juventude em que andei lá nas escavações, ainda havia muito pouca coisa. E isso fez-me, naturalmente, voltar a pensar numa das minhas preocupações, que tem a ver com o Castro de Arados, abordado aqui na Assembleia Municipal de Jovens pela Escola Secundária de Alpendorada, e portanto, naturalmente que em





sintonia com os industriais, também reforço aqui o apelo que foi feito para que se preste atenção, que se preserve aquilo que ainda é possível preservar – porque algumas coisas já foram destruídas – porque um dia, se deixarmos aquilo morrer, iremos ter saudades e pena por isso.

Também elogiar a realização e dar continuidade à Assembleia Municipal de Jovens, um projeto iniciado pelo então Presidente da Assembleia, António Coutinho, porque penso que é uma iniciativa muito válida, porque nós temos que acreditar na nossa juventude, é o futuro, e aquilo que eles têm aqui apresentado ao longo destes anos – salvo erro, dez anos – são, de facto, ideias interessantes, projetos interessantes, e que devem ser acarinhados. Portanto, com eles temos o futuro garantido.

Há dois projetos que a mim me dizem muito, porque fui “pai” deles, que tem a ver com o Torneio Municipal Interescolas de Alunos, que está a decorrer. Fico triste, mas já falámos pessoalmente sobre o assunto, e sei que o início de mandato é sempre complicado, e a minha esperança é que, de facto, ele vai voltar no próximo ano, que é o Torneio dos Professores Interescolas – são uns jogos que se fazem.

Quero terminar aqui por agradecer o convite que me foi feito para acompanhar a pequena comitiva que se deslocou a Saint Georges lès Baillargeaux. Aproveito aqui um parêntesis para dar uma ajuda, porque isto é um problema que já vem do passado, na pronúncia, e pensar nos rebuçados Dr. Bayard, porque temos que dizer “Baillargeaux”, e nunca dizer resumidamente “bargaux”, porque “bargaux” é uma palavra feia para os franceses, e o ex-Presidente Ferreira Torres de vez em quando dizia, e eles não gostavam muito. É um projeto que eu também acompanhei desde o início e colaborei constantemente com ele, ofereci os meus préstimos quando o Dr. Manuel Moreira tomou posse, na primeira visita dei a minha colaboração, dentro de todos os possíveis, porque por circunstâncias até ficou privado da pessoa que organizou tudo, e que adoeceu de véspera, e eu dei a minha colaboração. E é assim que eu vejo a política, em que em determinados assuntos nós devemos é pensar no Marco, não devemos pensar só na questão política dos Partidos. Por isso, eu quero, naturalmente, elogiar esta abertura para fazer um convite a um elemento da Oposição, e a minha postura será também sempre esta: aquilo que for para bem do Marco, eu estarei cá para ajudar e colaborar, não me interessa quem é que o vai fazer, qual é o Partido. Também, naturalmente que estarei cá para fazer críticas, mas não estou cá para guerras partidárias.

Apelo também aqui a que se faça um pouco mais a divulgação deste projeto, porque é um projeto já com vinte e não sei quantos anos, começou em 1993 – é como dizia o outro, façam as contas – e eu acho que quase muito pouca gente conhece; à exceção das famílias que estiveram envolvidas, muito pouca gente conhece. E acho que é um projeto que tem pernas para andar. Além dos intercâmbios familiares, há muitos outros meios, e aqueles que estão agora em vista, de passar para a parte comercial, para a parte industrial, económica, cultural, desportiva, acho que é preciso alargar horizontes, e nós precisamos de alargar os nossos horizontes.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Caetano.



--- Bruno Caetano (PS) ---

Ora, boa noite novamente.

Ultrapassando os formais cumprimentos, desde a última Assembleia que foram vários trabalhos levados a cabo e iniciativas por este Executivo, sendo uns constantes da informação escrita, outros transmitidos pela comunicação social ou institucionalmente, ou então ainda hoje aqui nos deram conta de alguns dos trabalhos e das prestações tomadas. Eu gostaria de ressaltar alguns deles: a participação do Município de Marco de Canaveses na Bolsa Internacional de Turismo de Lisboa, mas eu também queria saber, na perspetiva do Executivo, qual será o retorno do concelho na participação nesta referida feira, e também qual é que é a ideia com que ficam quando estão com os visitantes no nosso *stand*, qual é a ideia com que o Executivo pensa que essas pessoas ficarão do Marco.

Ouvi agora nesta reunião dizer que em reuniões – julgo não estar enganado – com o Turismo de Portugal, o vinho, a gastronomia e a arquitetura são as bandeiras que o Marco poderá assegurar futuramente; eu acho que deveríamos incluir igualmente natureza e rios, porque acho que é também um dos nossos cartões de visita, que serão mais “vendáveis” relativamente ao Marco de Canaveses.

Durante estes três meses, eu sei que foram realizadas várias sessões pelas nossas Juntas de Freguesia e outros espaços relativamente às limpezas das matas e ao combate à vespa asiática. Eu gostaria de saber se estes esforços levados a cabo estão a surtir efeito, como é que vai ser relativamente às questões de fiscalização, se a Câmara vai estar ativa, se vai estar, numa fase inicial, mais numa fiscalização de prevenção e de formação, ou se será logo uma situação – que espero que não – de ataque à multa.

Relativamente ao Arq.º Siza Vieira, que aqui já se falou, penso que finalmente cedeu um pouco para nos resolver um problema criado por outros, porque o PS, neste fórum e outros, foi literalmente contra a obra que se fez relativamente à Escola n.º 1 no Marco, porque achávamos que naquela altura não deveria ser feita aquela obra, e que nos trouxe os constrangimentos que hoje toda a gente vê lá. E parece que agora estaremos a falar de melhorias a esse problema. Eu fiquei foi sem perceber, na intervenção da Sra. Presidente, se o que falava que faltava adjudicar seria a parte do projeto, ou a parte já da obra. Não fiquei totalmente esclarecido, e por isso é que estou a pedir esta explicação.

Relativamente ainda à informação escrita, foram feitas, conforme disse, mensalmente visitas a todas as freguesias, e eu aqui queria perceber, do vosso lado, enquanto Executivo, se acham que esta é uma nova forma de fazer política para vocês, se tem surtido efeito, ou se julgam que mesmo sendo assim, as pessoas ainda procuram os Paços do Concelho para resolver os seus problemas mais formalmente; se fará sentido essa aproximação das freguesias e se há alguma coisa que nós – também temos esse dever de o fazer, de melhorar essa intervenção junto do Executivo.

Para terminar, é com agrado que nós já vimos aqui a promessa que numa próxima Assembleia poderemos ter novidades relativamente ao caso água e saneamento, é de louvar e o Grupo Municipal do Partido Socialista agradece – porque também tem que ser assim – que tentem resolver esse problema, e que tragam as notícias, que espero que sejam positivas.



Relativamente ao 25 de abril, também foi com agrado que nós vimos escolher o tema da educação como sendo o tema central do seu discurso e da sua intervenção para o próximo ano, e no início da sua intervenção, da informação escrita, deu conta de que pelo menos já estão a preparar intervenções em escolas que estão a precisar, e não foi ao acaso que também deu essa ênfase no seu discurso do 25 de abril.

Concluindo, relativamente à visita que fez a França, a Saint Georges lès Baillargeaux, esta questão do S. Martinho europeu, parece-me que será uma grande vantagem para o Marco isto acontecer aqui, e acho que pode ser um ponto de partida para nós finalmente conseguirmos vender turisticamente o Marco de uma forma mais internacional. E aqui, eu espero que todos nós, a acontecer esta iniciativa, que estejamos disponíveis para os receber e vender da melhor forma o Marco que nós possamos fazer, pois só assim nós conseguiremos ganhar todos, em conjunto, e engrandecer o nome do Marco, enquanto marca internacional.

Obrigado e boa noite.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dou a palavra à Sra. Presidente, para responder, e peço-lhe que seja breve, porque estamos a precisar de fazer o tal intervalo.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em relação à resposta à Sra. Presidente Maria José, o Sr. Vice-presidente, como tem o pelouro das obras, depois dar-lhe-á resposta.

Em relação à questão aqui colocada pela Prof.<sup>a</sup> Estela Freitas, queria dar-lhe nota do seguinte: antes de mais, dizer-lhe que nós não trouxemos hoje na informação escrita os dados da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco porque não nos foram facultados.

E queria, quase num ponto prévio a esta situação, explicar à Bancada, e a quem nos ouve lá em casa, o que é a CPCJ, porque acho que é importante, quando falamos aqui na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, esclarecer as pessoas que nos estão a ouvir o que é a CPCJ. Então, é assim: a CPCJ foi criada pela Portaria n.º 781/2006, e foi essa portaria que criou a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco aqui no Marco de Canaveses. Dar conta de que ela existe desde essa data, 2006, a Lei é a Lei n.º 147/99, designada Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, que regula a criação, a competência e o funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em todos os concelhos do país – por isso, é igual para todos. Estas comissões são entidades não judiciais e com autonomia funcional – são autónomas – sendo competentes na área do município onde têm sede. Este é, desde logo, até um paradoxo funcional, porque elas supostamente têm autonomia, mas depois a sua autonomia depende da disponibilização dos técnicos, que são entidades parceiras que lhe garantem essa autonomia. São compostas por um diversificado leque de instituições, nomeadamente o município, a Segurança Social, a área da saúde, da educação, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), organizações não governamentais, associações de pais, associações juvenis e forças de segurança (alteração da Lei em setembro) e representam um dos pilares sobre o qual assenta o modelo da criação de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Dar conta do seguinte:



apesar de os membros das comissões terem responsabilidades acrescidas na promoção dos direitos e na proteção de crianças e jovens em perigo, a responsabilidade é de todos. E eu queria dizer isto outra vez: a responsabilidade é de todos, não é só da CPCJ. Referimo-nos não só às instituições, aos organismos públicos e privados, mas todos aqueles que constituem a comunidade. Dizer que houve um conjunto de atividades que foram promovidas no mês de abril pela CPCJ, que se recorde que apresentou no final do mês de janeiro o seu plano de ação junto desta Assembleia Municipal, por força das suas comunicações obrigatórias, e também deixava aqui esta nota, que gostaria que avaliassem desde logo se as atividades estão a ser efetivamente cumpridas – e estão aqui pessoas que foram eleitas na Assembleia Municipal para a Comissão Alargada – não estando eu, claro, a pôr em causa a organização das mesmas, mas poderia ser questionável, atendendo a que em janeiro já os representantes da autarquia e Segurança Social sabiam da data da cessação de funções, pelas diferentes razões – tanto a técnica da autarquia, como a da Segurança Social, já em janeiro, quando apresentaram o seu Plano de Atividades, sabiam da cessação de funções que ambas iriam ter.

Permitam-me ainda outra observação: no que respeita exclusivamente à prestação do anterior representante da autarquia, que na qualidade de Presidente da CPCJ, tinha outras incumbências, nomeadamente no âmbito do Plano Municipal de Igualdade – aliás, eu até vou fazer melhor, eu vou ler-lhes o que é que dizia o contrato da Sra. Presidente da CPCJ, o contrato de prestação de serviços da Dra. Daniela Pinto. Dizia assim: *“Objeto do contrato: a segunda outorgante obriga-se a assegurar as funções de técnica superior cooptada ao município para o exercício das funções na CPCJ no Marco de Canaveses, apoio aos Conselheiros Municipais para a Igualdade, execução de projetos na área social, consubstanciando na realização das seguintes ações e projetos, nomeadamente: assegurar o cumprimento legal no que diz respeito ao protocolo estabelecido entre o município e a Segurança Social para o funcionamento da CPCJ, prestar colaboração junto das iniciativas, ações diárias ou em curso no âmbito da ação social e saúde do município, elaborar o Plano Municipal para a Igualdade, o plano de ação, o regulamento, e promover uma estreita articulação entre os Conselheiros Municipais para a Igualdade.”* Só dar nota do seguinte: de tudo isto que aqui está, a única coisa que foi feita, além de uma reunião que tiveram com os Conselheiros para a Igualdade, apenas trabalhou na CPCJ; tudo o resto, esta técnica, que foi contratada pelo anterior Executivo em março de 2017, e tinha um contrato de prestação de serviços até março de 2018, foi apenas isto que fez, foi trabalhar na CPCJ. Ou seja, nem sequer cumpriu o que estava estabelecido no seu contrato de prestação de serviços, diga-se.

Mas, como seria do conhecimento de todos os elementos da CPCJ, a representante do município, que foi eleita em 2014 como Presidente – de salientar, eleição esta que decorre, e como sabem, é eleita pelos diferentes elementos da Comissão Alargada (ou seja, a Presidente da CPCJ é eleita na Comissão Alargada) – que constituem, e constituíram até há bem pouco tempo a Comissão Alargada, todos eles sabiam da situação profissional da então representante da autarquia, que viu cessar a sua prestação de serviços de um ano civil, assinada em março de 2017, e por isso terminou em março de 2018. Não obriga a Lei que a função de presidência da CPCJ seja da responsabilidade de qualquer uma das entidades que compõem a comissão, e dessa forma manteve-se, por sua livre vontade, a Sra. Presidente, Dra. Daniela, Presidente no exercício das suas funções a tempo inteiro na condição de cooptada à comunidade – aliás, é uma figura prevista na Legislação.



Já agora, é de salientar que a ausência de comunicação no sentido de colaboração para as demais atividades para além daquelas que foram levadas a cabo, nomeadamente a questão de um vídeo que a Câmara Municipal pagou, e que foi apresentado pela Comissão no mês de novembro, com a captação de imagens, numa iniciativa promovida pelo GMAS e pela autarquia, e que foi agora divulgado como iniciativa pela prevenção dos maus tratos.

Dizer-vos mais, que a recente alteração legal às comissões é muito clara no que concerne ao apoio ao funcionamento da CPCJ nas vertentes logística – e dizer que a Câmara, até agora, tem dado resposta em tudo o que está escrito no protocolo com a Segurança Social, ou seja, a Câmara Municipal assegura a sua vertente logística, porque desde 2006 que tem sido cumprida, nomeadamente para o bom funcionamento, instalações – como sabe, a CPCJ está instalada no Fórum XXI, que são instalações da Câmara – além de todas as despesas inerentes ao funcionamento, desde informática, telecomunicações, transportes (temos uma viatura e um motorista só adstrito à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), e temos também uma administrativa a cem por cento (100%) na CPCJ – a D. Julinha, como sabem, é funcionária da Câmara Municipal, e trabalha só para a CPCJ. Por isso, dar-lhe conta de que no seguimento do protocolo de instalação firmado com o Ministério do Trabalho e da Segurança Social, a autarquia cumpriu sempre com aquilo que está estabelecido, e até acho que foi para além daquilo que poderia fazer, e fê-lo, e vai continuar a fazê-lo.

Dizer que de tudo quanto nos é possível saber, na Comissão Restrita tem a seu cargo sete pessoas de processos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Era questionável também – e eu aqui também pergunto aos membros – saber se o número de processos a cargo de cada um desses elementos, até aos dias de hoje, se é possível em comparação à distribuição apresentada no relatório de janeiro, para que se possa, de facto, apreciar eventuais constrangimentos no normal funcionamento. Ou seja, aquilo que transpareceu para fora, via *e-mail*, até para *e-mails* pessoais – como sabem, os Srs. Presidentes de Junta que aqui estão receberam todos *e-mails* da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, quando eles não fazem parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, também é preciso que se perceba isto. Mas, todos eles receberam. Era importante perceber se, de facto, aquilo que se diz naquele *e-mail*, que está posto em xeque o funcionamento da CPCJ, qual é a diferença desde janeiro no número de processos, até agora, porque como sabem, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco é autónoma, e nem sequer informações dá à Câmara Municipal. Se há aqui pessoas que têm informação privilegiada são os elementos da Comissão Alargada, que estão sentados desse lado. Por isso, eu refuto a pergunta para vocês: como é que está a comissão? Quantos processos tem? Quantos é que estão a mais ou a menos desde janeiro? Porque a Câmara Municipal não tem que ter essa informação, porque a CPCJ é autónoma, e como lhes digo, isso só não consta na informação escrita porque a CPCJ não nos fez chegar os dados que lhe são pedidos, como é normal, e como disse que tinham estado na anterior informação escrita.

Por isso, dar-lhe conta do seguinte: a técnica da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco era uma técnica que tinha uma prestação de serviços com a Câmara Municipal, foi-lhe dado nota muito cedo de que a Câmara Municipal não iria renovar o seu contrato de prestação de serviços, findou em março de 2018. A Câmara Municipal, já em janeiro, numa das reuniões que teve de trabalho com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco afetou mais um técnico superior da área social que cumpre todos os requisitos que a Lei prevê (o Altino) à Comissão, que tem agora também funções na Comissão Restrita. E por isso, dizer-lhe que, de





facto, nós, Câmara Municipal, estamos completamente de consciência tranquila, e vou-lhe dizer mais: quanto a essa preocupação que tem, em relação ao número de processos, como nós não temos essa noção, pode ter a certeza que enquanto Presidente de Câmara – até porque a Sra. Presidente eleita, porque agora, como sabe, há outra Presidente da CPCJ – há bocado a Prof.<sup>a</sup> Estela dizia-me que a Sra. Presidente anterior estaria a passar a pasta, não sei que pasta, porque a nova Presidente já foi eleita. E por isso, ela não tem nenhum vínculo contratual com a Câmara Municipal, o representante do município chama-se Altino e é colaborador desta casa, e é a ele que a Câmara Municipal vai dar indicações ou instruções na sua cooptação, quer como membro na Comissão Restrita – porque também dar-lhe conta de que a Câmara Municipal tem um jurista na Comissão Alargada. E por isso, nós, Câmara Municipal, estamos tranquilos. Mas, mesmo assim, vou mostrar à Sra. Presidente da CPCJ a minha total disponibilidade para também fazer alguma operação de charme, por assim dizer, e também tentar consciencializar as Instituições Particulares de Solidariedade Social, para que possamos ter mais técnicos a cooptar com a CPCJ.

Agora, dar conta do seguinte: a Câmara Municipal não tem mais conhecimento sobre a CPCJ do que supostamente os membros que fazem parte da Comissão Alargada, e que estão sentados desse lado. Por isso, acho que devem ter todos essa preocupação, eu também a tenho enquanto Presidente de Câmara Municipal, mas isto é um problema que diz respeito sobretudo à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, que como eu disse no início da minha intervenção, é completamente autónoma. E por isso, se têm perguntas a fazer, devem fazê-las à Sra. Presidente da CPCJ, e não à Sra. Presidente de Câmara Municipal.

Em relação às questões aqui colocadas pela Sra. Deputada Ana Cristina Valente, dizer-lhe que em relação às alterações dos contratos interadministrativos, permita-me que depois fale nisso no ponto da ordem de trabalhos, e dos acordos de execução.

Em relação à questão da Polícia Municipal, os Srs. Polícias Municipais em funções hoje são os mesmos, embora tenha noção de que existe um lugar, pelo menos, no Quadro, e há um outro Polícia Municipal que, por força da mobilidade, porque pediu mobilidade, também deixou as funções de Polícia Municipal e encontra-se hoje a trabalhar no Gabinete de Ação Social do município.

Em relação às suas pertinentes questões sobre a insegurança, dizer-lhe que eu já fiz algumas reuniões informais com algumas das entidades que representam as forças de segurança e com algumas entidades que fazem parte também do Conselho Municipal de Segurança – embora só hoje tenham tomado posse formalmente, como vocês puderam verificar no início desta reunião. Eu já fiz duas reuniões de trabalho, onde estiveram presentes, tanto os Srs. Comandantes da GNR, como da Polícia Municipal, e outras entidades intervenientes, que desde logo, no meu início de mandato, me deparei com um abaixo-assinado da população daqui do centro da cidade, em relação a algumas questões de insegurança, e depois vieram, aliás, a público na comunicação social algumas delas, as ações aqui realizadas nos bares, e outras que têm sido também do conhecimento geral da população. Fiquei eu também, como Presidente de Câmara, muito surpresa de muitas das coisas que me contaram que se passavam no centro da cidade, nomeadamente com os nossos jovens, a questão dos locais que eles procuram antes de virem para os bares, e antes de se causarem aqui na cidade também algumas situações menos agradáveis, e que colocam em risco, de facto, algumas pessoas, de segurança e bens, mas dizer-lhe que nessas reuniões informais, nós já fomos tomando algumas medidas, ainda que elas não sejam formais. E





como o Conselho Municipal tomou hoje posse, na próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança, todas estas questões que nós já temos vindo a falar vão ser colocadas ao Conselho Municipal de Segurança. E como lhe disse, muitas delas, daquilo que disse aqui hoje, já estão a ser até trabalhadas por nós. Dar-lhe conta de que, por exemplo, já mandámos encerrar as casas de banho lá em baixo, junto aos restaurantes, porque sabemos que um dos espaços utilizados por toxicódependentes na cidade foi demolido, e que eles automaticamente passaram para outro. Quando percebemos que não reunia as condições mínimas de segurança e até de salubridade, pedimos para que fossem encerradas, até conseguirmos também resolver esta situação. Dar-lhe nota, por exemplo, que os senhores arrumadores de carros estão a ser notificados pela GNR, porque nós temos tido essa preocupação, e também já falámos com eles, para tentar pelo menos demovê-los de algumas das ações recorrentes no centro da cidade.

Em relação à Proteção Civil, até porque eu acho que foi aqui colocada também essa questão por outra pessoa, dar-lhe nota do seguinte: fizemos uma candidatura ao IFAP para dois pontos de água – aliás, a nossa pretensão era construirmos mais três, um em Montedeiras, um na Serra da Aboboreira (Soalhães), outro em Penha Longa e outro em Vila Boa de Quires. O de Vila Boa de Quires, por razões que só dizem respeito ao Sr. Proprietário do terreno, que na última hora decidiu não aceitar que construíssemos, ou, aliás, decidiu pedir contrapartidas, mais do que quando lá decidimos construir este ponto de água. Já fizemos essa candidatura, estamos a aguardar a decisão, e vão ser dois pontos de água muito importantes no combate aos incêndios, um na Serra de Montedeiras, e outro na Serra da Aboboreira, que, aliás, são pontos estratégicos e também são eles pontos de muita atenção, e foco de atenção, nos incêndios ao longo dos últimos anos.

Dizer-lhe que também temos feito a beneficiação dos caminhos florestais, a limpeza dos caminhos. Daqueles que estão vertidos no nosso Plano de Defesa da Floresta, falta-nos verificar apenas três caminhos, que temos ainda para esta semana – creio que até amanhã, o Eng.º Barroso deu-me conta hoje disso, que vai amanhã com os serviços técnicos ver esses três caminhos – e esses caminhos que estão identificados, e que nós temos mesmo que limpar, porque essa é a nossa obrigação, da Câmara Municipal, e que estão vertidos no Plano de Defesa da Floresta, vão ser contratados, vamos requisitar um serviço externo, porque os serviços da Câmara Municipal não têm condições para os limpar todos, e queremos tê-los limpos quando a época de incêndios estiver à porta.

Dizer-lhe também que na gestão de combustíveis também fizemos várias limpezas – tenho aqui uma lista, não vou lê-la, mas temos aqui várias limpezas que já levámos a cabo – fizemos reuniões de trabalho com os Srs. Presidentes de Junta, onde estiveram também o Comandante dos Bombeiros, do GIPS, do SEPNA, da GNR, e todos os Presidentes de Junta, isto no dia 15 de fevereiro. No dia 23 de março, reunimos novamente com os Comandantes, os GIPS, o SEPNA e a GNR para analisar a alteração à Legislação – porque houve uma alteração na Legislação muito recente, e foi preciso reunir outra vez. Dizer que fizemos vinte e uma ações de sensibilização e esclarecimento sobre o tema dos incêndios florestais, dezasseis, ou seja, uma em cada freguesia, onde participaram seiscentas e duas pessoas, fizemos mais duas, uma na Escola EB1 de Eiró, de Soalhães, e outra na Área Arqueológica do Freixo, em que participaram cento e vinte e nove pessoas, também fizemos a comemoração do Dia Mundial da Árvore, onde tivemos trezentas e sessenta e uma pessoas a participar, e tivemos também uma ação, ou aliás, colaborámos com o Centro Social de S. Martinho de Soalhães e com a equipa da RSI, que fez também uma ação sobre a problemática da Proteção Civil, incluindo a defesa da floresta, onde participaram cento e



cinquenta e três pessoas. Ou seja, nestas ações que fizemos, houve uma participação de cerca de mil, duzentas e quarenta e cinco pessoas. Acho que o nosso propósito de sensibilizar e informar as pessoas está aqui vertido.

Também já fizemos ações de fiscalização com a GNR, e também sem a GNR – com a GNR fizemos, por exemplo, em Várzea, Aliviada e Folhada, fizemos em Tabuado e em Soalhães. Esta semana, creio que o Sr. Presidente da Junta de Penha Longa já foi contactado, a próxima será em Penha Longa e Paços de Gaiolo. E sem a GNR, já fizemos várias ações.

Dizer que hoje mesmo foi aprovado o Plano Operacional Municipal (POM), estiveram todas as entidades – aliás, só não esteve a Sra. Presidente de Junta de Várzea, Aliviada e Folhada, que justificou a sua ausência, mas todos aqueles que fazem parte desta comissão para aprovar o Plano Operacional Municipal estiveram presentes, nomeadamente os engenheiros das Infraestruturas de Portugal, os técnicos da REN, da EDP, do ICNF, os Srs. Presidentes de Junta que foram aqui eleitos na Assembleia Municipal para fazer parte da comissão, e creio que foi uma reunião, não só porque se aprovou o Plano, mas foi sobretudo uma reunião muito proveitosa por tudo aquilo que conseguimos, as ideias que conseguimos trocar entre todos, e até operacionalizar essas questões mais à frente.

Ainda em relação às vespas asiáticas, aproveito já, porque também foi colocada esta questão...

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sra. Presidente, eu peço-lhe que sintetize, porque já excedemos bastante o tempo.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

No dia 15 de fevereiro, fizemos uma reunião com as Juntas de Freguesia, no dia 29 de março foi colocada a última armadilha – nós estamos a fazer a colocação de armadilhas, por sugestão da ApiMarão e também dos nossos apicultores, já colocámos cento e dez armadilhas, tivemos a colaboração dos Srs. Presidentes de Junta para as colocar em locais públicos para podermos controlar, e o que é certo é que, só para terem noção, de cada vespa reprodutora que pode ser apanhada nesta armadilha, evitamos o aparecimento de mais seis ninhos. E por isso, parece que não é significativo, mas é muito significativo. Mas, dizer-lhes que no dia 16 de abril reunimos com a Associação Nativa, e estamos agora a ultimar uma proposta com esta associação, que vai ter essa responsabilidade de prevenção e controlo da vespa velutina no concelho, ou seja, vai ser esta empresa que vai destruir todos os ninhos e vai fazer esse controlo já agora, muito rapidamente, porque eles assumem a responsabilidade de destruir os ninhos em quarenta e oito horas. Pediram-nos só que reuníssemos com os Srs. Presidentes de Junta para que possam ser também uma ajuda no terreno.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, vou tentar, então, ser o mais rápida possível. Falta-me, então, a auditoria externa. O Sr. Presidente da Junta de Tabuado colocou-me esta questão, e ainda bem que a colocou, porque assim aproveito também para esclarecer algumas das situações que podem não ser tão verdadeiras, e que estão a circular. Dizer-lhes que a Câmara Municipal, ou o Executivo da Câmara Municipal, decidiu, de facto, pedir para se realizar uma auditoria externa por quê? Porque chegou ao meu conhecimento que o fornecimento de gasóleo rodoviário seria efetuado sem o necessário procedimento de aquisição de bens e serviços, válido e eficaz, de acordo com as disposições legais do Código dos Contratos Públicos. Após várias diligências



efetuadas junto dos serviços, verifiquei que, de facto, tal situação se revelou verdadeira. As ordens de pagamento que me foram presentes, e por mim assinadas, referentes ao fornecimento de gasóleo rodoviário, foram feitas no pressuposto de que as mesmas cumpriam todos os requisitos legais e necessários para o efeito. Tendo tomado conhecimento de tal situação, determinei de imediato, e através do Despacho n.º 18, de 27 de fevereiro, o início do procedimento para aquisição de gasóleo rodoviário para fazer face às necessidades dos serviços, cumprindo-se todas as disposições legais aplicáveis. No dia 4 de abril, foi assim celebrado o contrato de fornecimento de gasóleo, precedido do necessário procedimento concursal, com vista à aquisição de uma quantidade máxima de trezentos mil litros de gasóleo rodoviário a granel, em fornecimento contínuo, de acordo com as necessidades do município, ao abrigo do acordo-quadro de combustíveis rodoviários da central de compras da Comunidade Intermunicipal. Note-se que o município não se encontrava vinculado à adesão do acordo-quadro, mas fi-lo por se tratar de um procedimento mais célere, uma vez que os fornecedores já estavam pré-qualificados através deste acordo-quadro promovido pela CIM. E também, já agora, dizer-lhes que este acordo-quadro estava aprovado desde novembro de 2016 – o acordo-quadro estava aprovado desde dezembro de 2016, e por isso a Câmara Municipal agora, neste mandato, fez a aquisição através do acordo-quadro.

Chegou também ao meu conhecimento que a aquisição de gás em vários equipamentos do município seria efetuada igualmente sem o necessário procedimento de aquisição de bens e serviços, válido e eficaz, de acordo com as disposições legais do Código dos Contratos Públicos. Também me foi referenciada a aquisição de seguros nesta mesma situação.

Ora, tendo verificado que tais factos contrariam as disposições legais e que, de idêntica forma, outros fornecimentos de bens e serviços e empreitadas poderiam eventualmente padecer de forma legal, determinei a abertura de uma auditoria aos procedimentos de contratação pública e realização de despesa nos últimos quatro anos. O objeto e objetivo da referida auditoria, para além de servir para verificar a legalidade destes fornecimentos de bens e serviços e empreitadas, servirá também, e sobretudo, como diagnóstico de necessidades com vista à adoção de procedimentos que visem evitar que tais situações voltem a acontecer ou a suceder, para além de servir também como um guia de procedimentos a adotar pela nova Divisão de Contratação e Aprovisionamento que foi recentemente criada por mim, e que depende de mim (da Sra. Presidente de Câmara), e que tem como principal incumbência assegurar o apoio jurídico na instrução e tramitação dos processos relativos à aquisição de bens e serviços e de empreitadas no âmbito do regime jurídico do Código dos Contratos Públicos, bem como também a respetiva uniformização pessoal.

Acho que estamos esclarecidos, por que é que foi decidido fazer esta auditoria. Já agora, dizer que o preço-base desta auditoria – porque vai ser agora adjudicada – é de sete mil e quinhentos euros (7.500€), e já fizemos uma consulta ao mercado, e a empresa será a PQF Associados, e terá noventa dias, a partir da adjudicação, para nos dar os resultados desta auditoria, que como digo, espero que sejam para nós também um guia para que não possamos repetir alguns destes procedimentos no futuro.

Depois de esclarecida esta questão da auditoria, ao Sr. Deputado Mário Luís, a questão da limitação da velocidade junto às escolas, que aqui também foi colocada pela deputada Ana Cristina Valente, vou colocar essa questão também no Conselho Municipal de Educação, onde estão também os Srs. Comandantes da GNR e da Polícia Municipal, e vou ver o que é que poderemos,



de facto, adotar como medida preventiva e de controlo de velocidade junto às escolas e noutras vias estruturantes.

Em relação a Castro de Arados, dizer-lhe que também eu fiquei surpreendida com a qualidade das intervenções e das propostas aqui apresentadas pelo nosso Conselho Municipal Jovem, e que, de facto, a Câmara Municipal acatou esta recomendação em relação a Castro de Arados, da sua sinalização e da sua limpeza, e também pedir a colaboração – que foi essa uma das propostas que aqui foi colocada – aos próprios titulares ou proprietários das pedreiras ali à volta de Castro de Arados. E foi uma recomendação que foi aceite, e por isso a Câmara Municipal vai tentar, ao longo do mandato, também colocá-la em prática, e se possível o quanto antes.

Em relação também à nossa participação na geminação de Saint Georges lès Baillargeaux, dizer-lhes que a visita foi integrada no projeto de Territórios de Baixa Densidade, com a Dolmen, a Dolmen incluiu esta comitiva, e permitiu-nos sobretudo o alargamento da geminação existente, numa lógica de ação, prospeção e acesso a novos mercados. O que ficou decidido é que iríamos apostar na área da juventude, e mais concretamente na educação, fazendo aqui também com que os jovens participem mais nesta geminação, e também trazeremos para aqui alguma lógica comercial, e sobretudo uma aposta no setor económico – tivemos oportunidade de visitar alguns dos empreendimentos, e grandes empreendimentos também nesta localidade daquela região francesa, e por isso, ficou também a expectativa da criação de um Comité de Geminação aqui no Marco de Canaveses, de forma a acompanharmos este trabalho mais proximamente, e ficou, como é lógico, o convite para que eles venham cá ao Marco de Canaveses no próximo ano.

Em relação à BTL, Sr. Deputado Bruno Caetano, dizer-lhe que, de facto, na Feira de Turismo BTL, a Sra. Secretária de Estado do Turismo deu notícias muito positivas – aliás, teve uma conversa com o Sr. Representante, creio, da Secção de Pedestrianismo da Associação dos Amigos do Rio Ovelha, que nos acompanhou à BTL, e que foi muito proveitosa. Por isso, dizer-lhe que a BTL foi muito proveitosa para o Município do Marco de Canaveses.

Vespas asiáticas, já lhe respondi.

Projeto do Siza Vieira: é mesmo só o projeto, não é a obra. O que estamos aqui a falar é do projeto de arquitetura, que foi feito pelo Gabinete do Arq.º Siza Vieira, e que projeta, então, essa via por trás da Igreja.

Em relação às visitas às freguesias, Sr. Deputado, dizer-lhe que têm sido muito positivas. Acho que posso resumir isto numa palavra: muito proveitosas e muito positivas.

Muito obrigada. Agradeço a sua compreensão em me ter deixado responder a todas as questões colocadas.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Uma vez que a Sra. Presidente concluiu, eu proponha um intervalo de quinze minutos.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Sr. Presidente, peço desculpa, mas a Sra. Presidente de Junta, Dra. Maria José, ficou sem resposta, porque eu tinha dito que o Sr. Vice-presidente lhe ia responder, se permitir.



--- **Mário Bruno Magalhães (Vice-presidente da Câmara Municipal)** ---

Muito obrigado. Não será preciso tanto tempo.

Eu só gostaria de dizer à Sra. Presidente da Junta que deve haver algum engano relativamente ao Caminho de Agrochão, porque nós visitámo-lo juntos quando fomos àquela paragem de autocarro. Rua de Agrochão, exatamente. Então, se calhar, é engano na redação. Está esclarecido, então. Há esse problema, então, da rua e do caminho.

Obrigado.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Sr. Vice-presidente, concluiu? Pronto. Então, vamos fazer o intervalo de quinze minutos que tínhamos acordado.

*(Interrupção dos trabalhos)*

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Srs. Deputados, vamos proceder à continuação dos trabalhos. Pedia o vosso silêncio.

Vamos dar início ao **Ponto n.º 3.2** da ordem de trabalhos, Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA – Tomada de conhecimento.

Algum deputado quer inscrever-se? Isto é apenas para tomada de conhecimento. Algum deputado quer inscrever-se sobre esta questão, pedir alguma informação, ou não?

Ora, uma vez que ninguém quer colocar questões, passamos ao **Ponto n.º 3.3**, Apreciação e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal para aprovação da Proposta de Conclusão do Processo de Adesão à Associação de Direito Privado – Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM).

Eu dou a palavra à Assembleia para se manifestar relativamente a este assunto, e começava pela Sra. Presidente de Câmara.

--- **Presidente da Câmara Municipal** ---

Obrigada, Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Da minha parte, além do que está na proposta, não tenho mais nada a acrescentar, a não ser, de facto, que foi deliberado por unanimidade aprovar esta proposta, que já foi aprovada na Reunião de Câmara Municipal, que é a adesão deste município à Associação Nacional das Assembleias Municipais. E já agora, o valor da quota, mil, setecentos e cinquenta euros (1.750€).

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Muito obrigado, Sra. Presidente. Quota anual. Eu perguntava se alguém quer intervir relativamente a este ponto da ordem de trabalhos. Sr. Deputado, faça favor. E depois, o Dr. Monteiro da Rocha.



**--- Bruno Caetano (PS) ---**

Mais uma vez, boa noite a todos.

Só para que fique esclarecido que na última Assembleia este ponto foi, de certa forma, controverso, mas porque não houve, se calhar, ou a explicação, ou as pessoas não perceberam, dá-me a impressão que nós não percebemos qual era o intento da questão, ou qual era a questão da organização onde seria inserida a Assembleia Municipal. Só para que fique isto esclarecido, foi por isso que esse ponto não ficou aprovado na última Assembleia.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Monteiro da Rocha.

**--- Joaquim Monteiro da Rocha (CDS-PP) ---**

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Já me pronunciei sobre esta matéria na última sessão, sobre este tema, e venho congratular-me por a Sra. Presidente de Câmara e a Câmara terem dado seguimento à recomendação desta Assembleia para adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais. Queria recordar que nos anos noventa, princípio dos anos dois mil, um grupo de Presidentes de Assembleias Municipais se uniram e lutaram pela dignificação das Assembleias Municipais. Foram muitos, mas alguns já cá não estão. E dos que se destacaram, que faleceram, eu queria recordar a Dra. Clara, do Alvito, e queria recordar o Sr. Meneses de Figueiredo, de Gaia, e o Dr. Gama, de Valença, que foram, realmente, pessoas que lutaram muito pelos interesses da Assembleia Municipal e pela sua dignificação. Porque a verdade – e já o disse da outra vez – a Associação Nacional, dita Associação Nacional dos Municípios, não cuidava da defesa das Assembleias Municipais. Portanto, daqui em diante, se esta proposta for aprovada, como realmente espero, as Assembleias Municipais terão uma associação que as represente.

Isto vai ter influência no papel das Assembleias no contexto do Poder Local. Sendo as Assembleias Municipais o órgão mais representativo do município, tendo sido subestimadas, agora com a Assembleia que as represente, certamente os seus interesses e os seus direitos serão melhor salvaguardados, que são, afinal, por refração, os direitos e interesses dos munícipes.

Congratulo-me, portanto, com esta proposta, e espero que seja aprovada, e congratulo-me também que o nosso representante na mesma associação seja o nosso Presidente da Assembleia, que espero que tenha uma intervenção muito ativa nessa Assembleia.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Uma vez que não há mais ninguém inscrito, eu colocava à votação este ponto da ordem de trabalhos. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.





Passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.4**, Apreciação e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal para aprovação da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências.

Dou a palavra à Sra. Presidente, para efeitos de esclarecimento deste ponto da ordem de trabalhos.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Dar conta de que, e até respondendo aqui à questão que há bocado foi colocada pela Sra. Deputada Ana Cristina Valente, estes contratos interadministrativos e os acordos de execução que vamos também votar no ponto seguinte foram ambos de discussão com os Srs. Presidentes de Junta, em reunião, e onde foram todos ouvidos, independentemente depois de poderem ter havido aqui alguns ajustes que foram esclarecidos com os Srs. Presidentes de Junta.

Em relação aos contratos interadministrativos na área da educação, dar conta objetivamente das alterações que estão resumidas aqui, e que fazem parte dessa adenda aos contratos interadministrativos. Este Executivo vai passar a dar mais cinquenta euros (50€) por cada cozinha de cada jardim de infância – antes recebiam duzentos euros (200€) por cada cozinha, agora passarão a receber duzentos e cinquenta euros (250€); vamos também participar em duzentos e cinquenta euros (250€) as cozinheiras que estão em funções nos estabelecimentos de ensino básico – que antes não eram contempladas, agora são – e vamos também assumir os encargos sociais das ajudantes de cozinha, quando por decisão dos Srs. Presidentes de Junta, numa lógica até de maior eficiência e eficácia dos recursos, decidiram juntar, por exemplo, dois estabelecimentos de ensino e confeccionam apenas num estabelecimento, depois levando já a refeição confeccionada para o outro estabelecimento de ensino. Nestas situações – e até porque houve aqui esta lógica, como digo, de maior eficácia e eficiência nos recursos – a Câmara Municipal pagará também, ou suportará também os encargos sociais dessa ajudante de cozinha.

Estamos também a prever neste contrato interadministrativo, ou fizemos também essa previsão, e está aí versada, uma previsão financeira para suportar os encargos com as auxiliares de ação educativa que seja necessário substituir. Ou seja, a Câmara Municipal, como sabem, nos jardins de infância, tem colaboradoras, existem outras colaboradoras que são do Ministério da Educação, e por conseguinte, existem ainda outras colaboradoras que são funcionárias das Juntas de Freguesia. Existem, neste caso, três entidades patronais a gerir recursos humanos nos JI's. O que é que acontece? Muitas das vezes as funcionárias, até as nossas, da Câmara Municipal, por vários motivos – ou por questões de doença, ou por motivos inadiáveis – têm que faltar ao serviço durante dois, três, quatro ou cinco dias, e nessa altura, a Câmara Municipal teria que substituir essa funcionária. O que a experiência nos diz é que normalmente as colaboradoras que estavam nesse jardim de infância ao serviço da Junta de Freguesia poderiam, ou não, assumir esse horário, complementando com as horas que já estavam a fazer, e que essa seria uma resposta que, além de ser mais rápida, seria também uma resposta que as educadoras, os agentes educativos gostariam, porque não invalidava que entrasse uma outra pessoa estranha dentro do jardim de infância. Ou seja, a ter que lá estar alguém, que fosse alguém a quem as crianças – estamos a falar de crianças do pré-escolar, até aos cinco anos, e por isso, são crianças que já estariam habituadas com aquelas colaboradoras, e seria muito mais fácil assumirem essa substituição. E



por isso, a Câmara Municipal, neste contrato interadministrativo, fez já essa previsão, e estamos a imaginar, ou a supor, que cada freguesia possa ter que recorrer a substituição de funcionárias pelo menos três meses durante o ano. E por isso, estamos aqui a contemplar três meses de substituição por cada freguesia para agilizar essas substituições.

Estas são as alterações mais significativas. Só para terem uma ideia dos valores de que estamos a falar, este contrato interadministrativo na área da educação representa cerca de mais noventa mil euros (90.000€) ao ano para a Câmara Municipal, e estimamos que sejam mais trezentos e sessenta mil euros (360.000€) no mandato. É uma previsão, porque como estamos a falar de salas e de número de crianças, podem haver aqui valores que diferem de ano para ano, mas, efetivamente, estamos a falar de cerca de noventa mil euros (90.000€) por ano. Para vos dar exemplos, a Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão vai ter um aumento anual de cerca de dezasseis mil, cento e cinquenta e três euros, e vinte e cinco cêntimos (16.153,25€); a Freguesia de Banho e Carvalhosa, por exemplo, vai ter um aumento de quatro mil, quinhentos e trinta euros (4.530€); a Freguesia de Penha Longa e Paços de Gaiolo vai ter um aumento de dez mil, duzentos e oitenta e cinco euros (10.285€). São apenas três freguesias, a título exemplificativo.

E por isso, é esta a alteração que estamos aqui a levar a cabo nos contratos interadministrativos, na área da educação, sendo certo que além desta alteração nos contratos interadministrativos, que temos noção de que ainda está aquém daquilo que seriam as pretensões dos Srs. Presidentes de Junta, são alterações significativas em termos financeiros, estamos a tentar também que esta mudança nos contratos interadministrativos e nos acordos de execução que vamos discutir à frente seja uma alteração paulatina, ou seja, ano a ano – ainda estamos a falar do primeiro ano. Uma das questões que também já assumimos com os Srs. Presidentes de Junta é que no final de cada ano vamos fazer a avaliação destes contratos interadministrativos, sendo certo que no último mandato, o contrato interadministrativo foi assinado no início do mandato, e foi o que esteve em vigor até ao final do mandato, durante quatro anos; o que nós aqui queremos não é isso, é que as alterações sejam feitas com os Srs. Presidentes de Junta de acordo com a realidade de ano a ano, e que essa avaliação seja feita. E por isso, dar conta de que, como eu dizia, achamos que ainda há muito a fazer, mas este é um esforço significativo que a Câmara Municipal vai fazer nos contratos interadministrativos. E dar conta de que também temos objetivos na área da educação que acabam por complementar também esta questão dos contratos interadministrativos – há bocado eu falava nos projetos para as onze escolas, temos também vários pedidos, por exemplo, para fazermos mobiliário novo em algumas das escolas, que queremos também levar a cabo, e temos, por exemplo, um plano de combate ao insucesso escolar, que foi aprovado no último Conselho Municipal de Educação, e que também nos vai acompanhar na área da educação, paralelamente a estas alterações no contrato interadministrativo na área da educação.

E é tudo.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sra. Presidente. Estão abertas as inscrições para discussão deste ponto da ordem de trabalhos. Quem pretende intervir? Sr. Deputado José Couto, Sr. Deputado Celso Santana. Ora, não há mais inscrições. Chamo, então, o Sr. Deputado José Couto.

**--- José Couto (Presidente J.F. Penha Longa e Paços de Gaiolo, PS) ---**



Muito boa noite a todos. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses e restante Mesa, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, Srs. Deputados, comunicação social, Marcoenses:

Queria agradecer ao Executivo Municipal pela iniciativa de rever o contrato interadministrativo da educação para que as crianças da minha freguesia tenham pelo menos uma refeição condigna e equilibrada, porque quando se iniciou o dar alimentação nas escolas e jardins de infância, sob a responsabilidade das Juntas de Freguesia, a minha abraçou esta iniciativa por ser uma forma de ajudar as crianças e, sobretudo, as famílias mais carenciadas. Com o valor que recebíamos nessa altura, o valor dava para cumprir com esses compromissos, e ainda dava para equipar as salas de prolongamento com materiais didáticos e jogos para as crianças. Com o passar dos anos, com o aumento dos bens alimentares e, sobretudo, pelo aumento dos ordenados, a verba que se recebe tornou-se diminuta, ou seja, não me chega, ao ponto de estar a ter um prejuízo mensal de cerca de mil euros (1.000€) – em alguns meses até ultrapassava esse valor. Ao fim dos anos letivos, seriam cerca de dez mil euros (10.000€) que não eram aplicados noutros bens essenciais à freguesia. Certamente que não era o único a ter este problema. Por isso, não sei qual era a intenção dos outros colegas Presidentes de Junta, mas eu estava com intenção de entregar as escolas, ou seja, de não renovar o contrato interadministrativo, pois não podia continuar a ter um défice anual tão elevado, principalmente para quem tem um Orçamento que não chega a oitenta mil euros (80.000€).

Com esta adenda ao contrato, principalmente com a inclusão da comparticipação para que as cozinheiras das EB's, que até agora não eram, com o aumento das que já estavam nos JI's, com a inclusão da restituição das contribuições para a Segurança Social e seguros do pessoal que trabalha nas cozinhas das escolas, com a restituição total dos encargos com pessoal que substituirá os funcionários municipais, com tudo isto, não vai colmatar todas as despesas, mas é uma boa ajuda, e muito substancial. Esta alteração, portanto, julgo eu, é assim que se pode continuar a ter quantidade e qualidade às nossas crianças.

Portanto, Sra. Presidente, muito obrigado por estes aumentos.

Obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Chamo agora a intervir o Sr. Deputado Celso Santana.

**--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---**

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, Srs. Deputados, público, ouvintes da Rádio Marcoense:

Como não poderia deixar passar este ponto, como já fui defensor e falei sobre o anterior contrato de investimento, dos contratos interadministrativos também, e fui um nato defensor, aquando da campanha eleitoral, dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução. E defendi o seu aumento porque sabia que havia uma necessidade de aumentar, de fazer algo de novo. E quatro anos foi tempo a mais para permanecer com os mesmos contratos. Todos sabemos que são de extrema importância para as Juntas de Freguesia estas delegações de competências,



senão seríamos Juntas de Freguesia para manutenção de cemitérios e passar licenças de canídeos e gatídeos, e pouco mais. Isto é uma aproximação às nossas populações, àqueles que confiaram em nós, assegurar o prolongamento de horários através da delegação de competências, garantimos que a confeção dos alimentos seja fiscalizada pelas Juntas de Freguesia, a quem compete nestes acordos dos contratos interadministrativos fiscalizar e visitar as escolas na sua responsabilidade, que é a confeção dos alimentos. E todos sabemos, porque aquando da campanha eleitoral, fizemos disto nossa bandeira. Ainda bem que houve a coragem por parte deste Executivo de fazer melhoramentos significativos em relação aos contratos interadministrativos. Ainda há bem pouco tempo tive oportunidade, juntamente com o Executivo da Câmara Municipal, de almoçarmos numa das escolas da Freguesia do Marco, e verificar que, realmente, a qualidade, a quantidade e a própria confeção dos alimentos, as refeições estão a ser servidas com dignidade. Hoje tentamos, todos os dias, aproximar-nos daquilo que é justo, e como há bocado falava o colega José Couto, assegurar uma refeição para as nossas crianças. Dar nota de que, realmente, nos sentimos responsáveis por isso. Estes contratos interadministrativos – e todos sabem que são benéficos para algumas freguesias, claro, eu também fui dos que mais chateei o Executivo, e assim tinha que o fazer, porque quando estamos em negociações de contratos, temos que expor, temos que pedir, e temos que enquadrar aquilo que nós sabemos que são as necessidades da freguesia que gerimos e dos estabelecimentos de ensino que temos ao nosso cargo. Claro que pedi sempre mais, é perfeitamente normal num negociador, isto é perfeitamente normal; entendemos que o município não podia estar a abrir mão no primeiro ano, nós também vamos tendo conhecimento do funcionamento do que são os contratos interadministrativos, e gostei de ouvir por parte da Sra. Presidente que todos os anos vamos fazer um reparo, um aumento – por acaso, até na Junta de Freguesia do Marco, e dada a sua dimensão e ao número de estabelecimentos de ensino, neste contrato, até não fomos aqueles que ficámos mais beneficiados. Não estamos prejudicados, entendemos que necessitamos deste contrato interadministrativo, conseguimos trabalhar e geri-lo, porque senão também, como acabei de dizer – e vou intervir no próximo ponto também, sobre os acordos de execução – entendemos que as Juntas de Freguesia só assim têm razão de existir. Outros contratos deveriam ser entregues também, delegar mais competências, descentralizar poderes, porque as Juntas de Freguesia têm uma proximidade, e os fregueses identificam-se muito mais rapidamente com os Presidentes de Junta e com os seus Executivos do que propriamente com os Executivos Municipais, que têm outras delegações de competências. É muito mais fácil na rua abordar o Presidente da Junta, que todos os dias anda por aí, ou os membros do Executivo, e colocar situações que são do dia a dia.

Nós temos criado e dividido sinergias entre os vários responsáveis dos estabelecimentos de ensino para colmatar aquelas falhas que por vezes são polémicas cá fora, como a situação das refeições, onde nós, quando chegámos, já havia no passado, e já no nosso mandato, continuaram a haver situações do “diz que disse” na rua, e às vezes não era a realidade. Obriga-nos a desdobrar em trabalhos, a visitar mais vezes os estabelecimentos de ensino para ter conhecimento na hora daquilo que realmente se passa. Nós, por exemplo – e isto são formas de trabalho – na Freguesia do Marco elaborámos um relatório de ocorrências, em que se falhar, porque nós temos uma empresa que faz a confeção de alimentos, onde em alguns estabelecimentos de ensino é pessoal contratado da empresa, e temos também as funcionárias que estão ligadas a contratos interadministrativos, que a Freguesia do Marco tem dez funcionárias que vinham de uma ex-freguesia de agregação, ligadas aos contratos interadministrativos. É uma situação que nós também estamos a resolver, por causa da situação dos vínculos precários, mas só tem razão de existir se existirem estes contratos interadministrativos. Daí, a minha grande luta pelo aumento de



verbas para este contrato, porque sei que tenho uma carga pesada às costas, tenho uma grande freguesia para gerir, estou a geri-la de uma forma aberta, de uma forma responsável, e temos sido reconhecidos por isso, mas também sei a importância que tinha a discussão destes contratos interadministrativos, pelo facto daquilo que eu tenho, daquilo que herdei, e do facto daquilo que nós temos às costas, que são realmente as funcionárias que trabalham, que merecem, sim senhor, mas que estão ligadas a um contrato interadministrativo, e que nos sobrecarrega o Mapa de Pessoal – e como todos sabem, o Mapa de Pessoal tem que obedecer a regras, temos a Lei n.º 73 que nos gere em termos do investimento, temos o nosso financiamento do FFF, que não pode ultrapassar uma percentagem no Mapa de Pessoal, e o nosso está mais justo àquilo que é a realidade das contas.

Mais uma vez agradecer. E já agora, aproveito também para que no próximo ano se volte a semear, se volte a fazer mais um esforço, e depois as crianças agradecem, porque estamos a falar sobre ensino escolar.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Presidente, dou-lhe a palavra, então, por favor.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Sr. Presidente, só para complementar uma das informações que o Sr. Presidente da Junta do Marco aqui deu, e que eu gostava também de acrescentar, que tem a ver com a qualidade das refeições, e a questão das refeições. Dar conta de que esse foi também um compromisso eleitoral que o Partido Socialista assumiu com os Marcoenses, e por isso, dar nota do seguinte: a Câmara Municipal, neste momento, tem uma empresa que se chama ICA – Indústria e Comércio Alimentar, S.A., que está a confeccionar refeições na EB1 da Barroca, e que está também a confeccionar refeições no JI de Cerdeiras, sendo certo que a EB1 da Barroca confecciona as refeições para Rio de Galinhas (para a EB1 e JI de Rio de Galinhas), e dá também apoio nas restantes escolas através da confeção da sopa. Em relação ao JI de Cerdeiras, está aí a ser confeccionada a alimentação para Tabuado e para a EB1 e JI de Gouveia, para a EB1 do Ladário, JI de Aliviada, JI da Léguas, EB1 da Esperança e EB1 do Marco.

Dar conta do seguinte: o nosso propósito é que, de facto, estas escolas tenham condições, num futuro próximo, de poderem ter a confeção de refeições nos próprios estabelecimentos de ensino, sendo certo que a situação mais difícil que teremos para resolver será, efetivamente, a EB1 do Marco. Dar conta a esta Assembleia Municipal que no último Conselho Municipal da Educação, a representante de pais da Escola EB1 do Marco apresentou um requerimento, no âmbito das suas competências definidas em regulamento, ao Conselho Municipal da Educação, pedindo a colaboração da Câmara Municipal, e de todo o Conselho Municipal da Educação, que pudesse intervir junto da DGEstE para tentarmos reduzir o número de turmas desta escola. Para quem não sabe, esta escola tem sete turmas, tem trezentos alunos, quando, efetivamente, a sua capacidade, ou a sua lotação máxima, seriam cento e cinquenta alunos. Ou seja, temos o dobro daquilo que a escola comporta. Efetivamente, quando a escola foi construída, foi utilizada uma argumentação de que iriam ser usados espaços comuns com a Escola Secundária, que iria existir até uma passagem para o outro lado, e teríamos ali um pavilhão gimnodesportivo, tínhamos também eventualmente a cantina que poderia acolher as crianças, só que, efetivamente, as coisas depois





não decorreram dessa forma, e temos, então, as refeições a ser confeccionadas na EB1 da Barroca, e as crianças almoçam nesta escola.

Pronto, mas queria dar essa nota também à Assembleia Municipal, que esta é uma nossa preocupação, e que espero que este requerimento, e bem, que foi apresentado pela Associação de Pais, pela representante da Associação de Pais, tenha frutos, e vamos fazer por isso, para que também possamos reduzir o número de turmas na Escola EB1 do Marco, sendo certo que a alteração que o Governo apresentou agora há dias, de que as matrículas nas escolas têm que ser validadas pelo domicílio fiscal, poderá ajudar a que muitas das crianças que estão aqui matriculadas possam, efetivamente, não o fazer, ou pelo menos é essa a noção que o Conselho Municipal da Educação me deu conta, que podem reduzir algumas das matrículas. Efetivamente, nunca conseguiríamos reduzir para metade, porque a lotação da escola acaba por ter implicações até no normal funcionamento das atividades das crianças – só para terem noção, quando está a chover, as crianças ficam todas metidas dentro de uma sala, porque não podem vir cá para fora, porque não têm um recreio coberto, e porque, efetivamente, não têm uma sala para poder brincar. Ou seja, todas as salas estão a ser utilizadas para a atividade, e temos o refeitório. Portanto, esta será, do meu ponto de vista, a situação mais complexa, sendo certo que na Freguesia de Rio de Galinhas – neste caso do Marco, mas na Escola de Rio de Galinhas – da Barroca, é uma das escolas que há bocado vos anunciei que também tem amianto, e por isso, é daquelas que nós vamos priorizar agora na candidatura no âmbito da Comunidade Intermunicipal, e por isso, ela já está equipada, mas o nosso objetivo é que ela depois possa dar resposta com confeção própria, sem recorrermos a empresa. Em relação a Tabuado, o Sr. Presidente da Junta também já mostrou interesse em ficar com a confeção de refeições, e também a Sra. Presidente da Junta da Folhada e Várzea terá essa vontade de assumir essa competência. Ou seja, o que nos falta aqui é criarmos as condições ideais para que isso possa ocorrer. Queria também assumir que se o pudermos fazer já no próximo ano letivo, o faremos, sendo certo que há aqui um conjunto de obras que vão ser levadas a cabo, e há aqui escolas que vão ser intervencionadas no âmbito de fundos comunitários, e por isso, também, em princípio, aguardaremos, naquelas que vão ser intervencionadas, para começarmos depois da intervenção.

E por isso, a situação da Câmara Municipal em relação ao serviço de refeições passa, efetivamente, por esses três locais: EB1 do Marco, EB1 da Barroca e JI de Cerdeiras. E por isso, também agradecer ao Sr. Presidente da Junta, porque falou nisso, e queria dar nota disso. Outra questão que vos queria também dizer, ou dar conta, é que ainda que fosse de uma forma informal, numa das reuniões que tive, que já lá vão algumas, com os Agrupamentos de Escolas, foi-nos proposto criarmos uma comissão de avaliação das refeições. Ou seja, o Executivo da Câmara Municipal, os elementos da Associação de Pais, os Agrupamentos de Escolas, poderem ir almoçar a um equipamento, a uma instalação, neste caso com cantina e com refeitório, uma vez por semana, uma vez de quinze em quinze dias, de acordo com as capacidades e também de acordo com as possibilidades de todos, para podermos nós avaliar o serviço de refeições. E isto vai de encontro àquilo que o Sr. Presidente da Junta do Marco diz, e muito bem, porque muitas das vezes o que ouvimos cá fora não é, de facto, aquilo que se passa dentro da escola. E acho que a melhor forma de o fazermos é podermos nós também, que temos responsabilidades políticas, usufruir de uma refeição, sem prévio aviso, nos estabelecimentos de ensino. E por isso, também acatámos esta sugestão, e vamos implementar a criação da comissão de avaliação de refeições.

Muito obrigada.





**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Uma vez que está concluída esta questão, vamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ora, passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.5**, Apreciação e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal para aprovação da Adenda ao Acordo de Execução de Delegação de Competências.

Ora, quem pretende inscrever-se? Sra. Presidente, faça favor, então, de proceder à apresentação deste ponto.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia.

Muito bem, sumariamente: nos acordos de execução, a Câmara Municipal transferia para as Juntas de Freguesia uma verba de trezentos euros (300€) por cada sala de aula para as pequenas reparações e para a manutenção; fazemos um aumento de mais cinquenta euros (50€) por sala. No acordo de execução das vias – que é aquele que leva o maior aumento – a Câmara Municipal pagava duzentos e vinte e dois euros (222€) por quilómetro, passará a pagar trezentos e noventa e cinco euros (395€) – ou seja, há uma majoração de cinquenta por cento (50%) neste acordo de execução. Ou seja, aumentaremos as transferências neste acordo das vias para as freguesias em cerca de cento e trinta e oito mil euros (138.000€), mais concretamente, cento e trinta e sete mil e novecentos (137.900€), o que corresponde a quatro anos, para o mandato, um valor de quinhentos e cinquenta e dois mil euros (552.000€). Certamente que com este aumento, ou com esta majoração de cinquenta por cento (50%), teremos certamente as nossas vias ou ruas mais limpas, com este esforço financeiro por parte da Câmara Municipal, e também com o empenho dos Srs. e Sras. Presidentes de Junta de Freguesia. Ou seja, o aumento em relação a este acordo de execução será na ordem dos quarenta ponto oito por cento (40,8%), este acordo de execução. Tal como foi assumido em campanha eleitoral pela candidatura que liderei, pelo Partido Socialista, este Executivo aumenta as transferências para as freguesias, de forma a servir melhor os Marcoenses em todas as dezasseis freguesias – estamos a falar para o mandato, nestes dois acordos de execução, e contratos interadministrativos, em cerca de um milhão de euros (1.000.000€).

E por isso, também dar-vos nota de que queremos acompanhar com rigor esta delegação de competências, vamos assumir, no fundo, uma proximidade também aos Srs. Presidentes de Junta para percebermos quais são as vias que estão a ser limpas, se estão efetivamente bem limpas, porque também é verdade que agora que estamos a fazer os atendimentos nas freguesias, temos alguns munícipes que nos dão conta de que há vias nas freguesias, algumas das ruas, que não são limpas, que por sua vez existem outras que são limpas duas vezes ao ano, e aqueles que não têm direito a limpeza certamente queixam-se ao Executivo Municipal. E por isso, nós também teremos essa situação em atenção, de facto, articulando com o Executivo das Juntas de Freguesia, e poderemos também fazer esta avaliação, tal qual há bocado referi nos contratos interadministrativos, fazermos também esta alteração nos acordos de execução. E isto por quê?



Também dar conta de que este ano houve Presidentes de Junta que neste aumento, e também lhes foi dada essa possibilidade de ficarem com algumas vias que eram da responsabilidade da Câmara Municipal, e os Srs. Presidentes de Junta, depois de saberem desta majoração financeira, decidiram ficar eles com essas vias. E por isso, alguns deles tiveram aumentos consideráveis, mas também tiveram mais quilómetros de via, ou vão ter mais quilómetros de via para limpar.

Mais uma vez, a título exemplificativo, vou dar alguns números de quatro freguesias: a Freguesia de Bem Viver vai ter um aumento anual de cerca de cinco mil, novecentos e oitenta e um euros (5.981€); a Freguesia de Sande e S. Lourenço vai ter um aumento de nove mil, setecentos e setenta e seis euros (9.776€), e a Freguesia de Soalhães vai ter um aumento de treze mil, quatrocentos e setenta e seis euros (13.476€), e a Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles vai ter um aumento de dezasseis mil e quinhentos euros (16.500€). A título exemplificativo, nestes acordos de execução, dar conta de que alguns destes Srs. Presidentes de Junta, ou destas freguesias, assumiram também vias que antes não eram da competência deles, e por isso o aumento pode ser maior.

Pronto, no fundo, dar-vos nota, e mais uma vez dizer-vos também que este acordo de execução será alvo de avaliação no final de cada ano, há Srs. Presidentes de Junta que já nos pediram a retificação de algumas das vias, estamos agora também a implementar, através de um sistema informático, com os nossos técnicos do Departamento de Obras e Urbanismo, num programa específico – creio que a designação é GISmate – estamos a colocar por freguesia tudo o que tem a ver com infraestruturas de água, saneamento, sinais de trânsito, toponímia e outros fatores e variáveis que influenciam e vão influenciar no futuro na nossa capacidade de decisão sobre os investimentos a fazer na freguesia, mas dão-nos também um espelho daquilo que é, ou daquilo que tem sido a ação da Câmara Municipal nas freguesias. E por isso, depois de concluída a introdução desses dados, neste momento creio que temos três freguesias já concluídas – a freguesia pioneira foi Banho e Carvalhosa, foi a primeira a ter concluída a introdução desses dados – e por isso, no final do próximo ano, será expectável que todas as freguesias estejam concluídas, muito embora os serviços me digam que algumas são mais pequenas, outras são mais difíceis e mais complexas, mas esperemos que daqui a um ano, ou dois anos no máximo, consigamos ter nessa plataforma informática tudo o que são equipamentos, mobiliário urbano, toponímia, infraestruturas de água e saneamento, e tudo o que foram investimentos, ou que são investimentos que a Câmara Municipal está a fazer, e isso depois vai-nos ajudar também a ter a noção se, de facto, aquilo que os Srs. Presidentes de Junta estão a reclamar – e pelo menos dois deles já reclamaram, que tinham mais quilómetros de vias do que aqueles que efetivamente estão considerados aqui, mas como também não tínhamos tempo para andar a medir (como é normal) as ruas até à aprovação deste acordo de execução, estabelecemos esse compromisso de que, depois de findado este processo, em suporte digital, que possamos fazer essa avaliação logo que possível.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Eu peço desculpa ao plenário, houve lapso da minha parte, por isso eu retomo a abertura da inscrição para falar sobre este ponto. Não há mais ninguém a querer inscrever-se? Eu dou a palavra ao Sr. Deputado Abílio Castro.



**--- Abílio Castro (Presidente J.F. Constance, PS) ---**

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sra. Presidente de Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros colegas, Srs. Deputados, comunicação social e Marcoenses lá em casa:

Na política, como na vida, ouvir para ser ouvido é sempre um bom princípio. Se a isso juntarmos o conhecer bem a realidade em que nos mexemos, disso só podem vir bons resultados. Serve isto para vos dizer que, de facto, a Sra. Presidente e o Sr. Vice-presidente terem sido até há bem pouco tempo Presidentes de Junta, que estiveram nas suas freguesias, estou certo que contribuiu para uma sensibilidade que este Executivo demonstrou na discussão desta alteração aos acordos de execução. Esta adenda aos acordos de execução de delegação de competências que agora nos é apresentada é, sem dúvida, um significativo reforço financeiro da capacidade das Juntas de Freguesia, maiores ou mais pequenas, para verdadeiramente poderem cumprir os compromissos assumidos nas delegações de competências. Assim, só me cabe, como Presidente de Junta, mas acima de tudo como Marcoense, agradecer à Sra. Presidente e ao Executivo, por um lado, pelo facto de ter chamado os Presidentes de Junta à discussão de tão importante assunto, e por outro lado agradecer ao Executivo o esforço no reforço das verbas, nomeadamente no que diz respeito à limpeza das vias. Estou certo de que no futuro próximo estes acordos poderão ser melhorados, pois na política, como na vida, é sempre possível fazer melhor quando há essa vontade. Estou certo de que poderemos contar com essa vontade por parte do Executivo. Da minha parte, Sra. Presidente, estarei disponível para colaborar neste esforço de melhoria.

Tenho dito.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Sr. Deputado Celso Santana, se faz favor.

**--- Celso Santana (Presidente J.F. Marco, PS) ---**

Sr. Presidente, peço dispensa dos habituais cumprimentos, e mais uma vez de falarmos de acordos de execução e de delegação de competências. Aqui sim, aqui realmente resume-se em três partes: temos a limpeza de vias, temos a limpeza dos espaços envolventes aos estabelecimentos de ensino, e temos aquilo que são consideradas as pequenas reparações. E foi aqui, realmente, que eu travei uma luta com este Executivo – trocas de *e-mails*, reuniões, porque entendia que, realmente, para a freguesia que eu presido, era necessário trocarmos este diálogo e trocarmos estas ideias, para fazer também – porque foi aquilo a que eu me comprometi com os meus eleitores aquando da campanha eleitoral, que iria discutir e esmiuçar a todo o pormenor tudo o que fosse relativo a contratos interadministrativos e acordos de execução. E assim o fiz.

Se o acordo é vantajoso para a Junta de Freguesia do Marco, posso-vos dizer que sim. Provavelmente haverão outras freguesias com menor dimensão em que tem um outro impacto. Sei perfeitamente que o esforço – e valeu a pena, e estou muito agradecido, porque, por vezes, fui mal entendido – recordo-me, aquando da campanha eleitoral, a dada altura eu disse, que não foi em tom de crítica, e repito, não foi em tom de crítica, que a Freguesia do Marco, pela sua dimensão e pela sua organização de cinco ex-freguesias, que necessitava dos contratos interadministrativos para haver uma melhor limpeza, para estar mais asseada. E fui mal interpretado, que eu não quis dizer que os funcionários, ou que o Executivo não procedia à limpeza; achei que o dinheiro que estava a ser canalizado para a Junta de Freguesia do Marco



através do contrato de execução de limpeza de vias não era o suficiente. E não era, e não é. E hoje, temos a coragem, depois de muita luta que travei com este Executivo, tanto os técnicos de apoio ao Gabinete à Presidência, como os próprios vereadores e a Sra. Presidente, travámos aqui, e os Srs. Presidentes de Junta são testemunhas, quando reunimos aqui, fui eu que mais me insurji para lutar para que houvesse uma majoração para todos. Não pedi só para a Junta do Marco; pedi para todos, e surtiu efeito. Realmente, temos aqui uma majoração de cinquenta por cento (50%) nos contratos de limpeza, e isso vai-se refletir, vai ter que se refletir nestes próximos quatro anos.

Sei também que aquilo que respeita às áreas envolventes – e se vocês olharem, quando forem publicados os números, provavelmente na Freguesia do Marco até pode haver aqui uma redução, porque nós tivemos o encerramento do Jardim de Valdecidos, que estava considerado pelos números que nos foram enviados, e agora a explicação da redução de metros na limpeza dos espaços envolventes e do fecho de salas – porque é atribuído o subsídio por sala, que houve um aumento de cinquenta euros (50€) por sala, em salas com turma, e nós temos algumas salas que estão vazias, porque em 2014 tínhamos novecentos e setenta e oito alunos, neste momento temos setecentos e oitenta e cinco na Freguesia do Marco, e tudo isso tem peso na atribuição dos valores.

Dizer também, porque é importante dizê-lo aqui, aquilo que são as responsabilidades das Juntas de Freguesia perante estes acordos de execução, porque por vezes são-nos pedidas coisas que são impossíveis. Quando falámos nos contratos das pequenas reparações, são pequenas reparações. Nós não podemos fazer uma grande obra, porque nos acordos de execução, as competências que nos são transferidas não dizem respeito a tudo. Nós tentamos dar uma resposta no imediato, tentamos ser rapidíssimos, e somos, mas não podemos assumir despesas que não são da nossa responsabilidade. E certamente estes acordos, estes contratos interadministrativos ainda terão de passar pela triagem das Assembleias de Freguesia, carecem da sua aprovação, temos que ter consciência disso. Quanto à discussão, a mim pesava-me na consciência se não discutisse pormenor a pormenor, caso a caso. Fi-lo, e deu resultado. E é preciso saber, mesmo dentre os estabelecimentos de ensino, e é aquilo que eu vou procurar fazer a seguir, será certamente reunir com a Câmara Municipal, com o Agrupamento de Escolas e Junta de Freguesia, para sabermos o lugar que cada um ocupa dentro do estabelecimento de ensino, porque por vezes andamos ali “bola aqui, bola acolá”, não sabemos bem a quem havemos de atribuir as responsabilidades. A Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas têm responsabilidade lá dentro. As pequenas reparações são garantidas, nós vamos garanti-las no imediato. Temos uma contratação de uma equipa, ou temos um contrato com uma equipa de picheleiros, canalizadores, eletricitas, que vão fazer estas pequenas reparações. Não se admire o Executivo da Câmara Municipal que nós façamos uma avaliação, dentro de uma percentagem, sobre aquilo que é a atribuição do valor por sala, e até aí provavelmente, e com toda a certeza, seremos nós a fazer essa reparação. Se for necessário, por uma questão de rapidez, assumirmos uma outra despesa, iremos fazê-lo, mas é claro que depois iremos pendurar-nos no Executivo da Câmara Municipal, para depois tentar ir buscar esse dinheiro que vamos ali investir. Portanto, um bem haja.

Em relação ao contrato das vias, fico aqui muito contente, ao contrato das pequenas reparações, no próximo ano de certeza absoluta que vamos ter que o rever, porque vão haver mais alunos, vão haver salas ocupadas, e vão ter que nos atribuir outros valores. Era bom dizer aqui que foi



também atribuído cinquenta euros (50€) a mais àquilo que estava em sala, houve aqui também um aumento significativo, para quem tem mais números de salas.

Estes contratos, tanto os de execução, como os interadministrativos, não são maus, porque senão teriam aqui os Presidentes de Junta todos em cima do Executivo. Eu tinha que ter esta posição, que foi aquilo que eu defendi, é esta a minha luta, e quero dizer-vos que no próximo ano estarei aqui outra vez para pedir mais.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu dou a palavra à Sra. Presidente, para qualquer esclarecimento.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, só dar conta ao Sr. Presidente da Junta do Marco que eu referi avaliação; avaliação não pressupõe aumento, mas ele pressupõe que na avaliação, os acordos e os contratos interadministrativos possam ser aumentados. Essa seria certamente uma das coisas que nós gostaríamos de fazer, e os Srs. Presidentes de Junta também, pudessem ver estes acordos de execução e os contratos interadministrativos aumentados, mas como lhe disse, e como o Sr. Presidente de Junta referiu, e muito bem, no final de cada ano cá estaremos para fazer essa avaliação convosco, e se assim for necessário – porque também era bom que se dissesse nesta sala que há hoje Srs. Presidentes de Junta que têm escolas novas, que têm escolas cuja manutenção também não é barata, porque os equipamentos novos requerem outro tipo de manutenção que os mais antigos não têm, mas que as manutenções não são iguais para todas as freguesias, e nós temos essa noção. E também temos a noção de que tem que haver sobretudo bom senso para perceber onde é que acaba uma pequena intervenção e onde é que começa uma grande intervenção. E isso, nós certamente que o teremos, e por isso também podemos chegar à conclusão de que vão haver Juntas de Freguesia que, por força das circunstâncias, possam ter que gastar mais dinheiro numa intervenção mais significativa, e claro que isso será tido em conta aquando da avaliação dos acordos de execução ou dos contratos interadministrativos.

Muito obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Ora, vamos passar de imediato à votação do Ponto n.º 3.5 da ordem de trabalhos. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.6**, Apreciação e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal para aprovação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Ano Financeiro – 2017.

Dou a palavra à Sra. Presidente.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Em relação a este documento, o relatório de gestão e prestação de contas, tinha aqui algumas breves notas para dar conta a esta Assembleia.

Em relação às contas, como é público e notório, esta prestação de contas é quase na totalidade o resultado da atividade do anterior Executivo. Com pouco mais de dois meses de exercício de funções no ano de 2017, cabe legalmente a este Executivo a assunção do ato de prestação de contas, e fazemo-lo, limitando a nossa responsabilidade nos termos das declarações que foram anexadas à Prestação de Contas.

Assim, e para os efeitos formais de publicitação e conhecimento público desta Assembleia e dos munícipes, apresento de forma muito sintética e objetiva alguns dos dados mais relevantes da prestação de contas do exercício do ano de 2017.

No que diz respeito à execução orçamental, o valor total da receita cobrada em 2017 atingiu o montante de sessenta milhões, noventa e quatro mil, trezentos e oitenta e três euros (60.094.383€), representando uma taxa de execução de noventa e seis vírgula cinco por cento (96,5%).

Na despesa, que em 2017 atingiu o valor de cinquenta milhões, setenta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete euros (50.075.267€), representando uma taxa de execução de oitenta vírgula quatro por cento (80,4%), verifica-se que excepcionalmente as despesas correntes realizadas representam um peso de trinta e quatro vírgula cinco por cento (34,5%) da despesa total, justificado pelas operações financeiras de substituição da dívida, que resultaram na cessação de contrato de reequilíbrio financeiro vigente no Município de Marco de Canaveses. Em contrapartida, e pela mesma razão, aumentou o peso da despesa de capital no Orçamento global, representando assim sessenta e cinco ponto cinco por cento (65,5%) da despesa total.

No que diz respeito às Grandes Opções do Plano, o valor global executado foi de quinze milhões, quatrocentos e oitenta mil, quatrocentos e oitenta e cinco euros (15.480.485€), repartido da seguinte forma: cinco milhões, quinhentos e noventa mil, oitocentos e cinquenta e seis euros (5.590.856€) referente ao Plano Plurianual de Investimentos, e nove milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove euros (9.889.629€) alusivos ao conjunto de ações identificadas como ações relevantes. Verifica-se aqui um nível de execução anual das GOP (Grandes Opções do Plano) de cinquenta e nove vírgula oito por cento (59,8%), e um nível de execução global de setenta e seis vírgula sete por cento (76,7%) – isto em relação às Grandes Opções do Plano.

No que diz respeito à evolução patrimonial, fazer notar que temos como referência o 31 de dezembro de 2017, e como comparativo, o 31 de dezembro de 2016. O ativo atingiu o valor de noventa e oito milhões, cento e setenta mil, quinhentos e um euros (98.170.501€), representando um aumento de dois vírgula cinco por cento (2,5%). De referir que o ativo não reflete ainda uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial do município – temos esta consciência – nomeadamente no que diz respeito ao imobilizado, dado estar em curso um complexo e moroso levantamento e registo do cadastro e inventário dos bens do município. O passivo atingiu o valor de sessenta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e oito euros (62.464.628€), representando assim uma diminuição de três vírgula sete por cento (3,7%) em





relação ao período anterior. Os fundos próprios atingiram um valor de trinta e cinco milhões, setecentos e cinco mil, oitocentos e setenta e três euros (35.705.873€), representando um aumento de quinze vírgula cinco por cento (15,5%), efeito do resultado líquido positivo e do aumento no montante da conta do património.

São estas as notas que queria dar, sumárias, terminando como comecei, dizendo que esta Prestação de Contas é uma Prestação de Contas quase na totalidade resultado da atividade do anterior Executivo, porque, como sabem, tomámos posse no dia 23 de outubro, estão aqui patentes apenas pouco mais de dois meses do exercício de funções deste Executivo.

Muito obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sra. Presidente. Está aberta a inscrição. Quem pretende manifestar-se sobre este ponto da ordem de trabalhos? Sr. Deputado Luís Vales, Sr. Deputado Nuno Pinto. Não há mais ninguém? Ora, estão inscritos o Sr. Deputado Luís Vales e o Sr. Deputado Nuno Pinto.

Dava a palavra ao Sr. Deputado Luís Vales, por favor.

**--- Luís Vales (PPD/PSD) ---**

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sra. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas membros da Assembleia Municipal, estimado público, comunicação social, Marcoenses:

Hoje, assinalamos aqui dois momentos: os seis meses de governação do Executivo do Partido Socialista na Câmara Municipal, e discutimos a Prestação de Contas do município referente a 2017.

Quero aqui, e antes de mais, referir que esta Prestação de Contas nos deve orgulhar a todos. Este é o corolário final da gestão que o PSD fez à frente do Município do Marco de Canaveses, e agora será iniciado um novo ciclo da exclusiva responsabilidade do Partido Socialista.

A herança que o PSD lhe deixa, Sra. Presidente, é, de facto, motivo de inveja de muitos outros municípios da nossa região, e mesmo do nosso país. Ainda no último *ranking* dos municípios de média dimensão, nós somos o décimo segundo nessa posição, com menor prazo médio de pagamento aos seus fornecedores, e ocupando o primeiro lugar, e a quinta posição nos trezentos e oito municípios portugueses. Os nossos munícipes notam a imensa obra já executada, e outras em curso, planeadas pelo anterior Executivo do PSD, mas há um facto mais relevante, e que é obra real, obra feita e paga no prazo contratual.

Eu gostava aqui de destacar, porque muitas vezes se diz que pouco se fez, mas, de facto, a realidade é que não se pode fazer tudo ao mesmo tempo. E muito se fez no ano que passou, investimentos nomeadamente que não foram comparticipados por fundos comunitários, como a ampliação ou a requalificação da EB1 do Cruzeiro (em Alpendorada, Várzea e Torrão); nos domínios do abastecimento de água e saneamento, várias empreitadas – desativação da fosse séptica e construção da estação elevatória do Bairro da Feiteira, construção da ETAR de Fontambom (da Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão), a execução da rede de



abastecimento de água e saneamento na Barroca (Freguesia do Marco), no Espinheiro (Freguesia de Avessadas e Rosém), a estação elevatória de águas residuais da IP10 de Ariz (em Bem Viver), a execução da rede de saneamento em Granja (Freguesia de Paredes de Viadores e Manhuncelos), e Gandra (em Alpendorada, Várzea e Torrão), a ligação de tubagem de água ao reservatório, execução de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais em diversos locais do concelho, infraestruturas de saneamento básico e repavimentação da Rua da Igreja (em Avessadas e Rosém), construção da estação elevatória e redes nos lugares de Fafiães e Eidinho (em Vila Boa do Bispo) – eu posso continuar por mais algumas, se assim entenderem, mas fica aqui o exemplo de muitas obras no âmbito da água e saneamento, que é aquilo que, de facto, é o mais essencial neste momento para os Marcoenses, e também tenho que nomear aqui a construção da ETAR do Torrão, a estação elevatória no Lugar da Carvalheira, em Magrelos de Cima (em Bem Viver). Mas também nos transportes rodoviários em que houve construção de muros de suporte em vias municipais, requalificações urbanísticas diversas no Torrão, em Sande, requalificações urbanísticas e paisagísticas em diversas freguesias, nomeadamente a requalificação urbanística do Largo Conde de Ariz (em Bem Viver), entre muitas, muitas e muitas outras, e várias repavimentações em betuminoso, na Freguesia de Soalhães – ou seja, várias e várias obras que foram feitas ao longo do concelho.

Mas, há mais: a intervenção na EB 2/3 de Marco de Canaveses, a intervenção no Estádio Municipal de Marco de Canaveses, o Parque de Lazer de Montedeiras, fornecimento e montagem de equipamentos aos parques infantis, jardins de infância em Marco de Canaveses, o Parque Urbano da Cidade, parque de estacionamento junto à estação de comboios em Rio de Galinhas, entre muitos outros, e estes que ficaram para este Executivo terminar, e de facto, inaugurarem estes equipamentos e estas obras.

Porque, em 2005, aquilo que nós encontramos foi um município com o segundo maior rácio de endividamento do país, numa rutura financeira, com obras paradas, em risco de terem de ser devolvidos fundos comunitários, entre muitos outros problemas. E por isso, o PSD teve que fazer uma opção: teve de estabilizar financeiramente o município, teve que voltar a conquistar a confiança dos fornecedores, diminuir o prazo médio de pagamento e aumentar a transparência. Equipou e reabilitou as escolas e jardins de infância, melhores condições, novos equipamentos informáticos, manuais escolares oferecidos aos nossos alunos. Priorizou-se a ação social, um Regulamento de Emergência Social que foi criado, de forma discreta, sem dar grandes bandeiras, mas que de forma eficaz tem ajudado os carenciados. Reconheceu-se o trabalho dos Bombeiros Voluntários do Marco de Canaveses, criou-se um programa de apoio aos nossos bombeiros, um incentivo à sua permanência nos Quadros da Corporação, a adesão de novos homens e mulheres a esta nobre causa social. Disponibilizou-se a todos os munícipes equipamentos e percursos para a prática de exercício físico e a prática desportiva de lazer. Promoveu-se a construção de zonas de lazer em Alpendorada, parques verdes, parques infantis e geriátricos.

O programa de reabilitação da rede viária do concelho, apostou-se em simultâneo na segurança rodoviária das pessoas – para além da reabilitação e manutenção das estradas existentes, alargou-se a nossa rede viária. Mas, também se delimitou a ARU, as isenções fiscais associadas, os projetos elaborados que ficaram em carteira para este Executivo poder executar: o Centro Cultural do Marco, o Museu Cármen Miranda, reabilitação de vias no centro da cidade, Parque Urbano da Cidade, entre muitos, muitos outros.



Mas, em 2017, graças ao rigor da gestão financeira, cessou o contrato de reequilíbrio que impunha a fixação das taxas máximas de impostos, e foi resolvido o empréstimo contratualizado em 2004. O Município do Marco reconquistou a sua autonomia. Ficaram criadas as condições para tornar o Concelho do Marco de Canaveses mais competitivo na atração de novos investimentos, no desenvolvimento do tecido empresarial existente, e tornando-se um município mais amigo das famílias e das empresas, e competitivo no panorama regional e nacional.

Em consequência de tal esforço, no ano passado, sob proposta do PSD, foi possível baixar a taxa de IMI praticada neste concelho. Prova disso é que os munícipes já receberam em suas casas a conta do IMI a pagar este ano, onde se reflete esse abaixamento, com especial redução para as famílias mais numerosas. Os nossos empresários também o sentirão agora em maio, com a baixa da taxa de Derrama, em especial as micro e pequenas empresas que deixam de pagar esta taxa municipal.

E portanto, alterou-se o paradigma em Marco de Canaveses com a gestão do PSD, nomeadamente com as medidas fiscais amigas das famílias e das empresas, tendo como prioridade o crescimento económico, o investimento, o empreendedorismo e a criação de emprego. A previsão da diminuição das receitas – que a Sra. Presidente ainda há pouco aqui referiu – tinha subjacente pensar nisto mesmo, na captação de investimento que crie postos de trabalho, e assim ajudar a criar emprego, a fixar população e atrair novos residentes. Ou seja, o que se pretende é dar condições para que novas empresas, com estes abaixamentos dos impostos, possam se fixar no Marco de Canaveses, e que as famílias possam viver com mais rendimento disponível.

Mas, agora que a casa está arrumada financeiramente, administrativamente, com uma logística melhorada e uma melhor e mais eficaz organização, é tempo de mostrar e fazer obra. E quando analisarmos este relatório e contas de 2017, todos temos que reconhecer que se pagou atempadamente os compromissos com os fornecedores, que o Executivo do PSD fez obra útil e estruturante no nosso município para as pessoas, e ainda, em particular, assegurou o seu equilíbrio orçamental para uma melhor sustentabilidade das nossas finanças.

Sra. Presidente, nos cofres do município ficaram, no final destes mandatos liderados pelo PSD, dez milhões, quarenta e quatro mil, duzentos e vinte e três euros, e dois cêntimos (10.044.223,02€), contrapondo à caótica situação financeira que encontrámos em 2005. E este foi, sem dúvida, um projeto com afirmação regional, nacional e internacional do nosso concelho.

Agora, a Sra. Presidente da Câmara e o Partido Socialista têm tudo na mão para fazerem um bom trabalho e darem cumprimento ao vasto leque de promessas eleitorais que fizeram aos Marcoenses. Passo a citar algumas, para que nunca se esqueça do que lhes prometeu, e que nós aqui estaremos para fiscalizar essa ação: a resolução do problema com as Águas do Marco, levar água e saneamento a todos, isentar os Marcoenses do pagamento de taxas de ligação à água e saneamento, requalificar a zona industrial do Marco e de Alpendorada e criar o Parque Industrial de Constance, a criação do Centro de Negócios do Marco, com a incubadora de empresas, requalificar as áreas centrais em todas as freguesias, reivindicar a construção do IC35 – o PSD hoje achava que o PS iria trazer cá essa proposta, que com certeza iria ter o acolhimento do PSD, porque nós colocamos à frente dos Partidos aquelas obras que são prioritárias para a nossa região – também foi uma das promessas promover a reabertura da Linha do Tâmega em bitola larga,



melhorar a rede de transportes públicos em todas as freguesias, aquisição de viaturas híbridas e elétricas para os serviços municipais, aumentar os espaços de estacionamento nas zonas de maior afluência do centro da cidade, novo acesso de Bitetos a Vilacete, alteração do pavimento da estrada da cidade, construir a Ecopista do Tâmega, ligando Alpendorada, Várzea e Torrão, Bem Viver e Vila Boa do Bispo, entre muitas, muitas e muitas outras.

E o nosso maior desejo é que o Marco de Canaveses continue a ser um motivo de orgulho para todos os que cá habitam e que se honre os compromissos que se selaram com eles nas últimas eleições. A Sra. Presidente tem os meios, só tem de os utilizar, não colocando em causa os enormes sacrifícios que todos os Marcoenses tiveram de fazer para colocar as contas do município em ordem. A Sra. Presidente, como aqui disse há pouco, venceu as eleições com maioria absoluta, tem dinheiro, tem todas as condições para fazer um excelente mandato em prol dos Marcoenses, e tem todas as condições para honrar as promessas que fez aos Marcoenses. Esperamos agora que a Sra. Presidente sirva os Marcoenses, pelas razões pelas quais foi eleita – que foram estas e muitas mais – e que coloque mãos à obra, agora que se passaram seis meses da sua eleição.

Muito obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Nuno Pinto.

**--- Nuno Pinto (PS) ---**

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público, comunicação social, Marcoenses:

Eu estava ali sentado e, sinceramente, não pensei que isto ia acontecer, que eu ia ser obrigado a fazer quase a mesma coisa que fiz da outra vez, mas vou ter que fazer outra vez, porque se ouço aqui repetir coisas que não são verdades – ou como se diz no Parlamento em Lisboa, inverdades pode-se dizer; mentiras é que não se pode dizer, inverdades pode-se dizer, é parlamentarmente correto. E voltaram a ser ditas aqui inverdades. As pessoas, parece que não perceberam, e querem transmitir, e eu vou voltar ao mesmo, porque se não fosse dito aqui outra vez a mesma coisa, já estaríamos entendidos, e aceitaria o conselho do Sr. Presidente da Junta de Vila Boa de Quires e Maureles para acabarmos com esta questão dos dez milhões (10.000.000€). Tornar a dizer, fazer passar a ideia de que se deixaram dez milhões, quarenta e nove mil e não sei quantos euros num cofrezinho, guardados, a render juros, onde nós vamos, “você quer uma obra de um milhão (1.000.000€)? Vamos lá buscar um milhão (1.000.000€) para gastar na obra”, eu disse aqui, e vou repetir: ou é má fé, ou não se percebe nada de finanças públicas.

E agora, com a devida autorização do Sr. Presidente, vou voltar ao discurso que tinha preparado.

As contas sobre as quais iremos deliberar hoje não são mais que uma fotografia, explanada nas quatrocentas e oitenta e cinco páginas que nos foram entregues, da realidade do município a 31 de dezembro último. Sim, uma fotografia; mais ou menos estática, mas uma fotografia. Olhando para uma fotografia, por vezes torna-se difícil inferir tudo o que lá está, umas vezes porque o evitamos, outras porque simplesmente não o conseguimos.



O ano de 2017 foi um ano atípico, com fatores conjugados ímpares: por um lado, o processo eleitoral e conseqüente transição de poder, e por outro, uma renegociação da dívida de médio e longo prazo. Esses factos conjugados obrigam-nos a olhar para os mapas financeiros de 2017 – que são a fotografia de que eu vos falo – com mais cuidado, pois o que algumas rubricas nos transmitem por vezes não é, por si só, resultado da mera atividade normal do município. Eu, como todos aqui, tenho obrigação de analisar e em consciência deliberar sobre as contas que me são apresentadas. Assim, salvaguardando o que possa não conhecer, e com informação que tenho à data, fruto da documentação que nos foi facultada, irei votar favoravelmente esta prestação de contas, pois nada me leva a crer, à data, que estas contas não transmitam uma imagem verdadeira e apropriada da posição do município a 31 de dezembro último, salvaguardando as reservas apontadas ao nível do inventário do património, reservas apontadas na certificação legal de contas.

Este meu voto não é sinónimo de agrado ou de mera concordância com a fotografia do município que nos é apresentada com estas contas, pois essa fotografia, tirada a 31 de dezembro último, tem bem impressos alguns erros do passado, e que ainda condicionam o desenvolvimento do concelho. Esta Prestação de Contas, é facilmente entendível que mesmo sendo apresentada pelo Executivo liderado pela Sra. Presidente, é verdadeiramente um prestar de contas da anterior maioria, pelos quase dez meses de governação em 2017, e mesmo em determinadas áreas, pelos últimos doze anos de maioria PSD no município.

Assim, prestar contas aos Marcoenses com seriedade e sem demagogia é dizer aos Marcoenses toda a verdade, exercício ultimamente afetado por uma espécie de amnésia generalizada que parece ter de súbito afetado o agora maior Partido da Oposição. Em seis meses apenas, o PSD parece ter esquecido que maioritariamente os Marcoenses reprovaram nas urnas a sua gestão. Sim, os Marcoenses fizeram uma escolha clara de mudança, e há que entender isso. E diria mais, há que respeitar essa vontade dos Marcoenses, e deixar definitivamente para trás a politiquice pequena, os truques e os malabarismos mediáticos – vou repetir, malabarismos mediáticos – esperando que os Marcoenses não tenham memória curta, ou que a tenham muito curtinha para esquecer muito rapidamente o que se passou. O PSD, depois de doze anos no poder, de forma sempre maioritária, quer fazer crer aos Marcoenses mais incautos que deixou para a nova maioria do PS um “mar de rosas” para ser navegado. Não deixou, e repito quantas vezes forem necessárias, não deixou. Em certas áreas, nenhuma cegueira político-partidária me impediria de dizer que estamos melhor do que no passado recente; noutras áreas direi que estagnámos; e noutras áreas, notoriamente regredimos. Sim, regredimos. Basta olhar para os mapas financeiros de 2017 e analisar o Mapa de Responsabilidades, Contingentes e Provisões, e verificar a desastrosa herança deixada pela gestão do PSD no município, no processo da água e do saneamento, com mais de vinte milhões de euros (20.000.000€) de indemnizações potenciais a pesar nos ombros de todos os Marcoenses, efeito esse provocado pelo ato desastroso e meramente populista de mudar unilateralmente o contrato da concessão da água e saneamento em vésperas de eleições. Sim, regredimos, pois para além deste potencial passivo deixado de herança, doze anos volvidos de governação PSD, o que nos foi deixado foi uma taxa de cobertura de rede de água e saneamento que nos deve envergonhar a todos. Nesse nível, deixaram-nos, infelizmente, no século passado.

Pelas ações políticas mais próximas, parece que de súbito o PSD descobriu que o município precisa urgentemente de alargar a sua rede de água e saneamento, e tudo exigem a todo o



momento ao Executivo liderado pela Sra. Presidente. Haja, meus senhores, o mínimo de seriedade; espero que não seja pedir muito.

O que este momento de prestação de contas revela é que são grandes os desafios que a Sra. Presidente e o seu Executivo terão pela frente neste mandato, tendo à cabeça a necessidade de resolução do conflito judicial com a empresa Águas do Marco, que permita dotar o concelho de infraestruturas básicas que coloquem o município noutra nível de desenvolvimento na região e no país. Outros grandes desafios se aproximam para o Executivo liderado pela Sra. Presidente, como por exemplo, a necessidade premente de atualizar a estrutura regulamentar do município, como forma de incluir com cobertura legal todas as áreas de atuação do município, e assim aumentar substancialmente o nível de eficiência na cobrança da receita, o que foi bastante negligenciado pela maioria anterior. A recente baixa da receita corrente do município, por via das sempre bem-vindas, e que todos claro que apoiamos, descidas do IMI, da Derrama de IRC e da participação no IRS, tornam isso premente. É necessária essa alteração. Estou certo, Sra. Presidente, que o seu Executivo estará ao nível dos desafios que se colocam, e que mais cedo que tarde os Marcoenses verão os resultados espelhados no seu dia a dia.

Aos Marcoenses, pede-se para este novo Executivo apenas um pouco da imensa tolerância temporal que foi dada aos Executivos do PSD, e que estejam despertos para os cantares de sereia, como o populismo, o dizer fácil e o fazer de conta que nunca foi nada conosco – Marcoenses, com isso vos querem enganar. Cabe a todos vós decidir a cada momento se querem ser enganados. Estou certo que não.

Obrigado.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Presidente.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nada mais tenho a acrescentar. Muito obrigada.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Vamos, então, proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ora, passamos de seguida ao **Ponto n.º 3.7**. Eu dou a palavra à Sra. Presidente para esclarecer sobre esta questão.

**--- Presidente da Câmara Municipal ---**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados da Assembleia Municipal:

Eu vou pedir autorização ao Sr. Presidente para retirar da ordem de trabalhos o Ponto n.º 3.7. Depois de o termos colocado na ordem de trabalhos, e depois de termos reunido com os serviços, tendo em conta algumas das dúvidas jurídicas, concluímos que o que está aqui em causa é a alteração a um loteamento, e que esta alteração, antes de ir à Assembleia Municipal, é uma





competência da Câmara Municipal, e não da Assembleia. E por isso, este assunto terá que ser reavaliado – embora seja um assunto que já vem do anterior Executivo Municipal, e que já foi aprovado em sede de Câmara Municipal pelo anterior Executivo Municipal, entendemos que existem dúvidas sobre o procedimento que aqui está em causa. E por isso, para não estarmos a deliberar algo que depois tenhamos que repor, eu pedia autorização ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para retirarmos este ponto da ordem de trabalhos.

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Da parte da Mesa, não há qualquer tipo de oposição à retirada deste ponto da ordem de trabalhos. Não sei se o plenário quer manifestar-se sobre isto.

Vamos passar, de seguida, à aprovação das minutas.

**--- Maria Gorete Pinheiro (2.ª Secretária, PS) ---**

Ponto n.º 3.3, Apreciação e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal para aprovação da Proposta de Conclusão do Processo de Adesão à Associação de Direito Privado – Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM). Foi aprovado por unanimidade, com trinta e seis (36) votos a favor. Alguém se abstém ou vota contra?

Ponto n.º 3.4, Apreciação e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal para aprovação da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. Foi aprovado por unanimidade. Alguém se abstém ou vota contra?

Ponto n.º 3.5, Apreciação e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal para aprovação da Adenda ao Acordo de Execução de Delegação de Competências. Foi aprovado por unanimidade. Alguém se abstém ou vota contra?

Ponto n.º 3.6, Apreciação e deliberação sobre a proposta da Câmara Municipal para aprovação dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Ano Financeiro – 2017. Foi aprovado por unanimidade. Alguém se abstém ou vota contra?

**--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---**

Srs. Deputados, muito obrigado pela vossa paciência, continuação de uma boa noite.